

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA SUÉLEN DA SILVA NASCIMENTO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE  
EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO: CASO DAS UNIDADES DE  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO (UE 19 E UE 21) DA BACIA DO RIO  
BEBERIBE, RECIFE/PE

Recife

2018

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Amanda Suélen da Silva Nascimento

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE  
EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO: CASO DAS UNIDADES DE  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO (UE19 E UE 21) DA BACIA DO RIO  
BEBERIBE, RECIFE/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Winnie Emily Fellows.

Recife  
2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

N244p Nascimento, Amanda Suélen da Silva.  
Participação social no processo de implantação de empreendimentos de impacto: caso das unidades de esgotamento sanitário (UE19 e UE21) da Bacia do Rio Beberibe, Recife/Pe / Amanda Suélen da Silva Nascimento. - Recife, 2018.  
129 f. : il. color.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Winnie Emily Fellows.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.  
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Empreendimento de impacto. 3. Participação. I. Fellows, Winnie Emily. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.) FADIC (2019-182)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA SUÉLEN DA SILVA NASCIMENTO

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE  
EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO: CASO DAS UNIDADES DE  
ESGOTAMENTO SANITÁRIO (UE19 E UE 21) DA BACIA DO RIO BEBERIBE,  
RECIFE/PE**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Winnie Emily Fellows.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de Dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Winnie Emily Fellows (FADIC)  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Maria Filgueira Ramalho (FADIC)  
Primeira Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Ana Carolina Puttini Iannicelli (UFPE)  
Segunda Examinadora

Recife  
2018

*Dedico este trabalho a Deus, meus pais, irmão e noivo. Também a sociedade, aos acadêmicos e pesquisadores.*

*Deixo minha contribuição para o conhecimento, e reflexão sobre a importância da Participação Social.*

## AGRADECIMENTOS

Estou imensamente grata a *Deus* pela rica oportunidade de viver e concluir esta graduação. Para ele Glória e louvor porque coloquei minha vida em suas mãos, e sei que chegar até aqui fez parte dos seus sonhos para mim. Capacitou-me, dando-me direção e conhecimento, pois ele é a fonte de toda sabedoria.

Estendo a gratidão a meus pais Otacílio e Nadiege, meu irmão Gleybson, meu noivo Anderson, familiares e amigos, em especial Denise Alcântara, por me ajudarem e me incentivarem a ser perseverante nesta jornada de 5 anos quando as dificuldades surgiram. Agradeço aos meus colegas de classe, pelas experiências adquiridas, alegrias e choros. Em particular a equipe de guerra, Erica, Emanuela Marianne e Nathália, que durante este período estávamos desenvolvendo os trabalhos e compartilhando momentos pessoais juntas.

Agradeço à Instituição Damas, à Coordenadora e Professora Mércia pela dedicação e atenção que nos é dada. Carinhosamente agradeço aos docentes que contribuíram durante estes 5 anos compartilhando e se dedicando pacientemente para nosso crescimento profissional e pessoal, aos professores: Pedro, Gisele, Stela, Letícia, Marco Luna, João Ricardo, Otávio, Denise, Fátima. As Professoras de minha banca por aceitarem o convite: Carolina, e Ana que me acompanhou desde os primeiros períodos e tenho grande admiração. Agradeço a querida Winnie uma pesquisadora, professora e pessoa de enorme coração que é minha orientadora, pela grande mão amiga mesmo eu estando no mar de dúvidas e com algumas dificuldades, me auxiliou para que as coisas caminhassem certo e este objetivo fosse alcançado. Não tenho palavras para descrever minha gratidão, pela imensa paciência e calma com a qual estive ao meu lado me incentivando para chegar ao fim. E estou eu aqui!!

Agradeço a atenção e contribuição à pesquisa dada pela equipe técnica da Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN), e as técnicas: Débora, Nathália, Sandra e Aretuza. Também as entrevistadas: Maria Helena, Ana Ramalho e Kátia, e todos moradores das comunidades visitadas.

Mais uma vez agradeço a Deus e por ter conhecido a todos vocês que fazem parte da minha história de vida agora, me incentivaram a crescer e contribuíram para ser quem sou, profissionalmente e pessoalmente.

“Desejo sempre contribuir para que o mundo esteja melhor, que as pessoas e eu sejamos melhores. Que eu seja uma das causadoras desta mudança.”(Amanda N.)

*A maneira de ajudar os outros é provar-lhes que eles são capazes de pensar.*

**Dom Hélder Câmara**

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a participação social no processo de implantação de grandes empreendimentos de impacto. Como objetivo específico pesquisar as fases do projeto, analisar leis referentes a participação, comparar as propostas e as sugestões feitas pela comunidade, tendo como questões norteadoras: em que medida comunidades diretamente afetadas pela implantação de grandes empreendimentos de impacto participam do processo de concepção e implantação desses empreendimentos? Em que medida essa participação tem relação com o grau de satisfação da comunidade com o empreendimento? Foi adotada como hipótese que há uma relação direta entre o nível de satisfação da comunidade com o empreendimento e o nível de participação das comunidades nas decisões tomadas. Para verificação dessa hipótese, foi escolhido como método de pesquisa o Estudo de Caso, sendo o objeto empírico o Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe, Recife/PE, com foco no processo de construção e entrega dos projetos habitacionais das Unidades de Esgotamento 19 e 21 (UE 19 e UE21), e que foram também objeto de Estudo Comparativo nessa pesquisa. Como suporte teórico, foram utilizados dois conceitos principais, o de **empreendimento de impacto** de acordo com definições trazidas em lei, nas três instâncias de governo, federal, estadual e municipal, e o conceito de **participação** que é defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelas três instâncias de governo referidas. Foram adotados como referência, os conceitos de participação de alguns autores como Arnstein (1969), De La Mora (1998), Patman (1992), Bordenave (1994), e Stotz (2009). As técnicas de pesquisa utilizadas foram a **pesquisa bibliográfica** (especialmente sobre os autores citados); **pesquisa documental**, especialmente em documentos sobre o Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe constantes nos acervos da Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN) e da Agência CONDEPE/FIDEM), em trabalhos acadêmicos e em sites jornalísticos; **observação de campo** quando foram feitas fotos dos habitacionais entregues; **participação em encontros oficiais de trabalho** entre técnicos da prefeitura e comunidades (um encontro na UE19 e um encontro na UE21); **entrevistas** com técnicos de órgãos envolvidos de alguma maneira com o Projeto, e **entrevistas** com a comunidade das UE 19 e UE 21 diretamente afetada pelo empreendimento. O resultado da pesquisa permitiu a confirmação da hipótese adotada, sendo observado, no entanto, que teria havido um grau de satisfação maior quanto aos conjuntos habitacionais, se a participação das comunidades tivesse se dado também na fase do desenvolvimento do projeto arquitetônico desses habitacionais.

**Palavras chave:** Empreendimento de Impacto. Participação.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the social participation in the process of implementation of great enterprises of impact, As specific object to search the phases of the project, to analyze the laws referenced to the participation, to compare the purposes and the suggestions done by the community, having as guiding principle the question: in which measure communities directly affected by the implementation of great enterprises of impact participate of the processes of conception and implementation of these enterprises? In which measure this participation has relation with the degree of satisfaction of the community with the enterprise? It was adopted as hypothesis that there is a direct relation between the level of satisfaction of community with the enterprise and the level of participation of the communities in the decisions taken.

For the verification of this hypothesis, it was chosen as research method the Study of Case, being the empiric object the Project of Urbanization of the Basin of Rio Beberibe, Recife – PE, focusing on process of construction and delivery of housing projects of the Depletion Units 19 and 21 (DU 19 and DU 21), and that were also object of comparative study in this research. As technical support were utilized two principal concepts, one of **the enterprises of impact** according to definition translated in law, in three instances of government, federal, state and municipal, and the concept of **participation** that is defined by Organization of United Nation (UN) and by the three instances of referred government. It was adopted as reference, the concepts of participation of some authors as Arnstein (1969), De La Mora (1998), Patman (1992), Bordenave (1994), e Stotz (2009).The techniques of research utilized were the **bibliographic research** (especially about the authors cited); **documental research**, in files about the Project of Urbanization of the Basin of Rio Beberibe in the collections of the Secretary of Sewerage of Recife (SSR) and the agency CONDEPE/FIDEM), in academic works and in journalistic websites; **observing of field** when it was taken the photos of the delivered housing development; **participation in official events of work** among technicals of the city hall and communities (one event in DU19 and another in DU21); and **interviews** with technicals of the organ involved any way with the Project, and interviews with the community of DU 19 and DU 21 directly affected by the enterprise.

The result of this research allowed a configuration of the adopted hypothesis, being observed, therefore, that there should have a degree of satisfaction greater as soon as the housing developments were developed if the participation of the communities were given also in the phase of development of the Architecture designs of these housings.

**Key words:** Enterprise of impact. Participation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Imagem da Animação do Projeto de Revitalização Rio Camaçari .....	24
<b>Figura 2.</b> Praça da Simpatia integrada as obra do Rio Camaçari.....	24
<b>Figura 3.</b> Residencial Caminho do Mar .....	25
<b>Figura 4.</b> Projeto Básico Contratação de Empresa para Execução do Projeto de Trabalho Social .....	25
<b>Figura 5.</b> Conhecendo a Ilha de Deus .....	29
<b>Figura 6.</b> Comunidade Ilha de Deus antes e depois da urbanização .....	30
<b>Figura 7.</b> Imagens Aéreas da Ilha de Deus, com Projeto Entregue.....	30
<b>Figura 8.</b> Pôster utilizado por estudantes franceses para explicar as rebeliões de estudantes e trabalhadores. ....	39
<b>Figura 9.</b> Pôster - Cartaz onde se lê a conjugação de verbos .....	39
<b>Figura 10.</b> Oito Degraus da Participação Cidadã .....	39
<b>Figura 11.</b> Oito Degraus da Participação Cidadã – Tradução em português .....	40
<b>Figura 12.</b> Mapa do Estado de Pernambuco com localização da Bacia Beberibe....	46
<b>Figura 13.</b> Localização na Região Metropolitana no Recife e Elementos Urbanos na Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe .....	47
<b>Figura 14.</b> RM Recife/Bacia do Beberibe: Responsabilidades intergovernamentais	49
<b>Figura 15.</b> Bacia do Beberibe e área abrangida pelo Prometrópole .....	50
<b>Figura 16.</b> Estrutura para o Programa Prometrópole.....	51
<b>Figura 17.</b> PROMETRÓPOLE: responsabilidades das intervenções .....	52
<b>Figura 18.</b> Notícia da retomada de obra da PAC 2017 .....	54
<b>Figura 19.</b> PAC BEBERIBE 1. Áreas de intervenção no Município do Recife .....	57
<b>Figura 20.</b> Exemplos de habitacionais previstos no PAC BEBERIBE I e entregues em 2018 .....	58
<b>Figura 21.</b> PAC BEBERIBE II. Áreas de intervenção .....	59
<b>Figura 22.</b> Linha do Tempo Projeto Bacia do Rio Beberibe.....	61
<b>Figura 23.</b> PAC BEBERIBE II, Localização UE 19 .....	62
<b>Figura 24.</b> PAC BEBERIBE II, Localização UE 21 .....	66
<b>Figura 25.</b> Participação Social , e encontro com a comunidade.....	82

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1.</b> Exemplos de habitacionais previstos no PAC BEBERIBE I e entregues em 2018 .....	58
<b>Foto 2.</b> PAC BEBERIBE II - Fase de Demolição e Pavimentação – UE19.....	60
<b>Foto 3.</b> Reunião da SESAN com Moradores da UE21 .....	84

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Resumo Físico dos Serviços do Contrato nº 0218769/95 .....	55
<b>Quadro 2.</b> Situação dos Habitacionais do PAC BEBERIBE I - LOTE I - CONTRATO 157/2009 .....	56
<b>Quadro 3.</b> Situação dos Habitacionais do PAC BEBERIBE I - LOTE 2 - CONTRATO 156/2009 .....	57
<b>Quadro 4.</b> PAC BEBERIBE II. Andamento das obras .....	61
<b>Quadro 5.</b> Comparativo Dados Socioeconômicos UE 19 .....	63
<b>Quadro 6.</b> Comparativo Dados Socio Econômico UE21 .....	65

## **LISTA DE ABREVIATURA**

**APP** - Áreas de Proteção Permanente

**CGU** - Controladoria Geral da União

**CONDEPE-FIDEM** - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco

**CONDERM** - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

**CONAMA** - Conselho Nacional do Meio Ambiente

**CPRH** - Agência Estadual de Meio Ambiente

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**EIV** - Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança

**ECO** - Conferência das Nações Unidas

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IEA** - Estudo de Impacto Ambiental

**INEMA** - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia

**LUOS** - Lei de Uso e Ocupação do Solo

**MCMV** - Minha casa Minha Vida

**PAC** - Projeto de Aceleração do Crescimento

**PCR**- Prefeitura da Cidade do Recife

**PCR/SEINFRA** - Prefeitura da Cidade do Recife / Secretaria de Infra Estrutura

**PDU** - Plano de Desenvolvimento Urbano

**PEDU** - Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano

**PNPS** - Política Nacional de Participação Social

**PQA** - Programa de Qualidade das Águas

**PTTS** - Trabalho Técnico Social

**RIMA** - Relatório de Impacto Ambiental

**RMR** - Região Metropolitana do Recife

**RPA** - Regiões Político Administrativas

**SEPLAG** - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

**SESAN** - Secretaria de Saneamento da Prefeitura do Recife

**SISNAMA** - Sistema Nacional do Meio Ambiente

**SNPS** - Sistema Nacional de Participação Social

**UEs** - Unidade de Esgotamento Sanitário

**UH** - Unidade de Habitação

**ZEIS** - Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. EMPREENDIMENTO DE IMPACTO</b> .....	18
2.1 Conceitos e Definições.....	18
2.2. Casos de Empreendimentos de Impacto no Brasil.....	23
<b>3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL</b> .....	32
3.1. Conceito de Participação Social.....	32
3.2. Níveis e Tipos de Participação .....	39
<b>4. PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO RIO BEBERIBE</b> .....	46
4.1. Localização da Área de Estudo.....	46
4.2. Urbanização da Bacia do Beberibe .....	47
4.2.1. Unidades de Esgotamento (UEs) .....	48
4.2.2. O Prometrópole e seus Antecedentes.....	49
4.2.3. PAC BEBERIBE I – Habitacionais.....	55
4.2.4. PAC BEBERIBE II – Pavimentação, Drenagem, Implantação de Vias e Ciclovias, e Saneamento Integrado.....	58
4.2.5. Linha do Tempo Projeto Bacia do Rio Beberibe.....	61
<b>5. AS UNIDADES DE ESGOTAMENTO (UE 19 e 21) OBJETO DE PESQUISA</b> ....	62
5.1. Unidade de Esgotamento (UE 19).....	62
5.1.1 Características .....	63
5.2. Unidade de Esgotamento 21 (UE 21).....	64
5.2.1. Características .....	64
<b>6. A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO BEBERIBE</b> .....	67
6. 1. A Participação no contexto do Prometrópole .....	67
6.1.1. Relatórios .....	67

6.1.2. Depoimentos .....	70
6.1.3. Considerações sobre o Resultado das Entrevista: Processo de Participação na Gestão Prometrópole. ....	75
6.2. Participação no contexto do PAC I e do PAC II.....	76
6.2.1. O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) .....	76
6.2.2. Reunião preparatória de reassentamento .....	83
6.2.3. Depoimentos .....	85
6.2.4. Considerações sobre o resultado dos questionários e das entrevistas: Processo de participação nas duas UEs Gestão PAC. ....	104
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIA .....</b>	<b>109</b>
APÊNDICE A.....	113
APÊNDICE B.....	115
APÊNDICE C .....	119
ANEXO A - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS .....	123
ANEXO B - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS U.H.....	124
ANEXO C - ATA DE REUNIÃO .....	125
ANEXO D - LISTA DE PRESENÇA .....	126
ANEXO E - TERMO DE ACEITAÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL .....	127
ANEXO F - FICHA DE ENCAMINHAMENTO .....	128
ANEXO G ATA DE PRESENÇA .....	129

## 1. INTRODUÇÃO

São considerados empreendimentos de Impacto aqueles que podem causar, de alguma forma, degradação ou modificação no ambiente natural ou no ambiente construído. A implantação desses empreendimentos interfere diretamente no cotidiano das comunidades afetadas pelos mesmos, tanto pelos seus efeitos positivos como pelos seus efeitos negativos.

Sabe-se que a participação é direito de todo cidadão, sendo garantida em âmbito internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em âmbito nacional, através da Constituição Federal de 1988, e nos âmbitos estaduais e municipais através das suas respectivas legislações que replicam em diferentes escalas, o disposto sobre o assunto na legislação federal.

Sendo assim, uma questão que se coloca é em que medida comunidades diretamente afetadas pela implantação de grandes empreendimentos de impacto participam do processo de concepção e implantação desses empreendimentos? E ainda em que medida essa participação tem relação com o grau de satisfação da comunidade com o empreendimento? Foi adotada como hipótese que há uma relação direta entre o nível de satisfação da comunidade com o empreendimento e o nível de participação das comunidades nas decisões tomadas.

Para verificação dessa hipótese, foram utilizados simultaneamente dois métodos de procedimento: o **Estudo de Caso**, sendo o objeto empírico o “Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe”, Recife/PE, com foco no processo de construção e entrega dos projetos habitacionais das Unidades de Esgotamento 19 e 21 (UE 19 e UE21). Observações da autora sobre as mudanças urbanas ocorridas no Bairro de Beberibe onde o “Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe” está sendo implantado foi o que levou a definição do objeto (teórico e empírico) dessa pesquisa.

O segundo método de procedimento é o **Estudo Comparativo**, na medida em que foi realizada uma pesquisa em cada uma das duas Unidades de Esgotamento, com foco na relação entre nível de participação e nível de satisfação com os habitacionais, e em seguida, um comparativo entre os resultados obtidos. Observe-se que foram selecionadas duas UEs em fases distintas dos habitacionais.

Em uma delas, os habitacionais foram entregues e já estão ocupados, e em outra, os habitacionais estão em fase de conclusão, com previsão de entrega ainda no ano corrente. Esse método comparativo foi empregado por Tylor, que acredita no estudo das semelhanças e diferenças, pois através delas permite-se a compreensão do comportamento humano.

[...] este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências [...] Lakatos, 1981:32. (LAKATOS, MARCONI, 2012., p.107)

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a participação social no processo de implantação de grandes empreendimentos de impacto. Como objetivo específico, faz-se necessário pesquisar as fases do projeto, o amparo legal para esta participação, examinar os resultados da participação, fazer o comparativo entre as sugestões das comunidades e as ações propostas ou implantadas.

Como apoio teórico, foram utilizados dois conceitos principais, o de **empreendimento de impacto** de acordo com definições trazidas em lei, nas três instâncias de governo, federal, estadual e municipal, e o conceito de **participação** sendo adotados como referência, os conceitos de participação de alguns autores como Arnstein (1969), De La Mora (1998), Patman (1992), Bordenave (1994), e Stotz (2009). E ainda adotado como referência, o conceito de participação trazido pelo Estatuto da Cidade (2001).

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a **pesquisa bibliográfica** (especialmente dos autores que discutem os conceitos de participação); **pesquisa documental**, especialmente em documentos sobre o Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe constantes nos acervos da Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN) e da Agência CONDEPE/FIDEM), em trabalhos acadêmicos e em sites jornalísticos; **observação de campo** quando foram feitas fotos dos habitacionais entregues ou a serem entregues; **participação em encontros oficiais de trabalho** entre técnicos da prefeitura e comunidades (um encontro na UE19 e um encontro na UE21), onde foram feitos registros fotográficos e feitas ou agendadas **entrevistas** com a comunidade diretamente afetada pelo empreendimento.; e ainda **entrevistas** com técnicos de órgãos envolvidos de alguma maneira com o Projeto,

Procurou-se analisar a participação nas várias fases do projeto dos habitacionais, bem como analisar a mobilização e o incentivo à participação por parte dos agentes responsáveis pelo projeto.

Para uma análise ainda mais profunda do processo de participação na construção e entrega dos habitacionais, foram feitas entrevistas com técnicos participantes do início do projeto (no contexto do Prometrópole) e também técnicos participantes da fase atual do projeto (no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC).

A análise por um lado, do processo participativo ao longo das várias fases do projeto, e por outro um confronto entre as sugestões das comunidades e as ações propostas ou implantadas permitiram entender a relação entre o nível de participação das comunidades e o nível de satisfação com os habitacionais integrantes do projeto.

A pesquisa foi estruturada em sete capítulos, sendo o capítulo 1, esta Introdução. O capítulo 2, teórico, trata dos Empreendimentos de Impacto, seus conceitos e definições, trazendo exemplos de empreendimentos de impacto em cidades brasileiras. O terceiro capítulo, também teórico, aborda a Participação Social, descrevendo os conceitos, e os níveis e tipos de participação do ponto de vista dos autores selecionados. O quarto capítulo, trata do objeto empírico, o Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe, informando sobre a localização da área de estudo (a Bacia do Beberibe) e suas características, sobre as Unidades de Esgotamento que compõem a Bacia, sobre as duas fases da urbanização (no contexto do Prometrópole e seus antecedentes, e no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC). Nesse último contexto, são esclarecidas as duas vertentes do projeto, o PAC BEBERIBE I – Habitacionais (foco dessa pesquisa) e o PAC BEBERIBE II - Pavimentação, Drenagem, Implantação de Vias e Ciclovias, e Saneamento Integrado.

O capítulo cinco é dedicado à apresentação das duas unidades de esgotamento objeto dessa pesquisa (UE 19 e UE 21) contendo as características físicas e sociais de cada uma delas, e ilustrações com as etapas do projeto nessas UEs, no contexto do Prometrópole e no contexto do PAC.

O capítulo seis aborda a participação das comunidades no processo de urbanização da Bacia do Beberibe, em especial, no processo de reassentamento para os habitacionais, relatando o que ocorreu em reuniões e como essas foram

estruturadas. Descreve e analisa o processo de participação nos contextos Prometrópole e PAC, e descreve e analisa os relatórios e os depoimentos dos técnicos e da comunidade. Também analisa o que foi oferecido aos moradores e o que foi exigido por eles. O capítulo seis termina com reflexões sobre o resultado das entrevistas e seu confronto com o que foi oferecido pelo projeto quanto aos habitacionais.

O capítulo sete corresponde às Conclusões, quando são retomados os objetivos, a questão norteadora e as hipóteses e são feitas as reflexões finais sobre a confirmação ou não das hipóteses adotadas. Integram ainda essa pesquisa, apêndices, com o modelo das entrevistas realizadas, e anexos, onde estão o mapa cedido pela SESAN de localização das vias marginais e os documentos utilizados em reuniões com moradores e consultorias.

## 2. EMPREENDIMENTO DE IMPACTO

Este capítulo trata dos conceitos e definições de Impacto Ambiental e de Empreendimento de Impacto, conforme consta na legislação em vigor, e apresenta alguns exemplos desse tipo de empreendimento em cidades brasileiras. Essas definições e esses exemplos contribuirão para que se compreenda a intervenção na área de estudo dessa pesquisa como modificadora do meio ambiente, portanto, como um empreendimento de impacto.

### 2.1 Conceitos e Definições

A definição de “empreendimento de impacto” pode ser encontrada em diversos dispositivos legais, nas três esferas de governo. Mas antes de apresentar essas definições, é necessário que se compreenda o significado de “impacto ambiental”.

No âmbito federal, a Lei Nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente e constituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Foi definido como órgão superior, o Conselho de Governo; como órgão consultivo e deliberativo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); como órgão central, a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República; como órgão executor, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e como órgãos Seccionais e Locais, respectivamente órgãos e entidades estaduais e municipais responsáveis por questões ambientais em seus territórios.

A definição de “impacto ambiental” só veio a ser expressa na Resolução Nº 001 de 23 de janeiro de 1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Diz esta Resolução em seu Art. 1º:

Para efeito desta Resolução, considera-se **impacto ambiental** qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV -

as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, 1986, grifo nosso)

Em seguida, em seu Art. 2º, condiciona à elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo, o licenciamento de “atividades modificadoras do meio ambiente”, tais como:

I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento; II - Ferrovias; III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei nº 32, de 18.11.66; V - Oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; VI - Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV; **VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;** VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão); IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração; X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos; XI - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW; XII - Complexo e unidades industriais e agro-industriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos); XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI; XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental; XV - Projetos urbanísticos, acima de 100ha. ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes; XVI - Qualquer atividade que utilize carvão vegetal, em quantidade superior a dez toneladas por dia. (CONAMA, 1986, grifo nosso)

Ou seja, as 16 (dezesseis) “atividades modificadoras do meio ambiente” relacionadas no Art.2º, seriam as atividades que causam “impacto ambiental”, e que podem ser entendidas, portanto como os “empreendimentos de impacto”, mesmo que não tenha sido usada até então essa expressão.

Já na Constituição Federal de 1988, consta um capítulo de apenas um artigo sobre Meio Ambiente (Capítulo VI, Art. 225), que faz referência em seu inciso IV, à “estudo prévio de impacto ambiental”:

Art. 225. [...]

[...]IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade<sup>1</sup> (grifo nosso)

E ainda, o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001), inclui através do inciso VI do Art. 4º, o estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e o estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), como instrumentos da Política Urbana.

**No âmbito estadual** (Estado de Pernambuco), a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), criada em 2003 e que integra o SISNAMA, atua na administração dos recursos ambientais, e se utiliza de instrumentos de política ambiental como ferramenta para proteção e redução de impacto sobre o Meio Ambiente. Através da Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, é definido no Art. 2º:

Art. 2º. A Agência, detentora de poder de polícia administrativa, atua através da gestão dos recursos ambientais e sobre os empreendimentos e as atividades utilizadores dos recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ou modificação ambiental.

Parágrafo único. A Agência atuará mediante os seguintes instrumentos de política ambiental, entre outros:

[...]

XIII – **avaliação de impacto ambiental**

[...] (CPRH, 2010, grifo nosso).

Nos anexos desta Lei estão relacionados os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental e no caput do Art. 7º fica definido que;

Art. 7º A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente dependerá de prévio **Estudo de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**, aos quais se dará publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação. (CPRH, 2010, grifo nosso).

No âmbito municipal, a cidade do Recife dispõe da Lei de Uso e Ocupação do solo (LUOS) - Lei Nº 16.176/96, que no Art. 61 e seu parágrafo único, define o que

---

<sup>1</sup> Esse inciso IV, em conjunto com os incisos II e V, foram regulamentados pela Lei Nº 11.105 de 24 de março de 2005.

deve ser entendido por “empreendimentos de impacto”, que como pode ser visto, contempla empreendimentos de dimensões mais reduzidas que aqueles entendidos nos âmbitos Federal e Estadual:

Art. 61 - Os **Empreendimentos de Impacto** são aqueles usos que podem causar impacto e/ou alteração no ambiente natural ou construído, ou sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura básica, quer sejam construções públicas ou privadas, habitacionais ou não-habitacionais.

Parágrafo Único - São considerados Empreendimentos de Impacto aqueles localizados em áreas com mais de 3 ha (três hectares), ou cuja área construída ultrapasse 20.000m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados), e ainda aqueles que por sua natureza ou condições requeiram análises específicas por parte dos órgãos competentes do Município.

[...]

Art. 63 - Para os fins do art. 61, são incluídas entre os Empreendimento de Impacto, atividades tais como: Shopping Center, Centrais de Carga, Centrais de Abastecimento, Estações de Tratamento, Terminais de Transportes, Centros de Diversões, Cemitérios, Presídios, mesmo que estejam localizados nas áreas com menos de 3 ha(três hectares) ou que a área construída não ultrapasse 20.000m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados) .(RECIFE, 1996, grifo nosso)

Para a instalação desses empreendimentos, a LUOS faz as seguintes exigências:

Art. 62. A instalação de **Empreendimentos de Impacto** no Município é condicionada à aprovação, pelo Poder Executivo, de Memorial Justificativo que deverá considerar o sistema de transportes, meio ambiente, infra-estrutura básica e os padrões funcionais e urbanísticos de vizinhança.

§ 1º O Memorial exigido no "caput" deste artigo será objeto de apreciação pela Comissão de Controle Urbanístico - CCU - e pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU.

§ 2º O Poder Executivo poderá condicionar a aprovação do Memorial Justificativo ao cumprimento, pelo empreendedor e às suas expensas, de obras necessárias para atenuar ou compensar o impacto que o empreendimento acarretará.

§ 3º Para a instalação de empreendimentos de impacto, os moradores dos lotes circundantes, confinantes o defrontantes serão necessariamente cientificados, através de publicação em Diário Oficial ou Jornal de grande circulação, às custas do requerente, para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnação devidamente fundamentada a ser apreciada obrigatoriamente pela CCU.( RECIFE, 1996, grifo nosso)

E ainda o Plano Diretor Municipal (Lei 17511/2008), além de replicar os instrumentos de política urbana aprovados no Estatuto da Cidade, diz no capítulo sobre a Política Ambiental Urbana:

Art. 47. A Política Municipal de Meio Ambiente integra-se ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, objetivando o fortalecimento da gestão ambiental local, sendo constituída, dentre outros, pelos seguintes instrumentos:

[...]

**XIX – A avaliação de Impacto Ambiental**

[:::] (RECIFE, 2008)

E também registra sua definição sobre empreendimentos de impacto, bastante similar àquela trazida pela LUOS:

Art. 187 Empreendimentos de impacto são aqueles, públicos ou privados, que podem causar impacto no ambiente natural ou construído, sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura básica, na mobilidade urbana ou ter repercussão ambiental significativa.

Art. 188 São considerados empreendimentos de impactos:

I - as edificações não-habitacionais situadas em terrenos com área igual ou superior a 2,0 ha (dois hectare) ou com área construída igual ou superior a 15.000 m<sup>2</sup> (quinze mil metros quadrados);

II - as edificações habitacionais situadas em terrenos com área igual ou superior a 3,0 ha (três hectares) ou cuja área construída ultrapasse 20.000 m<sup>2</sup> (vinte mil metros quadrados);

III - as escolas de qualquer modalidade, colégios, universidades e templos religiosos em terrenos acima de 1.000m<sup>2</sup> (mil metros quadrados), mesmo que não se enquadrem nas condições do inciso I; e,

IV - os usos que, por sua natureza ou condições, requeiram análise ou tratamento específico por parte do Poder Executivo Municipal, conforme dispuser a Lei de Uso e Ocupação do Solo. (RECIFE, 2008)

E, além disso, a exemplo da LUOS, relaciona no § 1º desse mesmo artigo, os empreendimentos considerados de impacto, independentemente do disposto nos incisos anteriores. São eles: Shopping Center; centrais de cargas; centrais de abastecimento; estações de tratamento de água e esgoto; estações de energia elétrica e similares; terminais de transportes rodoviários, ferroviários e aeroviários; garagens de veículos de transportes de passageiros; transportadoras; terminais de carga; centros de diversões; cemitérios; necrotérios; matadouros, abatedouros e similares; presídios; quartéis; aterros sanitários e usinas de reciclagem de resíduos sólidos; autódromos, hipódromos e similares; estádios esportivos; Corpo de Bombeiros; jardim zoológico, jardim botânico, e similares; hipermercados; centro cultural e academias para a prática de esportes; depósitos de inflamáveis, tóxicos e similares; e, teatros, casas de espetáculos, cinemas e similares.

No presente trabalho utiliza-se a expressão **Empreendimentos de Impacto** como referência às atividades e intervenções modificadoras do meio ambiente, em especial às grandes intervenções voltadas para saneamento e sistema viário já implantado, e em implantação na área objeto da pesquisa, uma vez que se enquadram nas definições trazidas por legislações Federal, Estadual e Municipal, como visto.

A seguir serão mostrados alguns casos exemplares de empreendimentos de impacto implantados no Brasil, como forma de reforçar a utilização desse conceito para objeto dessa pesquisa.

## **2.2. Casos de Empreendimentos de Impacto no Brasil**

Como exemplo de Empreendimentos de Impactos tem-se a seguir dois casos ocorridos no Brasil. O primeiro exemplo é no Estado da Bahia, onde se iniciou o **Projeto de Revitalização Integrada da Bacia do Rio Camaçari e seus afluentes**. Um projeto desenvolvido pelo Programa de Aceleração do Crescimento<sup>2</sup> (PAC2), tem o objetivo de revitalizar através de drenagem, limpeza e despoluição dos afluentes, juntamente o paisagismo da área, promovendo mais qualidade de vida para a população, como mostram as **Figuras 1 e 2**.

O projeto foi apresentado à população em 2011, e teve início em 2012. Este projeto beneficia cerca de 90 mil pessoas, atingindo 64% da sede do Município. A **Figura 3** mostra uma das unidades habitacionais construídas pelo Programa Minha Casa, que removeu 2.357 famílias das 11.600 indenizadas, e 220 estabelecimentos comerciais beneficiados.

(...) A intervenção abrange 1,5 milhão de metros quadrados de área urbanizada, 16 quilômetros de passeios, pavimentação e novas vias, 458 mil metros quadrados de recuperação ambiental, 447 mil metros quadrados de proteção, contenção e estabilização do solo, além da implantação de 28 mil metros de energia elétrica e iluminação pública e 26 quilômetros de pista para cooper e caminhada.

A ação inclui ainda a construção de seis novas pontes e 37 pontilhões, de 84 unidades hidráulico-sanitárias, a recuperação do Horto Florestal, com a criação do Parque Botânico, além da conclusão da recuperação do Morro da Manteiga.

Dentro do projeto ainda estão inclusos a construção de 22 Equipamentos Comunitários, dois CRAS (Centro de Referência de

Assistência Social) Casa da Família, duas praças, oito quadras poliesportiva, parques, urbanização, ajardinamento com plantio de gramas e árvores, instalação de aparelhos de ginástica e brinquedos, quiosques comerciais e de convivência. Estão previstos também a instalação de totens com internet wi-fi gratuita para a população, a retirada de esgotos lançados sem tratamento diretamente nos rios, a recuperação da mata ciliar e da vegetação das Áreas de Proteção Permanente (APP), a contenção de encostas, a construção do balneário Rio da Prata, no bairro Parque Verde, além da contenção de encostas com revestimentos específicos. (Prefeitura Municipal de Camaçari, 2011)

**Figura 1.** Imagem da Animação do Projeto de Revitalização Rio Camaçari



Fonte: Camaçari - Apresentação do Plano de Revitalização do Rio, 2011.

**Figura 2.** Praça da Simpatia integrada a obra do Rio Camaçari



Fonte: Prefeitura Municipal de Camaçari, 2013.

**Figura 3.**Residencial Caminho do Mar

Fonte: Prefeitura de Camaçari, 2016.

Durante o projeto, audiências públicas foram realizadas com os beneficiários com o projeto, para que estejam cientes sobre o projeto. A Prefeitura fez uma licitação para contratação da empresa que desenvolveria o trabalho social, conforme ilustra a **Figura 4**

De acordo com o secretário da Habitação, Djalma Machado, uma das maiores preocupações do governo é manter a população informada sobre as intervenções. Para isso, serão realizadas diversas audiências com as comunidades beneficiadas pelo projeto. (Prefeitura Municipal de Camaçari, 2011)

**Figura 4.** Projeto Básico Contratação de Empresa para Execução do Projeto de Trabalho Social

ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI  
SECRETARIA DE HABITAÇÃO - SEHAB

PROGRAMA MUNICIPAL URBANIZAÇÃO INTEGRADA DA BACIA DO RIO  
CAMAÇARI  
SANEAMENTO INTEGRADO – 2ª ETAPA  
TC 0408.729-38/2013

**PROJETO BÁSICO**  
Contratação de Empresa para Execução do Projeto de Trabalho Social - PTS

Fonte: Prefeitura Municipal de Camaçari, Secretaria de Habitação (SEHAB), 2013.

No decorrer da obra, houve algumas paralisações devido à falta de verba para pagamento das indenizações aos moradores do Bairro do Phoc II, Rua Belmonte, ponte do Caic, como também para desenvolver outras fases do projeto.

O secretário da habitação de Camaçari, João Bosco Quirelli, explicou, em entrevista concedida ao programa Jornal O Executivo desta segunda-feira (11), que o atraso das obras se deve à burocracia do processo de indenização das famílias que viviam à beira do rio. Atualmente, segundo Bosco, a prefeitura por meio da Sehab está realocando essas famílias para unidades do Minha Casa Minha Vida (MCMV), 1.916 já foram atendidas; retirando casas da margem do rio e pagando indenização aos moradores que não se enquadram no MCMV. “A obra parou para fazer esses ajustes”, afirma. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, 2016).

Desde 2015 as obras ficaram paradas porque se iniciou uma investigação, devido a denúncias feitas pela Polícia Federal e pela Controladoria Geral da União (CGU), como pode ser visto em recortes de notícias sobre o assunto:

[...] De acordo com Joselene Cardim, a obra foi contratada para fazer 18 trechos, mas quando o projeto executivo começou a ser desenvolvido, os responsáveis perceberam que os R\$ 184 milhões previstos não seriam suficientes e a obra teve que ser resumida em 10 trechos, com os oito restantes sendo transferidos para uma outra fase, com recurso de R\$ 90 milhões [...]

[...] A secretária afirma que, do jeito como foi feito, o município não tem como arcar “Eu acho que a gente não tem que sair tirando todo mundo da beira do rio, é impraticável isso, se torna inviável pro município porque a gente tem hoje R\$ 55 milhões de indenização e nenhum município suporta isso. Então, a gente tem que rever o projeto, manter a macrodrenagem, que é o que efetivamente tira o município do risco e sair dessa ideia de ter que fazer pista lateral, como eles fizeram ali no trecho 6, perto da Cidade do Saber, aquilo ali é quando você não tem habitação. Tem indenização aqui que eles estão propondo R\$ 800 mil por imóvel. Não tem condição”.

As pessoas que deveriam ser beneficiadas com a revitalização acabaram sendo prejudicadas, segundo Joselene Cardim. “Tinham casas na beira do rio que eram alugadas. Para os inquilinos eles davam Minha Casa, Minha Vida e para os donos eles indenizaram. Teve casa que eles demoliram e não pagaram a indenização. Tem pessoas desalojadas e eles não pagaram a indenização. E tem outros que eles prometeram, fizeram o processo de indenização e não deram nada. Com essa nova roupagem que a gente vai dar ao rio, esse novo projeto, provavelmente a gente não vá tirar algumas pessoas, vai manter lá mesmo e essas pessoas criaram uma expectativa. No novo projeto terá algumas indenizações porque tem

gente que está dentro do canal, mas vai reduzir bastante. E aí a gente vai ter que fazer outra topografia, outro cadastro, outro projeto pra ver realmente quem cai na linha do canal”.

“ [...] A secretária afirma que o grande erro foi não priorizar o que de fato era o principal, a macrodrenagem do rio e que, em consequência disso, a cidade corre um sério risco de inundação. “Essa obra, na verdade, é de macro drenagem, o que tem que ser preservado e priorizado nela é a macro drenagem, não é pracinha, não é quadra, não é guarda-corpo, não é passeio, é fazer com que essa água em Camaçari tenha o destino correto e não cause nenhum dano à sociedade.[...] Eles fizeram uma obra que começou do meio, não começaram de jusante para montante, que é onde a obra teria que começar, então hoje a gente tem um risco iminente de inundação no município”, alertou. “Se der uma chuva de 200 milímetros no município, a água vai escoar pelos canais, que estão todos limpos, a todo vapor. Se ela chegar no rio e não encontrar passagem, ela volta, é assim que a água funciona. Essa obra precisa ser concluída por uma questão de sobrevivência do município”, ressaltou Cardim. O mais importante para a secretária agora, é fazer a água do rio fluir.

[...] A obra, que tinha previsão de conclusão no ano de 2014, e teve apenas 50% do projeto executado, segue paralisada até que as investigações da CGU e Polícia Federal sejam concluídas. Enquanto isso, mas um inverno se aproxima e a população fica mais uma vez a mercê de alagamentos, especialmente aqueles que permanecem na beira do rio à espera de uma solução. (CAMAÇARI NOTÍCIAS, 2017)

O Ministério das Cidades e a Caixa fizeram uma vistoria em 2017, para ver o andamento da obra e reiniciá-la.

A secretária Joselene Cardim explicou que a inspeção serviu para dar o pontapé inicial na retomada das obras, paralisadas desde 2015. “Essa visita foi programada quando estivemos em Brasília na tentativa de buscar uma solução para a reprogramação e retomada da obra”, afirmou a titular da pasta.

Para Cezar Scherer, é preciso encontrar uma definição para essa questão. “Nós iremos nos reunir para ouvir as propostas do município baseado nas nossas observações feitas hoje na visita ao local”, concluiu. O representante da Caixa Econômica no município, Waldemar Lott, acredita que este foi um grande passo para retomada das obras do Rio Camaçari. “Esta obra deve ser concluída, precisamos definir essa reprogramação, avaliar o que já foi executado e ouvir as alternativas”, afirmou. (NOSSA METRÓPOLE, 2017)

Observe-se que este projeto não possui o estudo de impacto ambiental disponível em meio digital, no site do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA).

O segundo exemplo é o **Projeto de Urbanização da Comunidade Ilha de Deus**, Zona Sul da Cidade do Recife, no Estado de Pernambuco.

A Ilha de Deus é uma comunidade ribeirinha situada entre os bairros da Imbiribeira e do Pina, Zona Sul da cidade Recife nas proximidades de um dos maiores e mais importantes manguezais urbanos do Brasil e um dos poucos resquícios desse ecossistema da capital pernambucana. Trata-se de um território que compõe a reserva estuarina da Bacia do Pina de confluência dos rios Jordão, Pina e Tejió numa área rodeada por densa urbanização abrigando em 15,3 hectares uma população em situação de extrema pobreza e ausência de recursos básicos.(MORAES; MARQUES, 2017)

Esta comunidade se formou na década de 1950, e os moradores viviam da pesca artesanal. A ilha foi reconhecida como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), e após 12 anos surgiu a Ação Integrada de Investimento para a Zeis Ilha de Deus, desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão da Cidade (SEPLAG), representando o Governo do Estado no ano de 2007 (**Figura 5**).

A Ação Integrada de Investimentos para a ZEIS Ilha de Deus foi iniciada em 2007, que trabalha a área de preservação de manguezal em perímetro urbano, no bairro da Imbiribeira, no Recife. O projeto vai além da intervenção de obras físicas: leva em consideração o contexto sócio-ambiental da localidade **e foi concebido em conjunto com a comunidade e suas lideranças dentro de um modelo participativo e inclusivo de gestão**. O Governo do Estado responde pela obra de urbanização por meio da **SEPLAG**, em sua Gerência de Articulação de Projetos.

As regras que regem o projeto foram construídas e pactuadas com a população local, apresentada em assembleia e publicada no Diário Oficial do Estado. O pioneirismo da iniciativa baseia-se na construção conjunta das soluções, a cada etapa, desde o diagnóstico, passando pela elaboração do plano, do projeto executivo e, enfim, o desenvolvimento da ação.

**[...] Na regra básica de atendimento habitacional, pactuada com a comunidade, todas as famílias cadastradas em 2007 têm direito a receber um imóvel ou ser indenizada, caso seja esta sua opção.** No caso do cadastro familiar identificar mais de um núcleo familiar numa mesma moradia, cada família tem direito a uma nova casa; e no caso de uma família possuir mais de um imóvel, receberá uma casa pela que mora e será indenizada pela segunda. Quem receberá uma casa por este segundo imóvel, será a família que ali reside.(SEPLAG, [2011/?], grifo nosso)

[...] O que já foi feito: construção da Ponte Vitória das Mulheres que dá acesso à comunidade, em 2009 (em parceria com a Prefeitura do Recife); das 349 novas casas previstas pelo projeto, 198 foram construídas (27 na área piloto, entregues em setembro de 2010, 78 no conjunto habitacional entregues em julho de 2011 e 93 na área 1 em processo de entrega). Das 151 unidades restantes, 44 encontram-se em execução e 107 estão para ser iniciadas, aguardando a liberação do terreno da última etapa da obra, onde

restam 30 imóveis. O projeto contempla cinco tipologias habitacionais (casa com dois ou três quartos, térreas, adaptadas para portadores de necessidades especiais). Também foram concluídas a reconstrução da sede do Caranguejo Uçá e da Igreja Aprisco de Jesus, esta última já entregue.

[...] O projeto contempla integralmente a infraestrutura básica para moradia, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação pública, pavimentação de todas as vias, paisagismo. Cada casa possui caixa d'água individual, e todas as famílias que estão recebendo casas novas estão sendo incluídas na Tarifa Social, tanto de água como energia. Inclui, ainda, a construção de equipamentos comunitários, como posto de saúde, praças, escola municipal, creche da comunidade. Está fase de acabamento a unidade de saúde da família, com entrega prevista para março de 2012; em reconstrução o centro educacional popular Saber Viver, com finalização prevista para junho de 2012, e a Escola Municipal Capela Santo Antônio, prevista para o final do ano.(SEPLAG, [2011/?])

**Figura 5.** Conhecendo a Ilha de Deus



Fonte: (SEPLAG, [2011/?] Informativo ano 1 – Nº 0 – Dezembro de 2009

As regras que regem o projeto foram construídas e pactuadas com a população local, apresentada em assembleia e publicada no Diário Oficial do Estado .**O pioneirismo da iniciativa baseia-se na construção conjunta das soluções, a cada etapa, desde o diagnóstico, passando pela elaboração do plano, do projeto executivo e, enfim, o desenvolvimento da ação.** (SEPLAG, [2011/?], grifo nosso)

Este projeto, tem um ideal que foi além das intervenções físicas, contemplando o contexto socioeconômico da localidade, logo foi concebido o projeto desenvolvido com a participação da comunidade local e lideranças. Os resultados podem ser vistos nas **Figuras 6 e 7.**

**Figura 6. Comunidade Ilha de Deus antes e depois da urbanização**



Zona Sul e Centro da Cidade do Recife e  
Localização da ZEIS Ilha de Deus (em 03/08/2015).  
Fonte: *Google Earth*; adaptação: Felipe Moraes, 2015.



A Ilha de Deus antes da Urbanização (em 07/07/2009). Fonte: *Google Earth*; adaptação: Felipe Moraes, 2015.



A Ilha de Deus depois da Urbanização. (em 02/08/2015). Fonte: *Google Earth*; adaptação: Felipe Moraes, 2015.

Fonte: Moraes e Marques (2017, p.2). Editado pela autora, 2018.

**Figura 7. Imagens Aéreas da Ilha de Deus, com Projeto Entregue.**



Fonte: Rocha, Semear e colher criando vidas da ilha de Deus, 23/05/2017.

Como visto, os informes oficiais e acadêmicos sobre a Urbanização da Ilha de Deus apontam para a participação da comunidade diretamente envolvida, nas várias etapas do projeto. Mas o que pode se entender como participação social? No item a seguir serão discutidos conceitos e definições de participação social, para em seguida se verificar o nível de participação no processo da urbanização das Unidades de Esgotamento 19 e 21 áreas de interesse da presente pesquisa.

### 3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Este item trata dos direitos humanos para todo cidadão em seu respectivo país, e também dos instrumentos de participação no Brasil conforme previstos na Constituição Federal de 1988, e no Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257 de 2001), como forma de garantir a gestão democrática da cidade. Ainda aborda o Decreto Nº 8.243/2014, que institui a **Política Nacional de Participação Social – PNPS** e o **Sistema Nacional de Participação social – SNPS**, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Trata também do conceito de participação e de participação social, bem como dos tipos de participação, do ponto de vista de diferentes autores, tais como Patman (1992), Bordenave (1994), Stotz (2009), Arnstein (1969) e De La Mora (1988), entre outros.

#### 3.1. Conceito de Participação Social

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, “como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações”. São alguns recortes voltados para a participação social:

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos cujo texto, na íntegra, pode ser lido a seguir. Logo após, a Assembleia Geral solicitou a todos os Países - Membros que publicasse o texto da Declaração “para que ele fosse divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados.”

[...]

Art. XX

1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica.

[...]

Art. XXI

[...]

3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo. essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por

sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

[...]

Art. XXVIII

Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados. (ONU BR, 2018)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi difundida assegurando assim que o direito humano fosse colocado em prática em cada nação.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 estabelece diretrizes no âmbito do planejamento municipal para o direito das crianças, seguridade social, política da saúde, e educação. Em vários momentos, ao longo dos seus artigos promove a democratização dos processos decisórios estabelecendo o princípio da participação e do controle social. Com isto fortalece este novo mecanismo de articulação entre sociedade e Estado, tornando muitos dos processos decisórios, democráticos.

Todo poder emana do povo que o exerce através dos seus representantes eleitos, e diretamente, nos termos desta constituição. (Brasil, 1988, art. 1º, parágrafo único)

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal tratam da Política Urbana, sem que, no entanto, tenha sido explicitada a participação social nos processos decisórios nesse contexto. Mas outra lei federal, o Estatuto da Cidade (Lei: 10.257/2001), ao regulamentar esses dois artigos mencionados, explicitou os instrumentos de uma gestão democrática da cidade, garantindo assim o controle dos organismos gestores diretamente pela população e o pleno exercício da cidadania. São os instrumentos:

[...]

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – Órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

**II – debates, audiências E consultas públicas;**

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

V – (Vetado).

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as

propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania. (Brasil, 2001, art. 43 a 45, grifo nosso)

Também na esfera municipal, o Plano Diretor da Cidade do Recife (Lei 17.511/2008) estabelece a política de gestão urbana do Município, definindo como um dos seus princípios fundamentais, a gestão democrática. Reforça a participação da sociedade civil nos processos decisórios, e destaca essa participação nos casos que envolvam obras de impacto ambiental e mobilidade urbana.

[...]

Art. 6º A gestão democrática é entendida como o processo decisório, no qual há a participação direta dos cidadãos individualmente ou através das suas organizações representativas na formulação, execução e controle da política urbana [...]

[...]

Art. 37 Para aprovação de projetos ou execução de obras de impacto ambiental e na mobilidade urbana, o Poder Público Municipal deverá garantir a participação das comunidades afetadas. [...] (PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RECIFE, 2008)

Algumas leis passaram a fazer parte do regimento jurídico brasileiro com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. Uma delas é o Decreto Nº 8.243/2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS e define os mecanismos de participação social, descrito abaixo alguns deles:

[...]

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

[...]

VI - Mesa de diálogo - mecanismo de debate e de negociação com a participação dos setores da sociedade civil e do governo diretamente envolvidos no intuito de prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais;

[...]

VIII - Audiência pública - mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais;

IX - Consulta pública - mecanismo participativo, a se realizar em prazo definido, de caráter consultivo, aberto a qualquer interessado, que visa a receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre determinado assunto, na forma definida no seu ato de convocação; e

X - Ambiente virtual de participação social - mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil.

Parágrafo único. As definições previstas neste Decreto não implicam na desconstituição ou alteração de conselhos, comissões e demais instâncias de participação social já instituídos no âmbito do governo federal.

Art. 3º São diretrizes gerais da PNPS:

I - Reconhecimento da participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia;

II - Complementaridade, transversalidade e integração entre mecanismos e instâncias da democracia representativa, participativa e direta;

III - Solidariedade, cooperação e respeito à diversidade de etnia, raça, cultura, geração, origem, sexo, orientação sexual, religião e condição social, econômica ou de deficiência, para a construção de valores de cidadania e de inclusão social;

IV - Direito à informação, à transparência e ao controle social nas ações públicas, com uso de linguagem simples e objetiva, consideradas as características e o idioma da população a que se dirige;

V - Valorização da educação para a cidadania ativa;

VI - Autonomia, livre funcionamento e independência das organizações da sociedade civil; e

VII - ampliação dos mecanismos de controle social.

Art. 4º São objetivos da PNPS, entre outros:

I - Consolidar a participação social como método de governo;

II - Promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social;

III - Aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes;

IV - Promover e consolidar a adoção de mecanismos de participação social nas políticas e programas de governo federal;

V - Desenvolver mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de planejamento e orçamento;

VI - Incentivar o uso e o desenvolvimento de metodologias que incorporem múltiplas formas de expressão e linguagens de participação social, por meio da internet, com a adoção de

tecnologias livres de comunicação e informação, especialmente, softwares e aplicações, tais como códigos fonte livres e auditáveis, ou os disponíveis no Portal do Software Público Brasileiro;

VII - desenvolver mecanismos de participação social acessíveis aos grupos sociais historicamente excluídos e aos vulneráveis;

VIII - incentivar e promover ações e programas de apoio institucional, formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil; e

IX - Incentivar a participação social nos entes federados.

Art. 5º Os órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta deverão, respeitadas as especificidades de cada caso, considerar as instâncias e os mecanismos de participação social, previstos neste Decreto, para a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas públicas.

[...]

Art. 7º O Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, será integrado pelas instâncias de participação social previstas nos incisos I a IV do art. 6º deste Decreto, sem prejuízo da integração de outras formas de diálogo entre a administração pública federal e a sociedade civil. (Brasil, 2014)

Não é tarefa simples definir “participação”, considerando que é um termo polissêmico, isto é, um termo que possui mais de um significado, mais de um sentido. Patman (1992, p.93), nos alerta sobre a imprecisão do termo “participação”, citando três definições de diferentes autores sobre o mesmo:

Consiste basicamente na criação de oportunidades, sob as condições adequadas, para que as pessoas influem nas decisões que as afetam. Essa influência pode ser de pouca a muita... [participação] constitui um caso especial de delegação no qual o subordinado adquire um controle maior, uma maior liberdade de escolha em relação a suas próprias responsabilidades. O termo participação é usualmente aplicado à maior influência do subordinado sobre assuntos de responsabilidade do superior (MCGREGOR, 1960, pp. 126 e 130).

A participação consiste em quaisquer dos processos pelos quais os empregados, além dos empresários, também contribuem de modo positivo para que se consigam decisões administrativas que afetem seu trabalho. (SAWELL, 1968, p.1).

A totalidade daquelas formas em que o exercício de poder de baixo para cima por parte dos subordinados nas organizações é percebido como legítimo, tanto por eles quanto por seus superiores (LAMMERS, 1967, p.205).

Bordenave (1994) desenvolve uma reflexão sobre o conceito de participação, a partir de um diálogo em busca da origem da palavra.

Pergunte-se a qualquer pessoa o que é participação e, com toda certeza, ela mencionará a palavra “parte” em sua resposta. Seguramente vai dizer que “participa é fazer parte de algum grupo ou associação”, ou “tomar parte numa determinada atividade”, ou ainda, “ter parte num negócio”. (BORDENAVE, 1994, p.12, grifo nosso).

E esclarece que “[...] a palavra *participação* vem da palavra *parte*. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. [...]” (BORDENAVE, 1994, p.22). Questiona se tudo seria a mesma coisa, e cita algumas frases como exemplo: “Bulhões faz parte de nosso grupo, mas raramente toma parte das reuniões”. § “Fazemos parte da população do Brasil, mas não tomamos parte nas decisões importantes. ” § Edgar faz parte da nossa empresa, mas não tem parte alguma no negócio.” (idem, p.22).

Para Bordenave (1994, p.22), “Estas frases indicam que é possível fazer parte sem tomar parte e que a segunda expressão representa um nível mais intenso de participação” E aí estaria uma primeira distinção, segundo o autor, entre participação *passiva* e participação *ativa*, e que representaria a distinção entre o cidadão inerte e o cidadão engajado.

Mas mesmo dentro da participação *ativa* (entre os cidadãos engajados), observam-se, segundo o autor, diferenças na qualidade da sua participação. Alguns cidadãos sentem “ser parte” da organização, portanto, “tendo parte” nela, dedicando-lhe lealdade e responsabilidade. Outros cidadãos, não dedicam essa mesma lealdade comprometida com a organização, e facilmente a abandonam.

A democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por “fazerem parte” da nação, “**têm parte**” real na sua condução e por isso “**tomam parte**” – cada qual em seu ambiente – na construção da nova sociedade da qual se “**sentem parte**”... “*A prova de fogo da participação não é o quanto se torna parte mas como se torna parte*” .(BORDENAVE, 1994, p.23, grifo do autor).

Algumas vezes ao conceito de participação é vinculado um adjetivo, **participação popular**, **participação cidadã** ou **participação social**, e nesses casos, a participação é atrelada a trajetória de conquistas de direitos de cidadania,

em especial para os setores mais pobres, historicamente discriminados e excluídos social, política e economicamente.

Outra autora, Arnstein (1969), traz a reflexão de como se tornou popular o uso dos termos: “participação cidadã”, “controle cidadão”, “máximo envolvimento dos pobres” em várias situações, principalmente nos países americanos.

Segundo a autora, a “participação cidadã” tem por base três programas sociais do Governo Federal: o programa de renovação urbana, programa de combate à pobreza, e o programa cidades-modelo. A participação é aceita pelos americanos até o momento em que o grupo dos “sem nada”: (negros, imigrantes, mexicanos, porto-riquenhos, índios, esquimós e brancos pobres), manifestam interesse na participação pública na busca de seus direitos.

Arnstein (1969) observa que existem vários questionamentos e reflexões sobre participação, e alguns chegam a acreditar que é algo incompreensível, mas ela traz uma resposta:

Minha resposta à pergunta central o que é participação se resume à constatação de que participação cidadã constitui um sinônimo para poder cidadão. Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais programas serão executados e quais benefícios, tais como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis. Resumindo, a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente. (ARNSTEIN, 1969, p.1, 2)

A autora descreve a fotografia de um pôster francês que faz referência à participação sem a distribuição de poder, o que seria um processo vazio e frustrante para os que não possuem poder. **(Figuras 8 e 9)**

Havendo participação de fato, os que detém poder poderão dialogar com todos sem que haja benefícios apenas para alguns.

**Figura 8.** Pôster utilizado por estudantes franceses para explicar as rebeliões de estudantes e trabalhadores.



Fonte: ARNSTEIN S., 1969, p.216

**Figura 9.** Pôster - Cartaz onde se lê a conjugação de verbos

Je participe {Eu Participo}  
Tu participes {Tu Participas}  
Il participe {Ele Participa}  
Nous participons {Nós Participamos}  
Vous participez {Vós Participeis}  
Ils PROFITENT! {Eles APROVEITAM!}}

Fonte: ARNSTEIN S., 1969, p.216

### 3.2. Níveis e Tipos de Participação

A classificação da participação em níveis e tipos varia de acordo com alguns autores. Arnstein (1969) classifica a participação em 8 níveis, e De La Mora (1988) em 5 tipos conforme, descritos a seguir.

Inicialmente será abordado a classificação por Arnstein, que representou os níveis de participação em forma de uma “escada” com 8 degraus (**Figuras 10 e 11**) cada degrau representando o nível de poder do cidadão sobre a decisão dos resultados.

**Figura 10.** Oito Degraus da Participação Cidadã

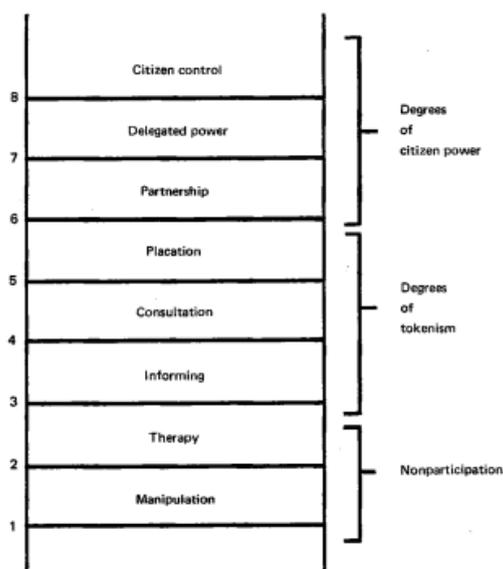


FIGURE 2 *Eight Rungs on a Ladder of Citizen Participation*

Fonte: ARNSTEIN,S., 1969, p. 217;

**Figura 11.** Oito Degraus da Participação Cidadã – Tradução em português

8 Controle Cidadão	Níveis de poder cidadão
7 Delegação de Poder	Níveis de poder cidadão
6 Parceria	Níveis de poder cidadão
5 Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4 Consulta	Níveis de concessão mínima de poder
3 Informação	Níveis de concessão mínima de poder
2 Terapia	Não-participação
1 Manipulação	Não-participação

Fonte: ARNSTEIN,S., 2002, p. 2

A descrição de cada nível pela autora citada pode ser visto a seguir:

**1º Manipulação:** Neste nível os líderes convidam cidadãos para participarem nos comitês ou conselhos. Estes passam a ser “educados” em suas decisões ou serviram apenas para obter apoio. Esta participação nos comitês consultivos populares permitirá que posteriormente passem a votar e tomar decisões concernentes a projetos que “beneficiaram” as suas comunidades. Ao percebem que o tal projeto no qual acreditaram ser bom, na verdade não traz os benefícios devidos e causam até outros problemas a comunidade. Veem que os líderes políticos, os mais influentes de alguma forma recebem benefícios, já são do meio político ou conhecem pessoas influentes.

**2º Terapia:** A autora afirma que algumas participações estão disfarçadas de terapia grupal, tornando-se participações desonestas e arrogantes. Isto ocorrer pelo fato de seus administradores, sendo especialista em psicologia, psiquiatras e assistentes sociais, acreditarem que a falta de poder é sinônimo de distúrbios mentais. Com isso envolvem as pessoas em atividades, mas com foco em curá-las de suas “patologias”, ao invés de mudar o racismo e a violência que originaram suas “patologias”.

**3º Informação:** Neste nível o objetivo é de informar aos cidadãos seus direitos e responsabilidades. A questão é que a legitimidade é interrompida quando a informação tem apenas mão única (dos técnicos para os cidadãos) sem que haja um retorno da informação, e negociação com os cidadãos e esta informação é dada já perto da fase final do planejamento onde o cidadão terá pouco poder de negociação para o programa que foi definido para “seu benefício”.

**4º Consulta:** Tanto informar, quanto solicitar a informação ao cidadão é uma iniciativa para a participação legítima. É importante que a participação esteja integrada a outras formas de participação, porém este nível não garante que as necessidades do cidadão sejam atendidas, caso os tomadores de decisão restringem a contribuição dos cidadãos a apenas este nível. Para consultar a população alguns instrumentos são utilizados como: audiências públicas, assembleia de bairro, pesquisa de opinião. É preciso tomar o cuidado para que esta participação não seja apenas uma reunião onde se calcula número de pessoas nas reuniões, a quantidade de folhetos entregues ou pessoas que foram entrevistadas, tornando-se apenas “participação da participação”.

**5º Pacificação:** Este nível permite a escolha de um cidadão da comunidade ainda que com acessos limitados, porém, que ele esteja participando dos comitês e seja de fato conhecido por sua comunidade e tenha influência nela. O grau de pacificação dos cidadãos dependerá da qualidade da assessoria técnica e o grau de organização da comunidade. Se este escolhido não for um bom articulador, corre o risco dos sem nada perderem as votações e serem esquecidos.

**6º Parceira:** Existe neste nível uma redistribuição de poder através da negociação entre tomadores de decisão e cidadãos. Ambos os lados estão de acordo em compartilhar o planejamento a responsabilidades de tomada de decisões, através dos conselhos, comitês, planejamento e mecanismo de solução de conflitos. Para melhor funcionamento desta ação, organizar a comunidade, colocando uma

liderança responsável que prestará conta dos seus atos. Caso a organização possua recursos para estar pagando a liderança, ou contratar seus próprios técnicos, como advogados, agentes de desenvolvimento, isto permitirá uma real capacidade para alcançar os resultados.

**7º Delegação de Poder:** Neste nível pode haver cidadãos assumindo poder deliberativo em determinado plano ou programa, como é o caso dos conselheiros deliberativos. Neste nível há um poder maior dos cidadãos para que o programa atenda às verdadeiras necessidades da comunidade. As divergências com os grupos poderosos são resolvidos de forma negociada sem que se use pressão.

Pode haver outra forma de delegação de poder, quando se separa grupos de cidadãos e técnicos do setor público. Caso divergências não sejam resolvidas através de negociação, o grupo de cidadãos tem o poder de veto sobre o planejamento.

**8º Controle Cidadão:** Com o crescimento do controle pelos cidadãos, cresce o desejo de controle das escolas, controle pelas comunidades negras e o controle sobre os bairros por parte da comunidade, devido ao aumento da demanda. Vê-se a população querendo um grau de poder que garanta a eles, gerir um programa público ou uma organização assumindo a responsabilidade pela definição das ações e aspectos gerenciais, sendo capazes de negociar com ações externas que queiram introduzir mudanças. Existe o modelo mais definido que é o de corporação comunitária, com acesso direto à fonte de financiamento sem precisar de intermediários. Muitas destas corporações estão produzindo bens ou serviços públicos.

Vistas as 8 (oito) classificações de Arnstein (1969), tem-se então a classificação feita por De La Mora (1995), no contexto de uma discussão sobre os papéis dos novos atores sociais na gestão descentralizada das políticas públicas. Segundo o autor, a relação entre Estado e Sociedade vem mudando ao longo do processo de democratização do país e pode se articular de 5 (cinco) formas diferentes (De La Mora, 1995, p. 261 a 286):

**1ª Forma:** É uma forma de relacionamento entre Estado e uma sociedade plural, desigual, com interesses contraditórios e com capacidade desigual de eleger seus representantes. É uma relação caracterizada pela desigualdade, vez que o poder é exercido de forma desigual em função da base da sociedade também ser desigual. Assumem uma posição privilegiada na condução das Políticas públicas, os

grupos que detêm o poder econômico e o poder da informação. Explorados e espoliados são excluídos dos mecanismos do poder;

**2ª Forma:** A alta concentração de renda do país, a desigualdade política e a desigualdade fiscal, faz com que os que mais necessitam das ações de Políticas Públicas não tenham acesso aos bens e serviços necessários que satisfaçam as suas necessidades e estão em situação de exclusão.

**3ª Forma:** Alguns dos líderes dos setores excluídos veem uma possibilidade de reverter a situação de desigualdade mediante ações coletivas, através de movimentos sociais que surgem para denunciar, protestar, reivindicar e exigir seus direitos impondo pressão sobre seus interlocutores, os principais representantes do Estado como parlamentares, políticos, funcionários públicos e outros que definem as prioridades e conseguem recursos. O representante do movimento está à frente articulando junto a outras lideranças em reuniões, negociações, definido estratégias com as autoridades políticas. Há uma troca de favores entre políticos e lideranças comunitárias. Mediante isso os líderes das associações não estão cientes do andamento das ações perdendo a força e legitimidade de sua liderança, perdendo sua base como expressão do movimento popular.

**4ª Forma:** Alguns movimentos tomam a iniciativa posicionando-se como prestadores de serviço público complementando a ação do governo. Devido à demora e insatisfação na qualidade do serviço oferecido pelos órgãos públicos sendo instituídos rede de escolas comunitárias, grupos de saúde popular e outros. Com este mecanismo de terceirização assumido pela comunidade, existe uma tendência ao desenvolvimento *de tipos de participação clientelista, maniqueísta e crítica*. Para melhor compreensão veremos a seguir o significado dos mesmos.

- *Tipo de Participação Clientelista:* Representantes das organizações populares e de órgãos públicos se articulam para a promoção de programas e ações para melhoria das condições de vida da comunidade. Na verdade, o representante do poder quer se legitimar junto à comunidade e junto ao governo, e o representante da comunidade quer mostrar a sua eficácia junto às bases e junto ao governo, para manter benefícios e privilégios. Trata-se de uma articulação sem crítica;

- *Tipo de Participação Maniqueísta:* É contrária ao clientelismo. É a crítica sem articulação. É uma participação onde os representantes do poder local negam qualquer possibilidade de contribuição por parte dos líderes populares. Entendem que, quando estes intervêm nos projetos não possuem qualificação,

colocando-se como mais competentes para tomadas de decisões. Da mesma forma os líderes populares reagem como o maniqueísta, quando há uma posição clientelista, negando qualquer forma de diálogo com as autoridades locais. Afirmam que o povo e seus representantes populares estão corretos, com boa intenção, e são competentes. É uma articulação baseada na desconfiança e em muitas situações, na hostilidade.

- *Tipo de Participação Crítica:* É a síntese dialética das duas situações anteriores, emergindo das dificuldades e defeitos, os elementos de superação. Os líderes da comunidade e representantes políticos reconhecem suas diferenças havendo diálogo através da crítica, sem atitude antidemocrática, individualista, sem politicagem ou desqualificação técnica. Esta participação deve ser desenvolvida continuamente porque há risco do renascimento de ações clientelistas ou maniqueístas entre representantes do poder local ou mesmo da comunidade.

**5ª. Forma:** Os tipos de participação anteriores são caracterizados por De La Mora (1995) como sendo as formas tradicionais de relacionamento entre a sociedade e o Estado. A partir da Constituição de 1988, surge uma nova forma de articulação entre sociedade e o Estado. Diz o autor:

Esta nova forma consiste na participação na gestão das políticas públicas através da formulação, normatização e controle das ações das Políticas Públicas, sejam elas promovidas pelo governo, pela iniciativa ou ainda pelas organizações comunitárias.

Fundamenta-se no princípio constitucional expresso no parágrafo único do artigo primeiro da Constituição Federal:

*“Todo poder emana do povo que o exerce através dos seus representantes eleitos, e diretamente, nos termos desta constituição”.* (DE LA MORA ;1995, p.271)

E segue De La Mora (1995), indicando as passagens da Constituição voltadas para a participação da sociedade civil nas políticas públicas, e em seguida discute o papel dos órgãos colegiados criados para a gestão e controle das Políticas Públicas. Mas essa discussão já foge ao universo dessa pesquisa.

Foi visto assim que a participação social na definição e implantação de políticas públicas está garantida, seja por força da Constituição de 1888, seja por força de outras legislações federais, estaduais e municipais. E que, em que pese as mudanças ocorridas na relação entre Governo e Sociedade, que garantem cada vez

mais o direito de participação, é sempre possível que ressurgja uma das formas tradicionais de relacionamento apontadas por De La Mora (1995) ou um dos níveis de participação situados nos degraus mais baixos da escada proposta por Arnstein (1969). É o que se pretender avaliar no caso da Urbanização da Bacia do Rio Beberibe, e em especial das intervenções nas Unidades de Esgotamento 19 e 21.

## 4. PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO RIO BEBERIBE

Em Recife e Região Metropolitana alguns empreendimentos de impacto foram implantados por iniciativa pública, como por exemplo: Projeto Via Mangue, Projeto Navegabilidade dos Rios Capibaribe e Beberibe, Central de Tratamento de Resíduos de Ipojuca, Projeto de Recuperação da Orla Marítima - Municípios de Jaboatão dos Guararapes, Recife, Olinda e Paulista (Pernambuco), e Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe. Dentre os exemplos, para fins desta pesquisa, o projeto escolhido foi o de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe, e dentro desta área as Unidades de Esgotamento Sanitário<sup>2</sup> (UEs) 19 e 21.

### 4.1. Localização da Área de Estudo

A Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe está localizada no Estado de Pernambuco como mostra **Figura 12**. A localização geográfica da Bacia do Beberibe e a sua centralidade em relação à Região Metropolitana do Recife, e as áreas que integram a mesma que são parte dos municípios de Camaragibe, Recife, Olinda, fazendo confluência com o Rio Capibaribe antes de desaguar no Oceano Atlântico, estão representadas na **Figura 13**.

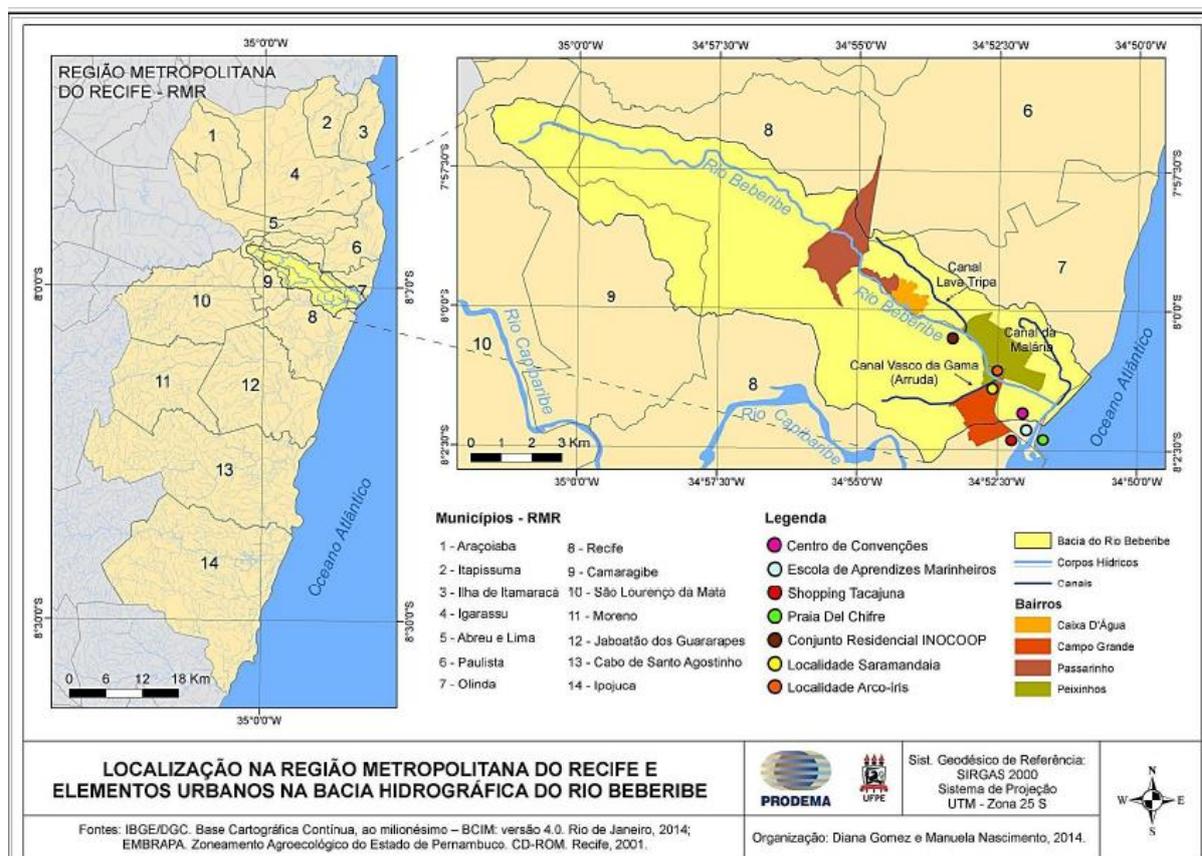
**Figura 12.** Divisão Geopolítica do Estado Pernambuco com localização da Bacia Beberibe



Fonte: BDE, s/d. Edição da Autora, 2018.

<sup>2</sup> NBR 648-ABNT 186 - Define **Esgoto sanitário**: Despejo líquido constituído de esgotos doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição pluvial parasitária. (Esta terminologia foi utilizada no início do projeto pela PROMETRÓPOLE, mas deixou de ser utilizada para melhor compreensão da fase do projeto atualmente devido às mudanças de contrato).

**Figura 13.** Localização na Região Metropolitana no Recife e Elementos Urbanos na Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe



Gomes, 2015, p.63.

## 4.2. Urbanização da Bacia do Beberibe

Essa bacia sofre com o assoreamento<sup>3</sup> da sua calha, e o estreitamento do rio devido ao solo trazido dos morros ocupados de forma desordenada nos últimos 50 anos em Olinda, Zona Norte do Recife, e agressão às nascentes em Camaragibe.

Segundo ainda informações disponibilizadas pela Agência CONDEPE-FIDEM, a área da Bacia do Beberibe abriga “a maior concentração de assentamentos de baixa renda da Região Metropolitana do Recife, espalhada em áreas de risco, morros e alagados que, por sua vez, apresenta os menores índices de atendimento em infra-estrutura, além de uma integração urbana restrita, fruto de uma baixa acessibilidade viária”. (Agência CONDEPE/FIDEM, [2003/?]). Diz ainda essa instituição:

<sup>3</sup>Nome técnico que se dá ao processo acelerado de deposição de sedimentos detríticos em uma área rebaixada (área de sedimentação). (Disponível em: <file:///C:/Users/Amanda/Downloads/Texto\_Erosao%20e%20Assoreamento%20em%20Areas%20Urbanas.pdf>Acessado em 25/11/2018)

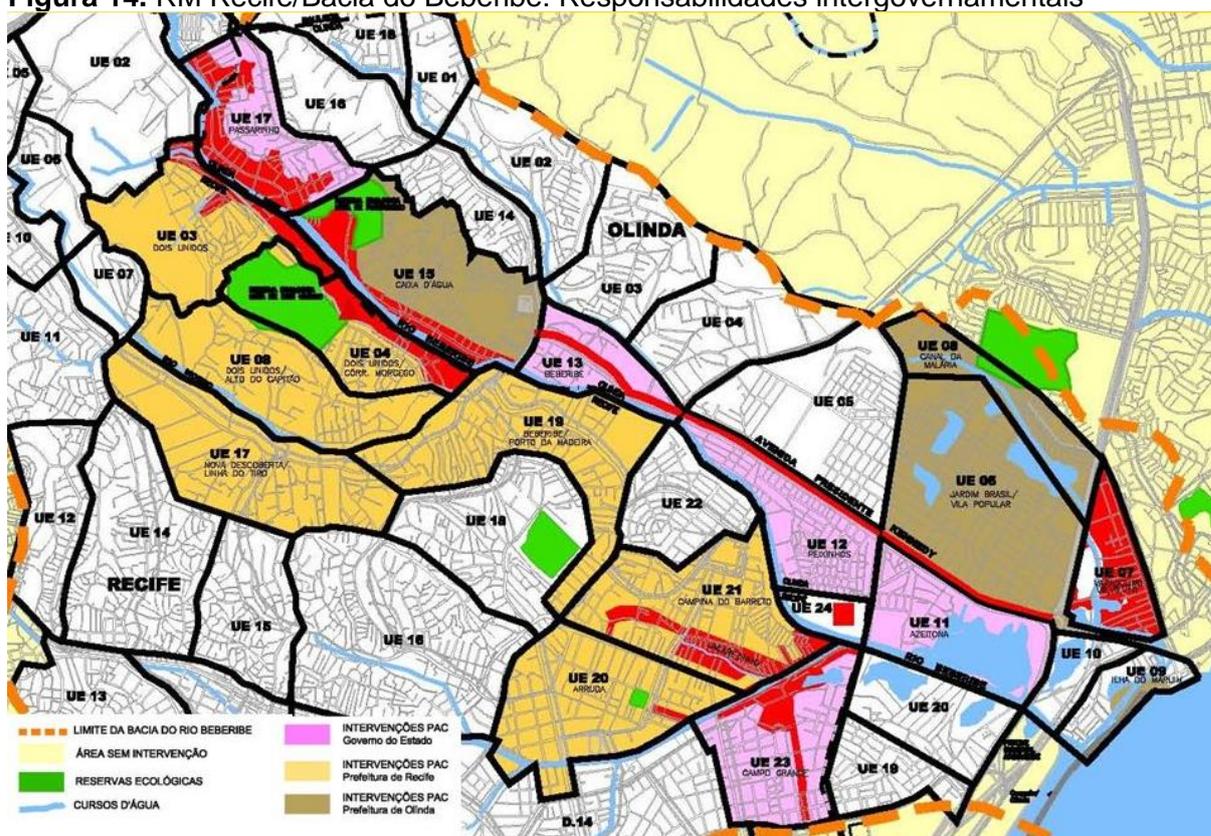
Por suas características e, principalmente, por sua localização geográfica, em pleno centro da Região Metropolitana do Recife, foco de um intenso processo de urbanização, a bacia do Rio Beberibe passou a reunir as mais diversas manifestações de degradação, resultantes, em grande parte, do caráter agressivo e não planejado, ao longo da história do processo de ocupação do solo. (Agência CONDEPE/FIDEM, [2003/?].)

Em 2008, o governo do estado descreveu a Bacia do Beberibe como uma área de 81 km<sup>2</sup>, predominantemente urbana, com áreas de risco (morros e alagados), com uma população de 588.802 habitantes, uma alta densidade demográfica (7.236 hab/ km<sup>2</sup>), uma área que abriga a maior concentração de áreas de baixa renda da RMR e os menores índices de atendimento por infraestrutura e que apresenta baixa acessibilidade viária e integração urbana restrita. Integram essa bacia áreas dos municípios de Camaragibe, Olinda e Recife.

#### 4.2.1. Unidades de Esgotamento (UEs)

A Região às margens da Bacia do Beberibe foi divididas espacialmente em 15 Unidades de Esgotamento (UEs) de forma que os gestores públicos tenham melhor administração das áreas. Dentre estas, sete ficam em Olinda e oito em Recife. São as sete UEs localizadas em Recife: UE3 - Dois Unidos; UE4- Dois unidos Córrego do Morcego, UE 08- Dois unidos Alto do Capitão, UE17- Nova Descoberta Linha do Tiro; **UE19- Beberibe Porto da Madeira**; UE20- Arruda; **UE21- Campina do Barreto**. As duas UEs grafadas em negrito são as selecionadas como objeto dessa pesquisa **Figura 14**.

Figura 14. RM Recife/Bacia do Beberibe: Responsabilidades intergovernamentais



Fonte: PAC. Saneamento e urbanização de Favelas, s/d.

#### 4.2.2. O Prometrópole e seus Antecedentes

De acordo com Maranhão (2011, p.44), na década de 90, o agravamento da pobreza urbana pela redução de investimentos federais em áreas pobres, levou o Governo do Estado de Pernambuco a buscar fontes externas de investimentos para suas cidades. Surge nesse contexto, o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que sob a influência das discussões sobre a questão ambiental trazidas pela ECO 92<sup>4</sup>, transforma-se em Programa de Qualidade das Águas – PQA. Esse Programa define as bacias hidrográficas e suas micro-bacias como unidade de esgotamento e promove estudos para investimentos no setor de saneamento. E continua a referida autora:

<sup>4</sup>Eco-92, Rio-92, Cúpula da Terra ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi um evento que ocorreu no Rio de Janeiro de 03 a 14 de junho de 1992. Os temas da Conferência giraram em torno de problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável. A partir disso, esse evento foi um marco para alertar sobre a conscientização ambiental em todos os países do mundo. (Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/eco-92/>>:. Acesso em 24/09/2018)

Mas, é em 1996, a partir do Encontro Internacional do Recife sobre a Pobreza Urbana, evento preparatório do Habitat II, realizado em Istambul, que se consolida uma nova filosofia de enfrentamento da pobreza urbana, com foco em ações integradas voltadas para o desenvolvimento integral do ser humano e o conceito de moradia no sentido mais amplo. A questão da 'sustentabilidade' urbana entra em foco com a priorização de ações mais integradoras. Em função dessa nova visão e de um contexto local de possibilidade de privatização da operação do Setor de saneamento, o Banco Mundial redirecionou suas linhas de financiamento para ações de combate à pobreza urbana. (MARANHÃO, 2011, p.44)

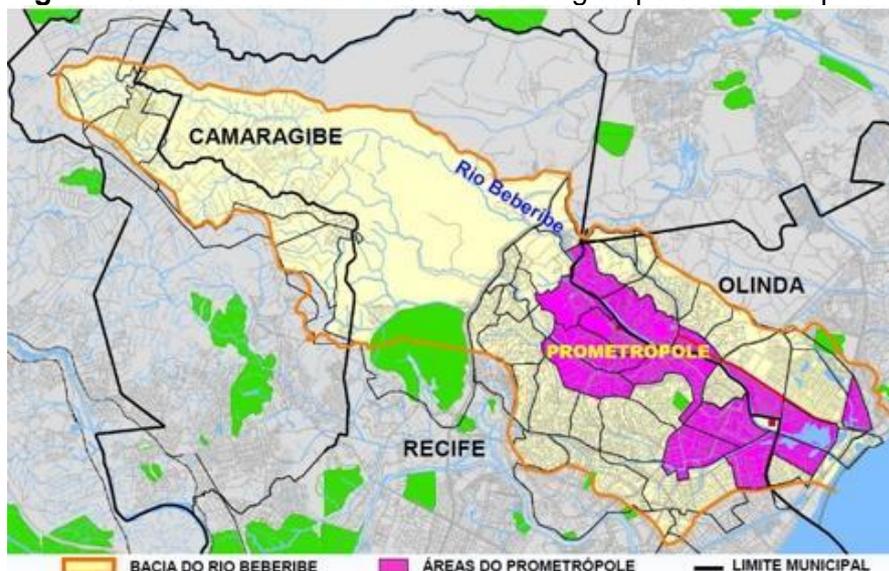
Nesse novo contexto, o Programa de Qualidade das Águas – PQA transforma-se no Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR (PROMETRÓPOLE).

Uma visão similar desses antecedentes é oferecida por Souza e Campos (2010), que diz:

De acordo com Campos (2003), o Prometrópole surge contextualizado em uma ação do Governo de Pernambuco, desde 1992, com pretensões de dar prioridade à minimização das desigualdades vivenciadas na área metropolitana do Recife, em torno das bacias hidrográficas aí localizadas. Deste modo, esse projeto derivou do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU/PE) e do Projeto de Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica (PQA/PE). (SOUZA e CAMPOS, 2010, p. 99).

A **Figura 15** mostra a área de intervenção do Prometrópole em relação à Bacia do Beberibe.

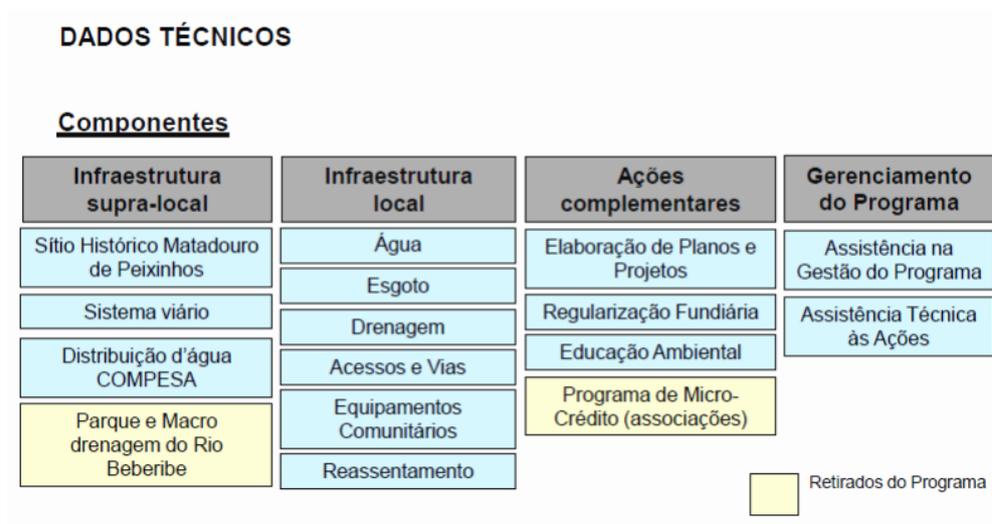
**Figura 15.** Bacia do Beberibe e área abrangida pelo Prometrópole



Fonte: Governo do Estado de Pernambuco, 2008, slide 10.

O referido Projeto de Urbanização visa à reurbanização, implantação de novas habitações e saneamento básico das localidades que se situam às margens do rio, trazendo novas perspectivas para a recuperação do mesmo. O programa Prometrópole se estruturou como mostra a **Figura 16**.

**Figura 16.** Estrutura para o Programa Prometrópole



**Fonte:** Maranhão, 2017, Slide 12

O objetivo do programa é melhorar as condições de habitabilidade da bacia do Rio Beberibe por meio de implantação de infraestrutura urbana em áreas de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e melhoria da qualidade ambiental da Região Metropolitana do Recife - RMR. (Maranhão, 2017, slide 07)

As intervenções na Bacia do Rio Beberibe foram norteadas pelas propostas contidas no documento Bacia do Beberibe – Reabilitação Urbana e ambiental (FIDEM, 2001), que apresenta um elenco de ações viáveis e passíveis de captação de recursos, revisando estratégias e ações propostas no Plano Estruturador da Bacia do Beberibe (FIDEM, 2001). Tal Plano definiu uma estratégia de espacialização das ações a serem desenvolvidas para reverter a situação de pobreza nesta região, buscando suprir áreas críticas com uma infraestrutura adequada, principalmente quanto ao esgotamento sanitário e à urbanização de áreas de baixa renda. E, também, pelas ações desenvolvidas pelo Programa PROMETRÓPOLE, para solução desses problemas, através da melhoria da habitabilidade em 13 UEs (unidades de Esgotamento Sanitário) localizadas ao longo do Rio Beberibe, nos Municípios de Olinda e Recife. (Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria das Cidades, s/d/)

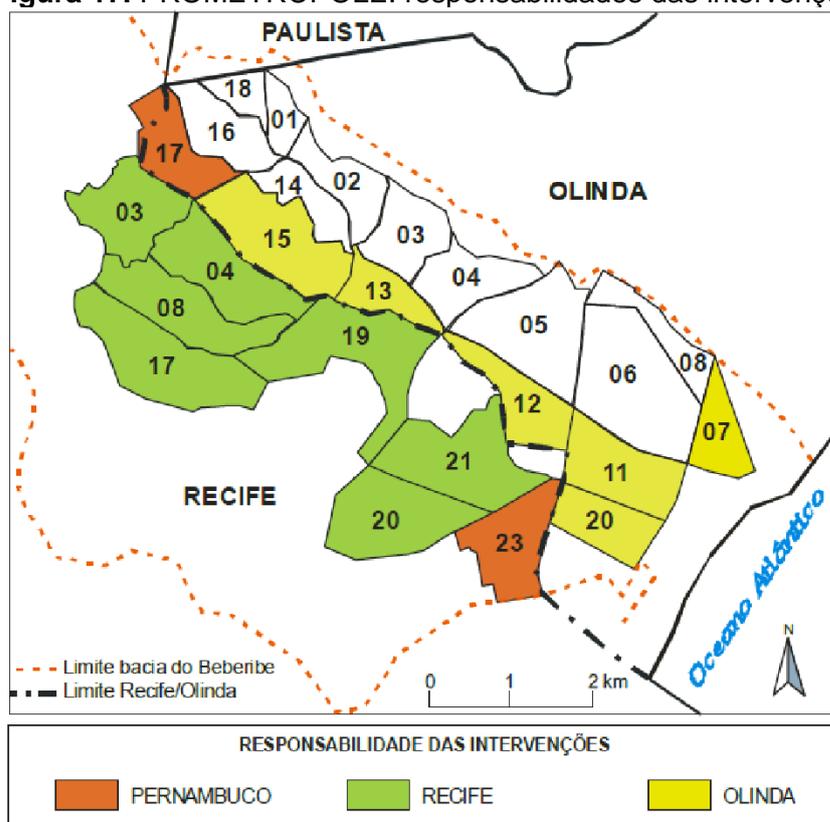
E por ser um bolsão de pobreza localizado no centro da Região Metropolitana do Recife, a Bacia do Beberibe foi indicada para receber os recursos do

PROMETRÓPOLE, a partir de demanda do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – Conderm. Isso porque,

A área selecionada pelo Prometrópole é bastante carente de áreas verdes públicas e de lazer, seja na forma de praças, de parques ou de equipamentos sociais. Além do combate à pobreza com a implementação de ações integradas de infra-estrutura urbana (água, esgoto, drenagem, sistema viário, equipamentos sociais, de lazer e outros) e a ampliação e melhoria dos serviços públicos prestados às comunidades, o Programa prevê a implantação de equipamentos de uso coletivo e de caráter metropolitano, tais como, o Centro Cultural e Desportivo Nascedouro de Peixinhos e o Parque Beberibe. (Agência CONDEPE/FIDEM, [2003/?]).

O prazo de implantação do PROMETRÓPOLE, em cinco anos (2003-2008), não foi cumprido, podendo-se ver na **Figura 17** a seguir, as responsabilidades pelas intervenções.

**Figura 17. PROMETRÓPOLE: responsabilidades das intervenções**



FONTE: Agência CONDEPE/FIDEM, 2008.  
PAC em Olinda, 2008.  
EXECUÇÃO E ADAPTAÇÃO: Roberto Silva de Souza.

Fonte: Souza e Campos (2010, p.106).

Já a partir de 2006, segundo informam Souza e Campos (2010, p.7 e 8), notícias de imprensa começam a denunciar a não execução das ações previstas em

2003, em função do excesso de burocracia, continuando o Prometrópole na invisibilidade do programa para os milhares de habitantes que vivem precariamente ao longo da Bacia do Beberibe.

Houve então um redirecionamento dos investimentos, sendo priorizadas apenas algumas das ações previstas. Os mesmos autores destacam as atuações do governador Eduardo Campos e do Prefeito João Paulo no sentido de destravar o Prometrópole. Foram buscados outros financiamentos na esfera federal, procurando-se encaixar projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que deu possibilidade de implantação de algumas ações. Mas mesmo no contexto do PAC, o Prometrópole teve seus momentos de dificuldades, até chegar à situação atual de retomada dos projetos, como será visto a seguir. Cabe lembrar, que é sobre a área de responsabilidade da Prefeitura do Recife que essa pesquisa terá continuidade.

De acordo com notícias da mídia, desde 2007 houve esta captação de recursos e a obra teve seu retorno, porém houve intervenção pela União. Como foi citado anteriormente em outro capítulo a exemplo desta situação é o caso na Bahia, o Projeto de Revitalização Integrada da Bacia do Rio Camaçari e seus afluentes, que posteriormente após captação dos recursos para finalização da obra, poderão retomar as atividades como mostra a **Figura 18**.

Contratada em 2012, a obra estava paralisada desde 2015 e teve seu financiamento suspenso pela União. Depois de adequação do projeto, o Ministério viabilizou a reprogramação da intervenção, que já conta com R\$ 119 milhões para início imediato. (ARAUJO, 2017)

**Figura 18.** Notícia da retomada de obra da PAC 2017

COTIDIANO

## PAC Beberibe 2 volta às obras após dois anos

Essa nova fase, orçada em R\$ 35,3 milhões, contempla a construção de 1,4 km de via marginal

Por: em 24/03/17 às 09H29, atualizado em 24/03/17 às 09H34



Prefeito Geraldo Julio (PSB), ministro Bruno Araújo (PSDB) e Alberto Feitosa

Foto: Arthur de Souza/Folha de Pernambuco

A novela do PAC Beberibe 2 ganhou um novo capítulo. Após dois anos parado, o projeto que deveria revitalizar um trecho de 13 km do rio Beberibe, de sua foz, em Olinda, até o limite entre o Recife e Camaragibe, e todo seu entorno - e que se arrasta há mais de uma década desde que foi anunciado, ainda como parte do Programa Pró-Metrópole - voltou a ter uma nova etapa de execução de obras divulgada. O anúncio foi feito ontem, no bairro Campina do Barreto, na Zona Norte da Capital, pelo ministro das Cidades, Bruno Araújo (PSDB), e o prefeito da Cidade, Geraldo Julio (PSB).

Essa nova fase, orçada em R\$ 35,3 milhões, contempla a construção de 1,4 km de via marginal, uma ciclovia com a mesma extensão e a implantação de saneamento integrado (pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário de 23 ruas), além da construção de quatro equipamentos comunitários.

Em tom unânime, o ministro e o prefeito ressaltaram o esforço em conjunto para tirar o projeto do ostracismo em que se encontrava. "É um projeto que chegou a ter uma chance de ter

seu contrato perdido, mas, com eficiência, numa decisão político-administrativa, iniciativa técnica e um grande esforço do Ministério das Cidades e da Prefeitura do Recife, se concretizou a possibilidade desses R\$ 120 milhões em recursos do FGTS viabilizarem talvez uma das obras mais importantes dos próximos anos da Cidade", afirmou Bruno Araújo. "O contrato precisava de uma repactuação para se tornar viável e isso durante muitos anos não aconteceu.

Agora o Ministério das Cidades teve a flexibilidade e a atenção e a gente conseguiu destravar. O contrato novo está feito, as máquinas estão aí. Essa obra começa imediatamente", falou Geraldo Julio.

Desde que começou a ser executado, em 2007, o PAC Beberibe 2 caminha a passos lentos. No site oficial do Programa de Aceleração do

Fonte: FOLHA, PAC Beberibe volta de obras após dois anos, 2017.

O PAC entra no processo em 2007, outras parcerias como a SESAN (Secretaria de Saneamento) da Prefeitura do Recife vendo a necessidade de melhor administrar e visando o novo direcionamento para o desenvolvimento do projeto, classificou o projeto em duas fases (PAC BEBERIBE I e PAC BEBERIBE II), com subdivisões de lotes que abrange as áreas onde cada nova fase do projeto passou a ser desenvolvido. A seguir é descrito o que foi determinado para cada uma dessas novas fases.

#### 4.2.3. PAC BEBERIBE I – Habitacionais

O PAC BEBERIBE I Integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério da Cidade – Secretaria Nacional de Habitação e é inserido no *Programa Intervenção em favelas*, na modalidade *Apoio à Urbanização em Assentamentos Precários*. Segundo informações da Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN), esse PAC tem por objeto o saneamento integrado de 7 (sete) Unidades de Esgotamento (UE) no Município do Recife, quais sejam, as UE 03, 04, 08, 17, 19, 20 e 21. Estão incluídos nos serviços, execução de obras de pavimentação, drenagem, esgotamento sanitário, equipamentos comunitários e execução de 15 conjuntos habitacionais, totalizando 1.522 unidades. O valor total do investimento é de R\$ 159.360.514,18, correspondendo R\$134.582.545,49 à repasse da União (OGU, fonte 102/302) e R\$ 24.777.968,69, à contrapartida (fonte: 133/109)

As obras foram divididas em dois lotes, **Lote 1** (UE 03, 04, 08, 17 e 19) e **Lote 2** (UE 20 e 21). O contrato de repasse foi assinado em 15/10/2007, e em dezembro de 2009 foram dadas as ordens de serviço para os dois lotes. Também foram alocados recursos para Trabalho Social, Elaboração de Projetos, Gerenciamento de Obras, Aquisição e Desapropriação de Terrenos. O **Quadro 1**. resume a situação da execução dos serviços.

**Quadro 1.**Resumo Físico dos Serviços do Contrato nº 0218769/95

Situação		Rede Esgoto (m)	Quantidades de ruas pavimentadas (und)	Extensão Pavimentação e Drenagem(m)	Unidades Habitacionais (UH)
Executado	Lote 1	6.495	12	2.192	580
	Lote 2	19.506	30	5.164	488
	Total	26.001	42	7.356	1082
A Executar		1.520	10	1.520	440

Fonte: Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN). Situação em julho de 2018.

No caso do **Lote I**, o objeto do contrato é a execução de obras de saneamento integrado com acompanhamento técnico social na bacia do Rio Beberibe, envolvendo as Unidades de Esgotamento Sanitário (UE) 03, 04, 08, 17 e 19, nos bairros do Arruda, Água Fria, Peixinhos, Campina do Barreto, Fundão, Porto da Madeira, Beberibe, Linha do Tiro, Nova Descoberta e Dois Unidos, na cidade do Recife. Foi prevista para esse Lote 1, a construção de 13 conjuntos habitacionais, totalizando 1.034 unidades. Parte das obras já foram entregues, e parte está em

andamento, sendo a previsão de conclusão de todos os habitacionais, até final de 2018 como pode ser visto no **Quadro 2**. O mapa de localização das Obras pode ser consultado no **Anexo 01**, e a localização dos Habitacionais no **Anexo 02**.

**Quadro 2.** Situação dos Habitacionais do PAC BEBERIBE I - LOTE I - CONTRATO 157/2009

HABITACIONAL	ENDEREÇO	BAIRRO	UH	ANO DA ENTREGA
R02	Rua Portão do Gelo, Nº 73	BEBERIBE	26	2012
R16 (Residencial Beberibe I)	Avenida Beberibe, Nº 3780	PORTO DA MADEIRA	27	2015
R04 (complemento de 08 casas)	Rua Hildebrando de Vasconcelos, Nº 1016	DOIS UNIDOS	8	2015
R17 (Residencial Solano Trindade)	Avenida Beberibe, Nº 3740	PORTO DA MADEIRA	35	/2015
R06 (Residencial Naná Vasconcelos)	Rua Gaurajá, Nº 86	LINHA DO TIRO	64	2016
H07 (Residencial Miguel Batista)	Rua pastor Israel Ferreira, Nº 70	ÁGUA FRIA	51	2016
R12 (Residencial Gov. Eduardo Campos)	Rua Prof. José Amarino dos Reis, Nº 1355	LINHA DO TIRO	224	/2016
R13 (Residencial Gov. Miguel Arraes)	Rua Pereira Barreto, Nº 1260	PASSARINHO	84	2016
			34	2016
			13	2016
			14	2017
			14	2017
TOTAL DE U.H. ENTREGUES			594	
U.H A SEREM ENTREGUES				PREVISÃO (2018)
R13 (Residencial Gov. Miguel Arraes)	Rua Pereira Barreto, Nº 1260	PASSARINHO	145	ncluído/falta entregar
H08 (Residencial Vereador Liberato Costa Junior)	Rua Marquês de Baipendi, Nº 295	CAMPO GRANDE	65	em conclusão
R14(residencial Engenheiro Henoche Coutinho)	Rua Cortez, N º 82	PORTO DA MADEIRA	96	entregue
H13 (Residencial Irmã Terezinha)	Rua Capitão Brás, Nº 80	BEBERIBE	69	entregue
H12 (ainda sem nome)	Rua Mário Sette, Nº 770	CAMPO GRANDE	36	em conclusão
H11(Residencial Conselheiro Romeu da Fonte)	Rua Expedicionário Jamil Dagle, Nº 415	ÁGUA FRIA	26	entregue
H07 (Residencial Vereador Miguel Batista)	Rua pastor Israel Ferreira, Nº 70	ÁGUA FRIA	3	entregue
TOTAL DE U.H. A SEREM ENTREGUES ATÉ O FINAL DE 2018			440	FINAL DE 2018
TOTAL LOTE I			1.034	FINAL DE 2018

 Habitacionais localizados na UE 19

 Habitacionais localizados na UE 21

Fonte: Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN), situação em setembro de 2018 (edição da autora).

No caso do **Lote 2**, o objeto do contrato é a execução de obras de saneamento integrado com acompanhamento técnico social na bacia do Rio Beberibe, envolvendo as Unidades de Esgotamento Sanitário (UE) 20 e 21, nos bairros do Arruda, Água Fria, Fundão, Beberibe, Campina do Barreto. Todas as obras já foram concluídas e o contrato já foi encerrado. Foram previstas para esse Lote 2, Obras de saneamento integrado nas duas Unidades de Esgotamento, além da construção de 03 Conjuntos Habitacionais, totalizando 488 unidades como se vê no **Quadro 3**.

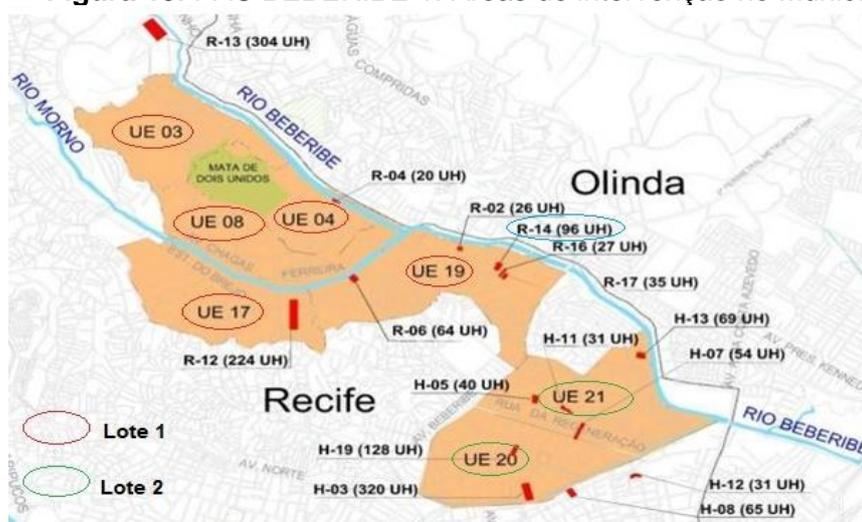
**Quadro 3.** Situação dos Habitacionais do PAC BEBERIBE I - LOTE 2 - CONTRATO 156/2009

HABITACIONAL	ENDEREÇO	BAIRRO	UH	ANO DA ENTREGA
H03 (Residencial Beira-Rio)	Rua das Moças, Nº 450	ARRUDA	320	2014
H05 (Residencial Felicidade)	Rua Manoel Silva, Nº 175	FUNDÃO	40	2014
H19 (Residencial Santo Antonio)	Rua Zeferino Agra, Nº 490	ARRUDA	128	2014
TOTAL LOTE 2 (entregues)			438	

Fonte: Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN), situação em setembro de 2018 (edição da autora).

A **Figura 19 e Figura 20** a seguir, mostra as Unidade de Esgotamento (UE) correspondentes às áreas de intervenção do PAC BEBERIBE I (Lotes 1 e 2) no Município do Recife, bem como a localização dos habitacionais de cada Unidade de Esgotamento (UE).

**Figura 19.** PAC BEBERIBE 1. Áreas de intervenção no Município do Recife



Fonte: Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN), informação de 20/03/2018

**Figura 20.** Exemplos de habitacionais previstos no PAC BEBERIBE I e entregues em 2018

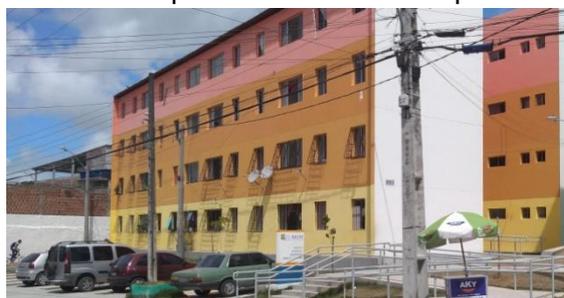


PAC BEBERIBE I  
Oitava etapa do Conjunto Residencial Miguel Arraes  
R13/UE3  
Fonte: PCR, 2018. Foto: Andréa Rêgo Barros (PCR)



PAC BEBERIBE I  
Primeira etapa do Conjunto Habitacional Campina do Barreto, H-11/UE 21  
Fonte: PCR, 2018. Foto: Andréa Rêgo Barros (PCR)

**Foto 1.** Exemplos de habitacionais previstos no PAC BEBERIBE I e entregues em 2018



PAC BEBERIBE I  
Conj. Residencial Eng. Henoch Coutinho, Porto da Madeira, R14/UE 19  
Fonte: Autora, 2018. Foto: Autora,2018



PAC BEBERIBE I  
Conj. Residencial Solano Trindade Porto da Madeira, R-17/UE19  
Fonte: Autora, 2018. Foto: Autora,2018

#### 4.2.4. PAC BEBERIBE II – Pavimentação, Drenagem, Implantação de Vias e Ciclovias, e Saneamento Integrado

O PAC BEBERIBE II teve início em 2012 tendo suas obras paradas a partir de 2015 Graças a uma repactuação de contrato, entre poderes municipal e federal, em março de 2017, foi assinado pela Prefeitura do Recife e pelo Ministério das Cidades, a liberação de R\$ 119,5 milhões para início das obras do PAC BEBERIBE II, que incluem pavimentação, drenagem e implantação de vias e ciclovias, além de saneamento integrado para a região da bacia do rio Beberibe (PCR/SEINFRA, 2017)<sup>5</sup>. Segundo essa mesma fonte, as obras incluídas nesse novo contrato, foram divididas em 3 lotes dos 5 lotes que compõem o contrato original. O primeiro lote, teria investimento de R\$ 35,3 milhões atendendo diretamente aos bairros de Campina do Barreto e Arruda, “com a implantação da construção de uma via marginal com ciclovia no Rio Beberibe, com extensão de 1,4 km, além do

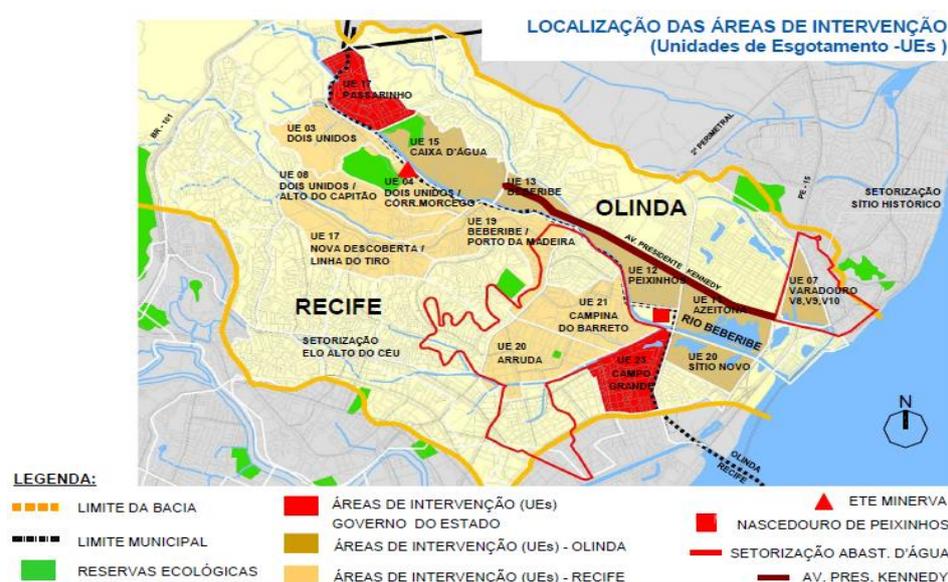
<sup>5</sup> Disponível em <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/23/03/2017/prefeito-autoriza-inicio-de-obras-do-pac-beberibe-2>. Recife, 23/032017. Acesso em 24/09/2018.

saneamento integrado e pavimentação de 23 vias da localidade” (PCR, 2017)<sup>6</sup>. Diz essa mesma notícia:

O lote 1 da obra tem o investimento de R\$ 35,5 milhões e contempla a construção de 1.400m de via marginal, que tem início na Academia da Cidade de Campina do Barreto e termina na Rua dos Craveiros, além de uma ciclovia com a mesma extensão da via, e a implantação de saneamento integrado (pavimentação, drenagem e esgotamento sanitário) de 23 ruas localizadas na Campina do Barreto e Arruda. Já os lotes 2 e 3, que estão em fase de contratação, vão custar R\$ 31,5 milhões e R\$ 21,4 milhões, respectivamente. No lote 2 serão implantados 2.204m de via marginal e construída uma estação elevatória de esgoto, e no lote 3 serão feitos 1.286m de vias, além da estação elevatória de esgoto. Outros R\$ 30,6 milhões do convênio são referentes a elaboração de projetos, iniciativas sociais, desapropriações e indenizações. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO de 23/03/1017)<sup>7</sup>.

A **Figura 21** mostram respectivamente a localização das áreas de intervenção previstas no PAC BEBERIBE II, e as **Fotos 1** são imagens da obra no processo de demolição de imóveis e início do aterramento compactação do solo na pavimentação de via na UE19. O **Quadro 4** informa sobre o andamento das obras previstas.

**Figura 21.** PAC BEBERIBE II. Áreas de intervenção



Fonte: Maranhão, 2018, SLIDE 10

<sup>6</sup>Disponível em:

[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/03/23/interna\\_vidaurbana,695637/obras-do-pac-beberibe-2-tem-inicio-no-recife.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/03/23/interna_vidaurbana,695637/obras-do-pac-beberibe-2-tem-inicio-no-recife.shtml). Acesso em 20 de outubro de 2018.

<sup>7</sup>idem

**Foto 2. PAC BEBERIBE II - Fase de Demolição e Pavimentação – UE19**



Antes da Demolição das Casa.  
Praça da Convenção.  
Fonte: Google, 2017



Antes da Demolição de Casa.  
R. Compositor Vinícius de Moraes  
Foto: Autora, 2018.



Durante Demolição de Casas  
Fonte: Autora, 2018.



Durante Demolição de Casas  
Fonte: Autora, 2018.



Aterramento e Compactação de Solo.  
Foto: Autora, 2018.  
Fonte: Autora, 2018



Pavimentação da R. Virtuosa Lucena.  
Foto: Autora, 2018

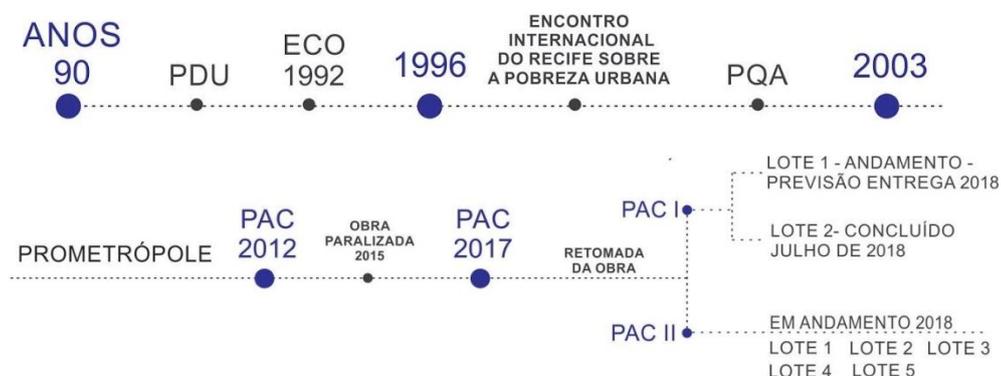
**Quadro 4.** PAC BEBERIBE II. Andamento das obras

LOTES	Unidade de Esgotamento (UE)	Andamento das obras
Lote 1	UE 21	Fase de Final – Previsão 2019
Lote 2	UE 19	Em andamento – Previsão 2019
Lote 3	UE 04	Em andamento – Previsão 2019
Lote 4	UE 17 e 19	Não iniciadas/não contempladas na repactuação
Lote 5	UE 22	

Fonte: Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN), 2018

#### 4.2.5. Linha do Tempo Projeto Bacia do Rio Beberibe

A seguir, na **Figura 22**, tem-se uma linha do tempo referente ao decorrer do projeto e como os programas surgiram até a atualidade.

**Figura 22.** Linha do Tempo Projeto Bacia do Rio Beberibe

Legenda:

Conferência das Nações Unidas

PQA - Programa de Qualidade das Águas

PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

Fonte: Autora, 2018.

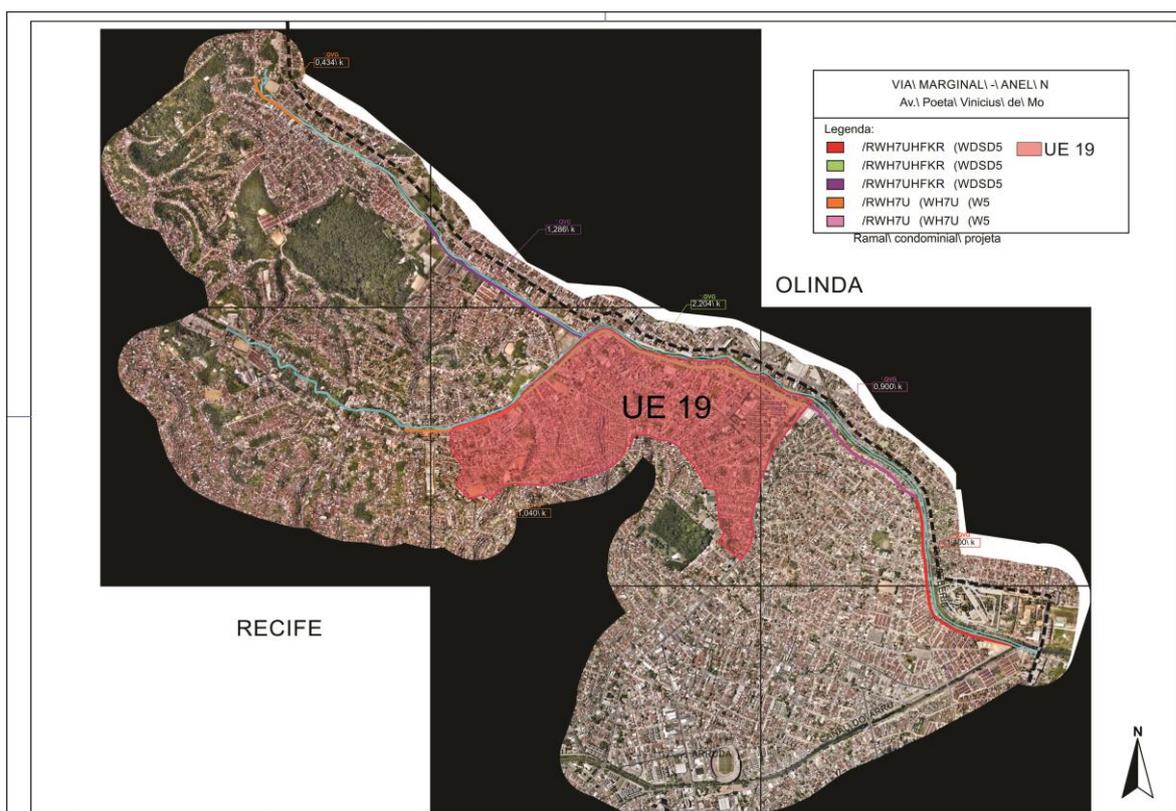
## 5. AS UNIDADES DE ESGOTAMENTO (UE 19 E 21) OBJETO DE PESQUISA

### 5.1. Unidade de Esgotamento (UE 19)

De acordo com informações da SESAN a UE 19 está localizada na RPA 02 abrangendo a microrregião 2.2 (que abrange o Bairro de Fundão, Porto da Madeira e Alto Santa Terezinha), e a microrregião 2.3 (que abrange Bairro de Beberibe e Linha do Tiro). **(Figura 23)**

Nos cinco bairros que compõem a UE 19 existem seis localidades, citadas acima. As ocupações ribeirinhas se iniciam na Avenida Cidade Monteiro (Ponte da Perimetral) seguindo na extensão dos rios Beberibe e Morno, até parte da comunidade Beira Rio, localizada na Linha do Tiro. São reconhecidas por: Vila Miguel Arraes, Comunidade Beira Rio, Comunidade Compositor Vinicius de Moraes e Vila Vitória. (BRASIL/PAC/PCR/PTTS, 2013).

**Figura 23.** PAC BEBERIBE II, Localização UE 19



Fonte: SESAN, 2018, Edição da Autora, 2018.

### 5.1.1 Características

A Unidade de Esgotamento Sanitário (UE 19) está dividida em dois grupos como citado anteriormente. No **Quadro 5** pode-se observar que a microrregião 2.2 no Bairro de Alto Santa Terezinha se destaca por ter uma densidade demográfica maior de seu grupo, mesmo com uma área territorial menor do que os Bairros de Fundão e Porto da Madeira. A mesma possui a menor taxa de alfabetização e rendimento mensal menor do que os outros bairros, com mais mulheres do que homens. Na microrregião 2.3 o Bairro de Linha do Tiro possui a maior área territorial e o maior número de residentes entre todos os bairros da UE19.

**Quadro 5.** Comparativo Dados Socioeconômicos UE 19

BAIRROS	FUNDÃO	PORTO DA MADEIRA	ALTO SANTA TEREZINHA	BEBERIBE	LINHA DO TIRO
Microrregião	2.2	2.2	2.2	2.3	2.3
Área Territorial (ha)	62	48	31	49	82
Residentes	8.132	7.713	7.703	8.856	14.867
Homem	3.707	3.579	3.601	4.321	7.005
Mulher	4.425	4.134	4.102	4.625	7.862
Média Moradores por Residência	3,3	3,3	3,6	3,4	3,5
Taxa Alfabetização (%)*	93,5	95,2	90,5	91,8	91,3
Rendimento Médio Mensal Domicílio	1.610,32	1.977,89	921,14	1.038,23	1.028,96
Densidade Demográfica (ha)	130,21	161,35	245,74	180,79	181,20
Domicílios**	2.495	2.334	2.157	2.586	4.201
Zonas Especiais de Interesse Social	Fundão de Fora e Casa Amarela (Partes)	Casa Amarela (Partes)	Casa Amarela (Partes)	Casa Amarela (Partes)	Casa Amarela (Partes)

\* DADA PELO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE CAPAZES DE LER OU ESCREVER PELO MENOS UM BILHETE SIMPLES.

\*\* CONSIDEROU-SE O TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (DOMICÍLIOS CONSTRUÍDOS PARA FINS HABITACIONAIS E USADOS COMO MORADIA NA DATA DE REFERÊNCIA DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2010 PELO IBGE).

Fonte: PCR – RPA 2, edição da Autora, 2018.

De acordo com informações da SESAN, a maioria das habitações desta localidade é feita de forma irregular com material inflamável, além de não possuírem saneamento e infraestrutura básica. Na UE 19 existem instituições religiosas, com um comércio variado que inclui produtos, e serviços oferecidos à comunidade.

Também possui Posto de Saúde da Família, com o trabalho de Agentes Comunitários de Saúde.

Nessas ocupações as habitações, em sua maioria, são constituídas de madeira, lona, papelão ou alumínio; não há instalações sanitárias; os dejetos são jogados diretamente nas águas dos rios Beberibe e Morno e é comum a criação de animais, como porcos, galinhas e cavalos. No trecho próximo dessas moradias há o estreitamento do curso natural do rio que é provocado pelo aterramento e pela presença de espécies vegetais, como: jurubeba, pasta d'água, muçambê, capim-elefante, bambu, castanhola, entre outras. A existência de resíduos sólidos é evidente, sendo encontrados: garrafas plásticas, pedaços de madeira, sacos contendo lixo doméstico e até móveis e colchões. Esses fatores acarretam enchentes e consequentes alagamentos das ocupações. SESAN [2018/?]

## 5.2. Unidade de Esgotamento 21 (UE 21)

Segundo informações da SESAN, a UE 21 está localizada juntamente com a UE 20, na RPA 02, microrregião 2.1, ambas abrangendo os bairros Arruda, Campina do Barreto, Campo Grande, Encruzilhada, Hipódromo, Peixinhos, Ponto de Parada, Rosarinho e Torreão. A UE 21 tem como limites, a Avenida Nova do Fundão, Rua da Regeneração, Rio Beberibe, Canal Vasco da Gama Peixinhos.

### 5.2.1. Características

No **Quadro 6** vê-se o Bairro de Peixinhos com uma área territorial menor entre todas. Esta população vive com o menor salário mínimo, com um número maior de moradores por residência em um número menor de domicílios. Já o Bairro do Arruda é o maior em área territorial, com o maior número de residentes em domicílios, e com maior renda mensal. Este possui pouca diferença em seus dados comparando com os Bairros de Fundão e Campina do Barreto.

**Quadro 6.** Comparativo Dados Socio Econômico UE21

BAIRROS	FUNDÃO	CAMPINA DO BARRETO	ARRUDA	PEIXINHOS
Microrregião	2,1	2,1	2,1	2,1
Área Territorial (hec)	62	52	100	34
Residentes	8.132	9.484	14.530	4.998
Homem	3.707	4.430	6.607	2.443
Mulher	4.425	5.054	7.923	2.555
Média Moradores por Residência	3,3	3,4	3,2	3,6
Taxa Alfabetização (%)*	93,5	89,7	94,0	81,4
Rendimento Médio Mensal Domicílio	1.610,32	1.088,80	2.234,83	760,72
Densidade Demográfica (ha)	130,21	182,67	145,56	148,43
Domicílios**	2.495	2.833	4.467	1.383
Zonas Especiais de Interesse Social	Fundão de Fora e Casa Amarela (Partes)	Campo Grande (Partes)	Campo Grande (Partes)	Campo Grande (Partes)

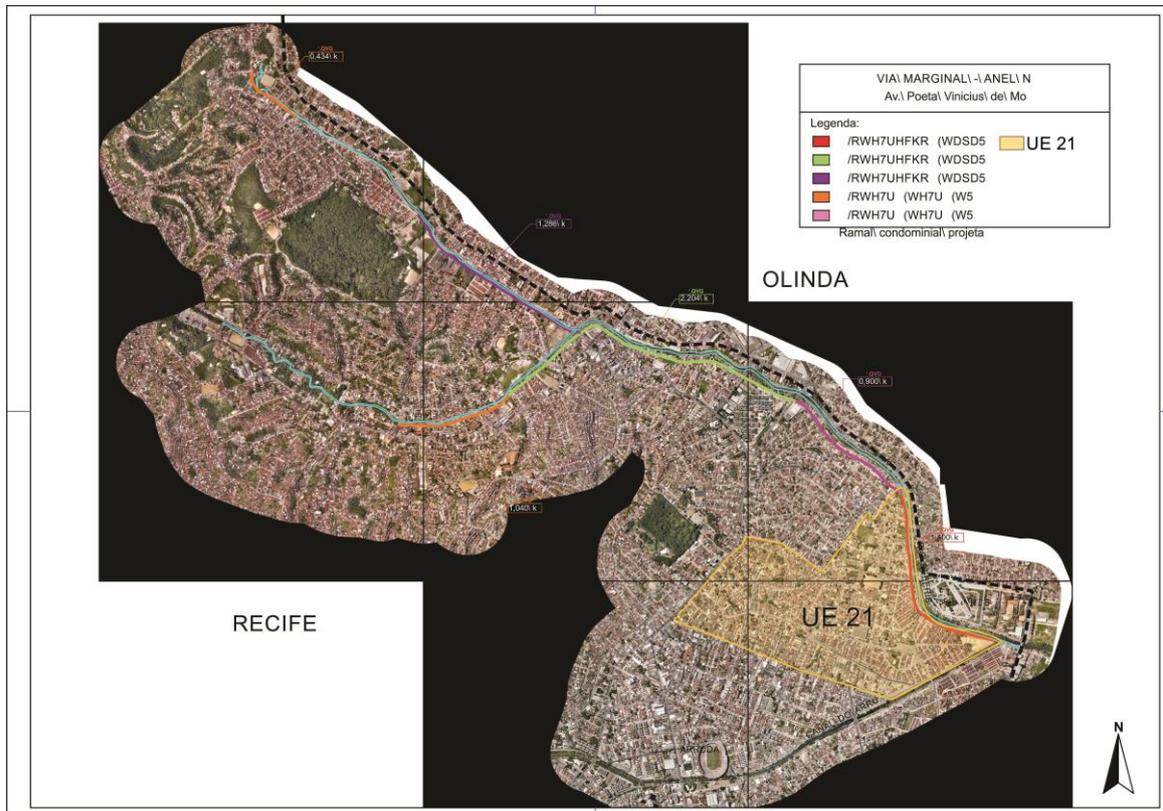
\* DADA PELO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE CAPAZES DE LER OU ESCREVER PELO MENOS UM BILHETE SIMPLES.

\*\* CONSIDEROU-SE O TOTAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (DOMICÍLIOS CONSTRUÍDOS PARA FINS HABITACIONAIS E USADOS COMO MORADIA NA DATA DE REFERÊNCIA DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2010 PELO IBGE).

Fonte: PCR – RPA 2, edição da Autora, 2018.

Estas localidades possuem uma variedade de infraestrutura, sistema viário e de situação socioeconômica. A maioria dos imóveis está em situação precária nas proximidades de encostas, bem como algumas situadas dentro do rio (palafitas) e outros que ocupam a via pública (**Figura 24**). Divergindo de outros imóveis próprios em bom estado de conservação até de diferença social, observando-se heterogeneidades dos que ali residem. Na localidade existe a coleta de lixo, no entanto em algumas áreas parte da população deposita nos rio/Canal ou terreno baldio, causando agressão ao ambiente nos cursos de água. As ocupações irregulares precisam de saneamento e esgoto, e as áreas de morro são de difícil acesso e permeabilidade, compostas por escadarias perpendiculares, com riscos de desmoronamentos.

**Figura 24.** PAC BEBERIBE II, Localização UE 21



Fonte: SESAN, edição da Autora, 2018.

## **6. A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA BACIA DO BEBERIBE**

Este item trata da participação das comunidades das Unidades de Esgotamento 19 e 21, envolvidas no processo de urbanização da Bacia do Beberibe.

Para compreensão da participação no contexto do Prometrópole, foram consultados documentos acadêmicos e relatórios do Projeto guardados no acervo da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Agência CONDEPE-FIDEM), e foram colhidos depoimentos, através de entrevistas com técnicos então alocados no Programa, seja como representante do Governo do Estado de Pernambuco, seja como representante de empresa de consultoria contratada pelo Estado para o Prometrópole, naquela ocasião.

Para compreensão da participação no contexto dos PAC I e II, foram consultados o atual Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) e alguns relatórios recentes sobre o assunto, disponibilizados pela Secretaria de Saneamento da Prefeitura do Recife (SESAN). Foram também colhidos depoimentos, através de entrevistas com técnicos da SESAN responsáveis pelo Trabalho Técnico Social na área de intervenção da Urbanização da Bacia do Beberibe, e com beneficiários diretos do programa. E foram ainda colhidas informações através da observação direta em encontros promovidos pela SESAN com comunidades envolvidas nas ações dos referidos PAC I e II.

### **6. 1. A Participação no contexto do Prometrópole**

#### **6.1.1. Relatórios**

Segundo Maranhão (2011, p. 49.), “Os primeiros anos do Programa foram de estruturação das equipes, licitação dos planos e projetos e discussões acerca de sua implementação”. Estava em curso, apenas os projetos de duas áreas piloto, a UE 17 – Passarinho/Olinda (área de morro) e a UE 23 – Campo Grande / Recife (área plana), que serviriam de modelo para as demais áreas e também serviriam para testar as metodologias participativas do Programa.

Em 2004, o Banco Mundial, frente às novas discussões sobre violência urbana e criminalidade em todo o mundo, e também frente à situação de violência e

tráfico de drogas das áreas do Prometrópole, promove oficinas de divulgação da metodologia de prevenção ao crime – CPTED<sup>8</sup> no intuito de incorporá-la nos projetos, promovendo também a adaptação do manual chileno sobre “ Espaços Urbanos Seguros” à realidade brasileira. Esta metodologia traz como diretrizes de prevenção ao crime:

- Vigilância Natural [...]
- Territorialidade [...]
- Controle de acessos [...]
- Manutenção [...]
- Participação – consiste na participação da comunidade nos assuntos

referentes ao local. Inclui a coesão social, fortalecimento comunitário, interação com agentes externos em prol de assuntos locais, dentre outros.

Este tema foi debatido em diversas reuniões e seminários<sup>9</sup>, pois até então as experiências com essa metodologia se apresentavam em países e regiões com contextos bem diferentes do Brasil e de suas favelas, onde a questão da exclusão social e pobreza mostram-se completamente imbricada à violência e tráfico de drogas. A violência seria apenas mais um fator dentro de uma situação bem mais ampla de vulnerabilidade sócio espacial que não poderia ser desprezada. (MARANHÃO, 2011, p. 51).

Segundo ainda Maranhão (2011), a metodologia do Programa era baseada nas diretrizes do Banco Mundial, e tinha como principal eixo, a participação dos envolvidos (órgãos dos governos, ONGs e comunidade), ao longo de todo o processo. “Quanto aos aspectos sociais, a metodologia destaca três eixos: (i) Participação Comunitária, (ii) Desenvolvimento Comunitário, incluindo as ações de Educação Ambiental (iii) Plano de Reassentamento” MARANHÃO (2011, p. 47). E ainda como instrumentos operacionais de participação, diz a autora,

[...] destacam-se; (i) os *Comitês de Desenvolvimentos Locais da Área – CDLAS*, formados por representantes da comunidade e que funcionam como uma ponte entre o poder público e a comunidade local durante todo o processo; (ii) os *Escritórios Locais*, espaço físico para uma ‘administração de proximidade’ de forma a facilitar a gestão contínua e participativa. (MARANHÃO, 2011, p. 47).

<sup>8</sup>Crime PreventionThroughEnviromente Design

<sup>9</sup>Oficina sobre metodologia de Prevenção ao Crime Através do desenho ambiental – SPTED, 2005; Fórum Estadual de Segurança pública, 2007; Oficina Espaços Urbanos Seguros, 2008

A autora citada também esclarece que cada UE foi trabalhada individualmente, mas sempre considerada como parte integrante de uma grande bacia hidrográfica. A participação com a comunidade acontecia em cada uma das etapas do projeto. Assim, na etapa do diagnóstico da área, ocorriam oficinas de diagnóstico com grupos da comunidade, de acordo com a metodologia do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP)<sup>10</sup>, através do qual se obtinha de forma rápida, a visão das comunidades sobre as suas comunidades. Como ferramentas de pesquisa eram utilizados os “mapas falados” e as “histórias de vida”. Os CDLAS e os escritórios locais deram um grande suporte aos planejadores, na visão de Maranhão (2011). E na etapa da elaboração de planos e projetos, esses foram elaborados por uma equipe multidisciplinar e uma vez elaborados, eram apresentados e validados pela comunidade.

A autora destaca ainda como uma das orientações do Programa, a *contratação de mão-de-obra local*, ao longo da execução de todas as obras. Fato que além de ter trazido oportunidade de emprego para o morador, criou um comprometimento com o que estava sendo feito resultando numa apropriação maior da infraestrutura implantada (vias pavimentadas, praças, drenagem, canais, etc).

O processo participativo ainda ocorreu ao longo de um trabalho de educação socioambiental, ao longo do processo de remoção e reassentamento, e no acompanhamento ao pós-reassentamento. Maranhão (2011) avalia o processo participativo no contexto do Prometrópole, como mais “deliberativo” do que “consultivo”:

Segundo De La Mora (2007), numa “Produção Social do Habitat o processo de participação implica necessariamente o envolvimento protagônico (principal) dos usuários nos programas de desenvolvimento urbano” e os processos de participação podem ser consultivos ou deliberativos. Os consultivos atingem apenas os graus inferiores de participação, ao passo que os deliberativos atingem o topo: a possibilidade de participar das decisões’ DE LA MORA, 2007, p.13 e 14). Embora não seja o foco deste trabalho analisar o grau de participação da comunidade, podemos dizer que no Prometrópole, o processo de participação foi mais “deliberativo” do que apenas “consultivo”, na medida em que houve participação

---

<sup>10</sup> O Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) consiste num grupo de técnicas para coleta de informação que podem ser usadas por projetos de desenvolvimento para descobrir as principais características, os problemas prioritários que afetam a população e as possíveis soluções dentro da comunidade. O DRUP envolve uma nova abordagem sobre as comunidades em que o agente de desenvolvimento vai aprender da comunidade local. Isso significa estar com a população local, escutá-la, dialogar e juntos tentar solucionar os problemas. Disponível em: >file:///C:/Users/Amanda/Downloads/>file:///C:/Users/Amanda/Downloads/6277-28122-1-PB%20(1).pdf< Acessado em 23/11/2018

protagonista da população nas decisões tomadas, do planejamento à execução. (MARANHÃO, 2011, p. 55)

### 6.1.2. Depoimentos

Foram colhidos três depoimentos estratégicos, através de entrevistas com as seguintes técnicas:

- Maria Helena Pereira Gomes Maranhão, Arquiteta e Urbanista, que trabalhou na Unidade Técnica do Governo do Estado de Pernambuco, no período entre 2003 e 2007 através da Condepe/Fidem como Gestora de Assessoramento Técnico, e de 2007 a 2011 através da empresa de consultoria Hagaplan como Supervisora de Projetos de Arquitetura e Urbanismo. Essa Unidade Técnica era responsável pelo gerenciamento de todo o Prometrópole, tanto de Recife como de Olinda. A arquiteta é a mesma autora referida neste trabalho como Maranhão (2011).
- Ana Maria Filgueira Ramalho, Arquiteta e Urbanista responsável pelo Planos Urbanísticos e Reassentamento no ano de 2006 á 2007 da equipe técnica da Colméia Arquitetura e Engenharia S/A, empresa que na época foi subcontratada pela ABF Engenharia, Serviços e Comércio Ltda. para realização do trabalho social no Prometrópole, A ABF teria sido a empresa contratada diretamente pelo Governo do Estado de Pernambuco para realização de consultoria para Elaboração de Diagnóstico Integrado, Programa de Trabalho Social (PTS) e Programa de Saneamento Integrado (PSI) para as UEs 04,08,17,19..
- Kathia Cristina Gomes de Oliveira, Arquiteta e Urbanista, que trabalhou no ano de 2006 á 2007, coordenadora da equipe técnica da Colmeia Arquitetura e Engenharia S/A, empresa subcontratada pelo consórcio ABF empresa que na época foi contratada pelo Governo do Estado de Pernambuco para realização de consultoria para Elaboração de Diagnóstico Integrado, Programa de Trabalho Social (PTS) e Programa de Saneamento Integrado (PSI) para as UEs 04,08,17,19.

A entrevista constou de 11 (onze) perguntas (fechadas e abertas), que podem ser vistas em detalhe no **Apêndice A**. São as perguntas de forma resumida:

1. QUAL O PERÍODO A CONSULTORA TRABALHOU NO PROJETO?
2. O ÓRGÃO/CONSULTORIA PARTICIPAVA DA COMUNICAÇÃO SOBRE AS REUNIÕES COM A COMUNIDADE?
3. QUAL FOI A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA NOS ENCONTROS COM A COMUNIDADE?
4. COM QUE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?
5. QUAL A DINÂMICA UTILIZADA NOS ENCONTROS?
6. QUEM PARTICIPAVA?
7. QUAIS OPÇÕES ERAM OFERECIDAS AOS BENEFICIÁRIOS?
8. AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS AO LONGO DO PROCESSO PARTICIPATIVO?
9. O QUE PODERIA TER SIDO APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO?

#### **Resposta do questionário:**

Com relação às respostas da Arquiteta e Urbanista, Maria Helena, do Governo do Estado de Pernambuco por ocasião do Prometrópole, observou-se que:

- Pergunta: QUAL O PERÍODO A CONSULTORA TRABALHOU NO PROJETO?  
**Resposta:** Anos 2003 a 20011
- Pergunta: O ÓRGÃO/CONSULTORIA PARTICIPAVA DA COMUNICAÇÃO SOBRE AS REUNIÕES COM A COMUNIDADE?  
**Comentário:** A consultora participava da comunicação nas reuniões com a comunidade.
- Pergunta: QUAL FOI A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA NOS ENCONTROS COM A COMUNIDADE?  
**Resposta:** A empresa planejava e executava os encontros com a comunidade, de acordo com os objetivos definidos. (Maria Helena)
- Pergunta: COM QUE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?  
**Comentário:** Não lembra, mas acredita que em média de 7 a 15 dias.
- Pergunta: QUAL A DINÂMICA UTILIZADA NOS ENCONTROS?  
**Comentário:** Nas reuniões foram apresentados o projeto, feita discussão com os participantes, oficinas e o resultado delas.

**Resposta:** Dependia do objetivo de cada oficina, para o tipo de dinâmicas. (Maria Helena)

- Pergunta: QUEM PARTICIPAVA?

**Resposta:** Dependia do objetivo de cada oficina. (Maria Helena)

**Comentário:** Havia reuniões que estavam presentes, a liderança, a comunidade, a prefeitura, consultorias. Foram feitas reuniões para crianças, jovens e adultos. E a presença de mulheres é maior na reunião de adultos.

- Pergunta: QUAIS OPÇÕES ERAM OFERECIDAS AOS BENEFICIÁRIOS?

**Comentário:** Eram oferecidos aos moradores, indenização e o habitacional.

- Pergunta: AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS AO LONGO DO PROCESSO PARTICIPATIVO?

**Comentário:** Algumas reuniões também eram informativas e de consulta, dependia do objetivo.

- Pergunta: O QUE PODERIA TER SIDO APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO?

**Comentário:** Sobre o que poderá ser aperfeiçoado, não houve resposta.

Com relação às respostas da Arquiteta e Urbanista Ana Ramalho da Colméia, por ocasião do Prometrópole, observou-se que;

- Pergunta: QUAL O PERÍODO EM QUE TRABALHOU NO PROJETO?

**Resposta:** Prometrópole.

- Questionário: A CONSULTORA PARTICIPAVA DA COMUNICAÇÃO SOBRE AS REUNIÕES COM A COMUNIDADE?

**Comentário:** A consultora participava das reuniões com a comunidade.

- Pergunta: QUAL FOI A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA NOS ENCONTROS COM A COMUNIDADE?

**Comentário:** A consultora estava responsável pela execução do projeto.

- Pergunta: COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

**Resposta:** Não sabe responder.

- Pergunta: QUAL A DINÂMICA UTILIZADA NOS ENCONTROS?

**Resposta:** Metodologia FOFA.

- Pergunta: COM QUE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?  
**Comentário:** Não se recorda com quanto tempo os moradores eram avisados sobre as reuniões para os moradores.
  
- Pergunta: QUAIS FERRAMNETAS E TÉCNICAS FORAM UTILIZADAS?  
**Comentário:** Foi utilizada a metodologia SWOT ou FOFA.
  
- Pergunta: QUEM PARTICIPAVA?  
**Comentário:** Lideranças, moradores, prefeitura, e consultoras, estavam presentes nas reuniões.
  
- Pergunta: A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FORAM DE:  
**Comentário:** Havia a presença de homens e mulheres. Porém as mulheres eram maioria.
  
- Pergunta: QUAIS OPÇÕES ERAM OFERECIDAS AOS MORADORES?  
**Resposta:** Nem todas precisavam de remoção, tinha parte que era remoção de praça das ações que eram previstas. (Ana Ramalho)  
**Comentário:** Não sabe dizer quais opções de benefícios foram oferecidos para os moradores.
  
- Pergunta: AVALIE OS OBJETIVOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS AO LONGO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES NAS REUNIÕES PRESENCIADAS PELA CONSULTORA, A PARTIR DOS SEGUINTE NÍVEIS?  
**Comentário:** Prefere não responder sobre o objetivo dos órgãos públicos ao longo do processo participativo das comunidades nas reuniões presenciadas pela consultora.
  
- Pergunta: O QUE PODERIA TER SIDO APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NO PERÍODO EM QUE A CONSULTORA ATUOU?  
**Resposta:** Não tenho condições de responder, por não acompanhar o dia a dia das reuniões, por que estive em uma reunião. (Ana Ramalho)

Com relação às respostas de Kathia Oliveira, da ABF/NORCONSULT, por ocasião do Prometrópole, observou-se que:

- Pergunta: EM QUE PERÍODO A CONSULTORA TRABALHOU NO PROJETO?  
**Resposta:** 05/09/2006 a 30/09/2007.
  
- Pergunta: A CONSULTORA PARTICIPAVA DA COMUNICAÇÃO SOBRE AS REUNIÕES COM A COMUNIDADE?

**Comentário:** A consultoria participava da comunicação com a comunidade,

- Pergunta: QUAL FOI A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA NOS ENCONTROS COM A COMUNIDADE?

**Comentário:** A equipe social desenvolveu pesquisa socioeconômica, banco de dados, e reuniões. Já a equipe urbanística elaborou o Plano Urbanístico.

- Pergunta: COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

**Comentário:** As reuniões eram informadas em menos de 7 dias de antecedência.

- Pergunta: QUAL A DINÂMICA UTILIZADA NOS ENCONTROS?

**Comentário:** Foram feitos a apresentação do projeto, discussão com os participantes, bem como oficinas e o resultado das oficinas.

- Pergunta: QUAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS FORAM UTILIZADAS?

**Resposta:** A técnicas eram em função do tipo de reunião. (Kathia Oliveira)

**Comentário:** A técnica do DRUP foi utilizada com a comunidade.

- Pergunta: QUEM PARTICIPAVA?

**Resposta:** A depender do tipo de reunião todos participavam. (Kathia Oliveira)

**Comentário:** Estavam presentes em reuniões líderes comunitários, a comunidade, prefeitura e consultorias.

- Pergunta: A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FORAM DE:

**Comentário:** Havia a frequência de homens e mulheres, mas a maioria dos presentes eram mulheres

- Pergunta: QUAIS OPÇÕES ERAM OFERECIDAS AOS MORADORES?

**Resposta:** Também, serviços, obras de infraestrutura urbana.

**Comentário:** Eram oferecidos indenização e o habitacional.

- Pergunta: AVALIE OS OBJETIVOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS AO LONGO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES NAS REUNIÕES PRESENCIADAS PELA CONSULTORA, A PARTIR DOS SEGUINTE NÍVEIS?

**Comentário:** Prefere não responder sobre os objetivos dos órgãos públicos ao longo do processo participativo das comunidades.

- Pergunta: O QUE PODERIA TER SIDO APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO?

**Resposta:** Os Representantes das comunidades deveriam conhecer e se apropriar melhor dos projetos para cobrar os resultados. (Kathia Oliveira)

### 6.1.3. Considerações sobre o Resultado das Entrevistas: Processo de Participação na Gestão Prometrópolis.

Na gestão Prometrópolis, o modelo de participação esteve presente desde o início do projeto através dos mecanismos participativos de caráter consultivo e presencial e deliberativo em algumas situações. Os instrumentos de participação que a Constituição Federal assegura também foram aplicados nesta fase do projeto mediante análise das respostas obtidas e documentos registrados, garantindo a gestão democrática. Também foram aplicadas o que determina o plano Diretor, [...] *o poder público municipal deverá garantir a participação das comunidades afetadas. (Plano Diretor, pg.13,2008)*. Pois fizeram uso de instrumentos como debate, audiências e consultas públicas. Foram aplicados ainda o que foi previsto no PNPS, pois usaram os mecanismos de participação social de caráter presencial e consultivo em reuniões.

Segundo as respostas, houve unanimidade quanto a ter havido mobilização dos moradores e lideranças, onde se afirmam que as reuniões eram avisadas com antecedência. Nestes encontros houve orientação quanto aos habitacionais, oficinas, palestras educativas, deixando os moradores informados quanto ao projeto aos cuidados com a nova moradia, e à remoção, bem como a comunidade esteve de acordo com os relatos de todos os entrevistados as reuniões eram abertas a discussões entre todos os envolvidos permitindo o diálogo.

De acordo como a Classificação feita por Arnstein, as reuniões se enquadram na escada de **nível 4 - consulta**, onde informa e solicita a informação ao cidadão, fazendo uso de instrumentos, como audiências e assembleias, pesquisa de opinião. Para a classificação de De La Mora, se aplica a **5º forma de articulação** que consiste da participação na gestão das políticas públicas, no controle das mesmas, seja ela promovida pelo governo, pelas iniciativas ou organizações comunitárias.

## 6.2. Participação no contexto do PAC I e do PAC II

### 6.2.1. O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS)

O Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), elaborado em 2013. pela Prefeitura da Cidade do Recife, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), contempla as áreas de baixa renda da bacia do rio Beberibe nas Unidades de Esgotamento – UEs 03, 04, 08, 17, **19**, 20, **21**, 22 e 24, abrangendo portanto, as Unidades objeto dessa pesquisa, e que já foram apresentadas em itens anteriores. Nesse Projeto de Trabalho Técnico, foi explicitado que:

A participação não é somente um instrumento de mudança para a solução de problemas, mas também uma necessidade do homem de se auto-afirmar, de interagir na sociedade criar, realizar, contribuir, sentir-se útil. Pretende mudar comportamentos e atitudes, onde os indivíduos passam a ser sujeitos ativos em um processo e não objeto de trabalho dos outros.

Participar significa tomar parte no processo, emitir opinião, concordar/discordar. Em um processo participativo deverá haver o envolvimento individual e permanente, o respeito às ideias de todos, deverá haver atitudes e posturas adequadas, com muita transparência e acesso a todas as informações.

Com esse entendimento foi estruturado o Trabalho Técnico Social para o programa PAC-BEBERIBE, que tem por objetivo promover ações capazes de estimular a autonomia e o protagonismo social, mediante ações que visam estimular a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, para que se produzam intervenções adequadas às suas necessidades e sua realidade sociocultural, como garantam a sustentabilidade e o sucesso das intervenções. (PCR, 2013, p., 27)

Ou seja, também no contexto do PAC, a participação foi planejada buscando seus níveis mais altos, que incluem deliberação e empoderamento dos beneficiários.

A população inserida no perímetro de intervenção, mediante o espaçamento de tempo entre o início do Programa e sua conclusão, apontam para um descrédito nas ações governamentais. A dúvida e o medo são sentimentos que acompanham essas famílias, as condições mínimas de sobrevivência e o desejo de mudança são o elo que contribuem para uma aproximação com o Poder Público.

Fatores como estes, contribuem para reafirmar a necessidade de um Trabalho Técnico Social que proponha a busca da superação das dificuldades, através do processo de despertar uma consciência crítica, motivadora para a transformação dos aspectos negativos e que contribua para a melhoria da qualidade de vida.

Entende-se que o sucesso das intervenções em saneamento deve-se em grande parte a relação que os usuários estabelecem cotidianamente no uso dos sistemas e ao exercício do controle social sobre a prestação destes serviços.

Em virtude do contexto apresentado, este PTTS torna-se imprescindível para a execução bem sucedida das obras físicas, bem como a sustentabilidade do investimento realizado, a fim de contribuir para uma efetiva mudança de qualidade de vida da população que será beneficiada. (PCR, 2013, p. 28 e 29)

Com esse entendimento, foram definidos objetivos (geral e específicos), que também deixam claro a busca pelos níveis mais altos da participação cidadã (PCR, 2013, p.30 e 31):

- *Objetivo Geral*
  - ✓ *Viabilizar o exercício da participação cidadã, mediante ações que promovam o controle social sobre a prestação dos serviços de saneamento, assim como, o desenvolvimento de ações educativas e de inclusão social que possibilitem a reflexão crítica sobre sua realidade e a do seu grupo, fortalecendo o protagonismo e despertando o interesse sobre a importância da revisão de valores e práticas cotidianas, o que levam a contribuir para a sustentabilidade e manutenção dos serviços implantados, bem como a melhoria da qualidade de vida.*
  
- *Objetivos Específicos*
  - ✓ *Promover ações que fortaleçam as organizações locais, a interlocução entre os diferentes atores sociais, a fim de constituir grupos de trabalho capazes de interagir coletivamente para o enfrentamento das questões cotidianas;*

- ✓ *Promover ações que viabilizem a integração e participação dos beneficiários e demais atores envolvidos nas atividades propostas pelo PTTS, considerando a inclusão das necessidades da população nas etapas do planejamento, execução, avaliação e manutenção dos serviços;*
- ✓ *Sensibilizar, mobilizar e capacitar a população atendida pelo Programa quanto a importância da manutenção dos serviços a serem implantados, no sentido de contribuir para a formação do cidadão crítico, corresponsável pela melhoria da qualidade do ambiente.*
- ✓ *Desenvolver ações de educação sanitária ambiental, através da implantação de um processo contínuo e participativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada, que possibilite a reflexão e revisão de práticas cotidianas e que contribuam para a mudança de atitudes em relação ao meio ambiente e à vida saudável;*
- ✓ *Estímulo à organização comunitária visando à discussão, o planejamento e implantação da gestão condominial.*
- ✓ *Articular a promoção de projetos e ações de capacitação para o trabalho e geração de renda, a partir da vocação local e potencial na região;*
- ✓ *Articular as ações do PTTS com as demais políticas públicas e ações de saúde, saneamento, educação, cultura, esporte, assistência social, trabalho e renda, e com os conselhos setoriais e de defesa de direito, associações e demais instâncias de caráter participativo no âmbito municipal e estadual.*

A execução do trabalho técnico social irá proporcionar um maior envolvimento e engajamento da população beneficiada com as intervenções do PAC – Beberibe, viabilizando o exercício do controle social, contribuindo com ações democráticas, justas e eficazes.

Essas ações visam à superação das precárias condições de habitabilidade, a melhoria do ambiente período domiciliar, a mudança nas relações com o meio ambiente, bem como, construindo novas possibilidades de convivência comunitária e uma melhora significativa na qualidade de vida. (PCR, 2013, p. 31)

Para fortalecimento das organizações locais, segundo o PTTS, foram previstas reuniões mensais de apoio à formação ou consolidação das organizações representativas da população, reuniões com grupos organizados para tratar de assuntos comuns, apoio semanal ao desenvolvimento das organizações sociais através do atendimento no escritório local e atividades educativas.

Para viabilizar a integração e participação dos beneficiários e demais atores envolvidos nas atividades propostas pelo PTTS, foram previstas a elaboração de um Plano de Comunicação do Programa (produção de material informativo, educativo e pedagógico), campanhas informativas, assembleias trimestrais para apresentação do programa, atividades socioeducativas, informes sobre o andamento das obras e avaliação, instituição de comissões de acompanhamento das obras, reuniões de acompanhamento, Acompanhamento mensal aos canais de participação popular (Comul, Prezeis, Fóruns e Assembleias do Recife Participa) e atendimento social diário nos escritórios locais.

Para sensibilizar, mobilizar e capacitar a população atendida pelo Programa, quanto à importância da manutenção dos serviços a serem implantados, foram programadas visitas domiciliares periódicas, reuniões trimestrais educativas, reuniões de capacitação para as comissões de acompanhamento das obras e para agentes institucionais.

Para o desenvolvimento de ações de educação sanitária ambiental, foram previstas visitas domiciliares periódicas, oficinas teóricas e práticas com conteúdo de educação sanitária e ambiental (tendo como público alvo os alunos das escolas municipais e membros de organizações comunitárias), e realização de atividades lúdicas e culturais por perímetro de intervenção.

Para estimular a organização comunitária, foram previstas reuniões preparatórias para o remanejamento dos futuros moradores e eleição dos síndicos, reuniões com os síndicos para elaboração do regimento interno de cada condomínio, realização de assembleias para aprovação do regimento interno dos

condomínios, e acompanhamento dos síndicos eleitos na constituição e formalização dos condomínios.

Para estimular a promoção de projetos e ações de capacitação para o trabalho e geração de renda, foram programados cursos de capacitação de empreendedorismo para catadores e de economia solidária, estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para qualificação profissional e geração de renda, e articulação junto à Secretaria de Educação do Município a criação de turmas de educação de jovens e adultos ou inserção desse público nos programas já existentes. As reuniões eram documentadas e registradas através de atas de reunião (**Anexo C**) e Lista de presenças (**Anexo D**). Eram nestas reuniões em que o morador aceitava a unidade habitacional, então ele assinava um termo de aceitação de unidade habitacional, (**Anexo E**).

Para articular as ações do PPTS com as demais políticas públicas, foram programadas articulações mensais com instituições públicas e privadas para encaminhamento das demandas identificadas e potencialização das ações, articulações junto à secretaria de educação a criação de turmas de educação de jovens e adultos ou inserção desse público nos programas já existentes, acompanhamento junto às instâncias de representação popular COMUL/PREZEIS em relação ao tema de regularização fundiária, reuniões periódicas com a empresa de Correios e Telégrafos e com empresas concessionárias de energia e abastecimento de água e encaminhamento para inclusão no CADUNICO das famílias a serem remanejadas, como pode ser visto o modelo da ficha de encaminhamento no (**Anexo F**) e o modelo ata de presença (**Anexo G**) utilizadas em reuniões com as concessionárias.

A metodologia a ser desenvolvida para alcançar esses objetivos, buscou atender aos três eixos norteadores do trabalho social explicitados no Caderno de Orientação Técnica Social (COTS), de 2013 (BRASIL, 2013), quais sejam: 1. Mobilização e Organização Comunitária; 2. Educação Sanitária e Ambiental; 3. Geração de Emprego e Renda.

Esses três eixos, orientam as ações a serem desenvolvidas, ademais, para o bom êxito das ações de saneamento faz-se necessário o envolvimento e o engajamento da população beneficiada nas diversas etapas do Programa.

Dessa forma, é de grande importância a realização de um processo de mobilização e articulação que garanta a participação popular. É

imprescindível que a sociedade civil, em conjunto com diversos órgãos da esfera municipal, tenham a oportunidade de discutir sobre as suas reais necessidades e propor alternativas de atendimento às demandas, bem como vivenciar as modificações que serão geradas pelo empreendimento PAC Beberibe. (PCR, 2013, p.43)

Para cada um dos três eixos, foram definidas estratégias específicas, como pode ser visto de forma resumida a seguir;

1. Estratégias para o Desenvolvimento das Ações de Mobilização e Organização Comunitária
  - 1.1. Fortalecimento das organizações locais e ampliação da interlocução entre os diferentes atores sociais
  - 1.2. Ações para Conhecimento, Integração e Participação dos Beneficiários e Diversos Atores nas Atividades do PTTS
    - 1.2.1. Divulgação das Ações do Programa
    - 1.2.2. Assembleias para apresentação do Programa
    - 1.2.3. Instituição das Comissões de Acompanhamento às Obras
    - 1.2.4. Visitas de Acompanhamento às Obras
    - 1.2.5. Acompanhamento aos Canais de Participação Popular
2. Estratégias para o Desenvolvimento das Ações de Educação Sanitária e Ambiental
  - 2.1. Visitas domiciliares com abordagem educativa
  - 2.2. Capacitação da comissão de acompanhamento às obras
  - 2.3. Capacitação/ formação de agentes institucionais (professores, técnicos, agentes comunitários de saúde e agentes ambientais) para educação sanitária e ambiental
  - 2.4. Realização de Oficinas teóricas e práticas com conteúdo de educação sanitária e ambiental
  - 2.5. Reuniões educativas para discussão do andamento das obras, sensibilização e orientação em educação sanitária e ambiental
3. Articulação das Ações do PTTS com as Diversas Políticas Públicas
  - 3.1. Estratégias para o Desenvolvimento das Ações de geração de Emprego e Renda
  - 3.2. Plano de Remanejamento
    - 3.2.1. Etapas do Remanejamento
      - 3.2.1.1. Caracterização e identificação dos grupos de remoção

- 3.2.1.2. Ações para divulgação de informações
- 3.2.1.3. Realização de assembleias para apresentação do Programa e assinatura do termo de adesão pelas famílias a serem Remanejadas
- 3.2.1.4. Negociação com as Famílias
- 3.2.1.5. Inclusão das famílias em Auxílio Moradia quando da necessidade de abertura de frente de obras
- 3.2.1.6. Articulação com Órgãos Intervenientes
- 3.2.1.7. Visitas de acompanhamento às obras das novas moradias
- 3.2.1.8. Sorteio das Unidades Habitacionais
- 3.2.1.9. Discussão e planejamento para implantação da gestão condominial
- 3.2.1.10. Entrega das Chaves
- 3.3. Acompanhamento Pós-remanejamento.

Em relatório de andamento do Projeto Técnico Social (PTTS), já é possível ver que muitas das ações previstas já foram efetivadas. Algumas imagens feitas pela Secretaria de Saneamento (SESAN), ilustram algumas dessas ações **Figura 25**.

**Figura 25.** Participação Social, e encontro com a comunidade.



Assembleia para apresentação de projeto



Visita de acompanhamento às obras



Ações de pré-reassentamento



Reuniões preparatórias para mudança



Assinatura do Termo de Uso



Acompanhamento às mudanças

Fonte: Secretaria de Saneamento do Recife (SESAN), 2018

A seguir, a análise dos depoimentos dos técnicos da SESAN e dos beneficiários das Unidades de Esgotamento 19 e 21 sobre o processo participativo.

### 6.2.2. Reunião preparatória de reassentamento

A SESAN se reuniu com 35 famílias para uma reunião preparatória, intitulada *Atividade de reassentamento para quem vai morar no habitacional 12 – Campo grande*. A equipe presente, composta por seis pessoas (duas assistentes sociais, três Técnicas e uma Pedagoga). A reunião ocorreu no dia 25/10/208, às 14:00h, no Bairro de Campina do Barreto no Oratório da Divina Providência, com o objetivo de orientá-los na conservação das instalações hidráulicas, e a limpeza das áreas comuns, recolhimento de lixo e criação de animais, entre outros assuntos.

Aproximadamente 40 pessoas estavam presentes, alguns homens e em sua maioria sendo mulheres. Esta reunião teve início com a assinatura dos termos, após

a assinatura do termo, uma projeção foi apresentada aos moradores sobre saneamento e o processo de limpeza da água, e também as regras de convivência, restrições para alterações arquitetônicas da UH. Em seguida, uma encenação realizada pela equipe da SESAN mostra exemplos de supostos conflitos entre vizinhos causados pela quebra das regras de convivência. Logo após foi dividido em três grupos de moradores e a dinâmica era cada um trazer soluções para os casos de conflitos e apresentar a todos presentes. Esta reunião foi registrada em foto como pode ser visto na **Foto 3**.

Durante a palestra da SESAN os moradores tiveram a liberdade em fazer questionamentos, relacionados à documentação, às UH, principalmente as regras de convivência, alterações arquitetônicas e estéticas de suas unidades. Todos foram respondidos na ocasião pela SESAN.

**Foto 3.** Reunião da SESAN com Moradores da UE21



Moradores assinando os termos para recebimento das UH.  
Foto: Autora, 2018



Projeção sobre sistema de saneamento regras de convivência é apresentada  
Foto: Autora, 2018.



Grupos de moradores se reúnem na dinâmica para trazer soluções aos problemas de convívio.  
Foto Autora, 2018.



Soluções dos moradores para dinâmica de grupo é apresentada  
Foto. Autora, 2018

### 6.2.3. Depoimentos

Foram colhidos três grupos para depoimentos estratégicos, estes são: Técnicas da SESAN, responsáveis pelo Trabalho Social do PAC BEBERIBE I e II, também entrevistas com os moradores beneficiários do Programa, onde, um grupo está à espera da entrega da UH – 12 dentro da UE21 e no momento recebem o auxílio moradia. O outro grupo já reside na Unidade Habitacional Solano Trindade (R17) dentro da UE19.

Para a entrevista aos moradores re-localados para as UHS, e os que ainda estavam no processo para receber a UHS, foram feitas um total de 36 (Trinta e seis) perguntas. Estas se encontram no **Apêndice B**, sendo estruturadas com a identificação do entrevistado, e posteriormente em três blocos descrito a seguir:

1. Sobre o período anterior a remoção;
2. Sobre o período posterior a remoção;
3. Sobre as vias e os Equipamentos Públicos;

São as perguntas de forma resumida:

1. QUAL A SUA ÁREA DE ORIGEM ANTES DA REMOÇÃO?
2. EM QUAL HABITACIONAL RESIDE ATUALMENTE?
3. RECEBEU INDENIZAÇÃO?
4. SE RESPONDEU SIM, ONDE MORA ATUALMENTE?

5. COMO SOUBE DA INTERVENÇÃO?
6. EXISTE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA SUA COMUNIDADE?
7. SOBRE A INFORMAÇÃO DADA PELO GOVERNO PARA A COMUNIDADE COM RELAÇÃO A REMOÇÃO E AO PROJETO, AVALIE, ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

SOBRE O PERÍODO ANTERIOR A REMOÇÃO, RESPONDA ÀS SEGUINTE PERGUNTAS :

1. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS?
2. TODAS AS REUNIÕES FORAM INFORMADAS PELO GOVERNO?
3. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?
4. QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?
5. QUAL FOI O TIPO DE INFORMAÇÃO RECEBIDA SOBRE A INTERVENÇÃO NESSAS REUNIÕES?
6. NESTAS REUNIÕES QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?
7. QUAIS ESCOLHAS FORAM OFERECIDAS PARA AS FAMÍLIAS A SEREM REMOVIDAS PELO GOVERNO?
8. A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NAS REUNIÕES?
9. OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS NA PRÓPRIA REUNIÃO?
10. SE RESPONDEU SIM, O QUE A COMUNIDADE PEDIU?
11. AS PARTICIPAÇÕES DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, EM SUA MAIORIA FORAM DE:
12. A QUANTIDADE DE PESSOAS POR REUNIÃO VARIAVA ENTRE:
13. SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, AVALIE ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5: CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL.

SOBRE O PERÍODO APÓS A REMOÇÃO, RESPONDA ÀS SEGUINTE PERGUNTAS:

1. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS?
2. TODAS AS REUNIÕES FORAM INFORMADAS PELO GOVERNO?
3. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?
4. QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?
5. QUAL FOI O TIPO DE INFORMAÇÃO RECEBIDA?
6. NESTAS REUNIÕES QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?
7. A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NAS REUNIÕES?

8. SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, AVALIE, ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5.

SOBRE AS OBRAS VIÁRIAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS RESPONDA

1. AS VIAS PÚBLICAS PERMITEM BOA LOCOMOÇÃO?
2. QUE TIPO DE SERVIÇO NAS VIAS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?
3. QUE EQUIPAMENTOS DE PÚBLICOS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?
4. AVALIE AS OBRAS VIÁRIAS ATRIBUINDO NOTADE 1 à 5.
5. DIGA SEU GRAU DE SATISFAÇÃO SOBRE OS SEGUINTE ASPECTOS:
  - 5.1. COMUNICAÇÃO SOBRE AS REMOÇÕES:
  - 5.2.SOBRE AS OPÇÕES DADAS (REMOÇÃO E INDENIZAÇÃO):
  - 5.3. SOBRE O HABITACIONAL RECEBIDO:
6. A COMUNIDADE ESTÁ SATISFEITA COM TODO O PROCESSO VIVENCIADO?
7. O QUE VOCÊ APRENDEU COM ESSA VIVÊNCIA?
8. AVALIE TODO O PROCESSO ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5.
9. ACRESCENTE O QUE QUISER SOBRE O ASSUNTO

**Resposta do questionário (UE19)**

A entrevista foi realizada com moradores da R-17, chamada de Solano Trindade na Av. Beberibe nº 3740.

**Identificação dos entrevistados:**

- Pergunta: Sexo e Faixa etária:

**Comentário:** 80% dos entrevistados são mulheres; 20% são homens. 50% têm faixa etária de 20 á 39 anos; 40% tem faixa etária de 40 á 60 anos; 10% tem faixa etária de 15 á 19 anos.

**Com relação à resposta às perguntas de 1 á 7:**

- Pergunta: QUAL A SUA ÁREA DE ORIGEM ANTES DA REMOÇÃO?

**Comentário:** 80% dos entrevistados são antigos moradores da localidade e 20% vieram de outros bairros localizados dentro da própria UE19.

- Pergunta: EM QUAL HABITACIONAL RESIDE ATUALMENTE?

**Comentário:** 100% AFIRMAM MORAR NO HAB. SOLANO TRINDADE.

- Pergunta: COMO SOUBE DA INTERVENÇÃO?

**Comentário:** 100% foram informados pela própria prefeitura em suas residências sobre o projeto.

- Pergunta: EXISTE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA SUA COMUNIDADE?

**Comentário:** Os entrevistados não conseguiram compreender precisamente esta pergunta, visto que como resposta, 100% afirmam não ter liderança comunitária em suas áreas de origem.

- Pergunta: SOBRE A INFORMAÇÃO DADA PELO GOVERNO PARA A COMUNIDADE COM RELAÇÃO A REMOÇÃO E AO PROJETO, AVALIE, ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

**Comentário:** 80% classificam com nota 5 totalmente favorável as informações recebidas com relação a remoção e ao projeto; 20% classificam com nota 3 parcialmente favorável.

#### **Com relação à resposta às perguntas anteriores a remoção:**

- Pergunta: QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS?

**Comentário:** 80% informam que houve mais de 3 reuniões até o recebimento do projeto e 20% informam que houveram 3 reuniões.

- Pergunta: TODAS AS REUNIÕES FORAM INFORMADAS PELO GOVERNO?

**Comentário:** 100% afirmam que todas as reuniões foram informadas.

- Pergunta: COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

**Comentário:** 70% afirmam que foram avisados com 7 dias de antecedência, 20% com 1 mês de antecedência e 10% não soube informar.

- Pergunta: QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?

**Comentário:** 100% informam que os participantes das reuniões eram apenas a comunidade e a prefeitura, e um dos entrevistados citou que houve a presença de políticos em uma das reuniões.

- Pergunta: QUAL FOI O TIPO DE INFORMAÇÃO RECEBIDA SOBRE A INTERVENÇÃO NESSAS REUNIÕES?

**Comentário:** As informações recebidas nessas reuniões segundo os moradores eram sobre a remoção da antiga localidade. Residentes em área de risco, para uma casa com sistema de drenagem, em segurança, sem alagamentos e sem riscos de vida. Também foram informados que não poderiam fazer interferências arquitetônicas nas suas unidades,

permanecendo o padrão que foi entregue. Deveriam manter o ambiente limpo, e saber conviver em comunidade, respeitando os direitos comuns.

- Pergunta: NESTAS REUNIÕES QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?

**Comentário:** 100% afirmam que nas reuniões foram feitas oficinas, a apresentação do projeto, e discussão com os participantes

- Pergunta: QUAIS ESCOLHAS FORAM OFERECIDAS PARA AS FAMÍLIAS A SEREM REMOVIDAS PELO GOVERNO?

**Comentário:** 100% afirmaram que poderiam escolher entre indenização e habitacional, e para quem estava no aguardo das U.H. recebiam o auxílio moradia.

- Pergunta: A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NAS REUNIÕES?

**Comentário:** 100% afirmaram que os moradores tinham direito de fala nas reuniões.

- Pergunta: OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS NA PRÓPRIA REUNIÃO?

**Comentário:** 100% afirmaram que SIM.

- Pergunta: SE RESPONDEU SIM, O QUE A COMUNIDADE PEDIU?

**Comentário:** 100% afirmaram que o pedido da comunidade era o desejo em pintar os imóveis na área externa, fazerem cobertas e cercar a área de serviço.

- Pergunta: AS PARTICIPAÇÕES DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, EM SUA MAIORIA FORAM DE:

**Comentário:** 100% afirmam a presença de homens nas reuniões, porém sendo maioria as mulheres.

- Pergunta: A QUANTIDADE DE PESSOAS POR REUNIÃO VARIAVA ENTRE:

**Comentário:** 10% afirmam a presença + de 50 pessoas em reuniões; 50% afirmam a presença de 30 pessoas em algumas reuniões; 20% afirmar a presença de 10 pessoas em algumas reuniões; 20% não sabem informar;

- Pergunta: SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, AVALIE ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5: CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL.

**Comentário:** 60% Classificam com nota 5 totalmente favorável sobre a participação nas reuniões; 20% classificam com nota 3 parcialmente favorável; 10% classificado com nota 2 desfavorável;

**Comentário:** 30% dos entrevistados aguardavam a mais de 10 anos o recebimento do habitacional.

### **Com relação á resposta às perguntas posteriores a remoção:**

• Pergunta: QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS?

**Comentário:** 30% informa que houve mais de 3 reuniões após remoção; 50% informa que houve 2 reuniões; 10% informa que houve 1 reunião; 10% não sabe informar.

• Pergunta: TODAS AS REUNIÕES FORAM INFORMADAS PELO GOVERNO?

**Comentário:** 100% afirmam que todas as reuniões foram informadas;

• Pergunta: COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

**Comentário:** 50% afirmam que foram avisados com 7 dias de antecedência, e 50% afirmam que foram avisados com menos de 7 dias de antecedência.

• Pergunta: QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?

**Comentário:** 100% informam que os participantes das reuniões eram apenas a comunidade e a prefeitura.

• Pergunta: QUAL FOI O TIPO DE INFORMAÇÃO RECEBIDA?

**Comentário:** As informações recebidas nessas reuniões segundo os moradores, ainda foram sobre conflitos de convivência, limpeza do espaço comum, coleta do lixo, a não intervenção na arquitetura do imóvel como muros e puxadinhos, e criação de animais domésticos.

• Pergunta: NESTAS REUNIÕES QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?

**Comentário:** 100% afirmam que houve apresentação do projeto, oficinas. De acordo com os que estiveram nas reuniões foram feitas oficinas, de artesanato, estética feminina, eletrônica para conseguirem uma independência financeira.

• Pergunta: A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NAS REUNIÕES?

**Comentário:** 100% afirmaram que os moradores tinham direito de fala nas reuniões.

• Pergunta: SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, AVALIE, ATRIBUINDO NOTA DE 1 Á 5.

**Comentário:** 40% Classificam com nota 5 totalmente favorável sobre a participação nas reuniões; 40% classificam com nota 3 parcialmente favorável; 10% classifica com nota 1 totalmente desfavorável; 10% não sabem responder.

## **Com relação à resposta às perguntas sobre as obras viárias e equipamentos públicos:**

- Pergunta: AS VIAS PÚBLICAS PERMITEM BOA LOCOMOÇÃO?

**Comentário:** 100% Firmam ter boa locomoção nas vias públicas.

- Pergunta: QUE TIPO DE SERVIÇO NAS VIAS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?

**Comentário:** 100% não saber informar que tipos de serviços nas vias foram oferecidos à comunidade.

- Pergunta: QUE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?

**Comentário:** 90% informam que apenas praça foi oferecida como equipamento público; 10% não souberam responder.

- Pergunta: AVALIE AS OBRAS VIÁRIAS ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5.

**Comentário:** 30% Classificam com nota 5 totalmente favorável sobre as obras viárias e equipamentos públicos; 30% classificam com nota 3 parcialmente favorável; 10% classifica com nota 2 desfavorável; 20% classificado com nota 1, totalmente desfavorável.

- Pergunta: DIGA SEU GRAU DE SATISFAÇÃO SOBRE OS SEGUINTE ASPECTOS:

### 5.1. COMUNICAÇÃO SOBRE AS REMOÇÕES:

**Resposta:** A prefeitura foi em nossas casas, e foi bem explicado. (Marly)

**Comentário:** 100% afirmaram estar satisfeito com o comunicado.

- Pergunta: 5.2 SOBRE AS OPÇÕES DADAS (REMOÇÃO E INDENIZAÇÃO):

**Comentário:** 100% afirmam estar satisfeitas com as opções oferecidas.

- Pergunta: 5.3. SOBRE O HABITACIONAL RECEBIDO:

**Comentário:** 100% afirmam estar satisfeito com o habitacional recebido.

- Pergunta: A COMUNIDADE ESTÁ SATISFEITA COM TODO O PROCESSO VIVENCIADO?

**Comentário:** Os entrevistados consideram boa a experiência vivenciada nas reuniões. Porque puderam expressar sua opinião, discutir com os órgãos públicos, negociar soluções para a família e a comunidade e a cuidar da nova habitação.

- Pergunta: O QUE VOCÊ APRENDEU COM ESSA VIVÊNCIA?

**Comentário:** Cuidar do imóvel, conviver com os vizinhos

- Pergunta: AVALIE TODO O PROCESSO ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5.

**Comentário:** 100% Classificam com nota 4 totalmente favorável ao processo

- Pergunta: ACRESCENTE O QUE QUISER SOBRE O ASSUNTO

**Comentário:** Moradores acrescentam que sentem falta de mais iluminação nas áreas de serviço (tem um bloco em que o poste está sem energia a muito tempo e não foi trocado), desejam mais reuniões de acompanhamento no pós ocupação. Muitos desejam cercar a área de serviço porque houve situações de arrombamentos e assaltos por serem as unidades abertas com circulação em suas laterais e permite passagem de qualquer pessoa ou até fuga de assaltantes de ruas vizinhas.

## Resposta do questionário (UE21)

A entrevista foi realizada no dia da reunião com futuros moradores do H-12, situado a Rua Mário Sette, nº 770.

### Identificação dos entrevistados:

- Pergunta: Sexo e Faixa etária:

**Comentário:** 90% dos entrevistados mulheres; 10% homens

**Comentário:** 70% têm faixa etária de 20 a 39 anos; 20% tem faixa etária de 40 a 60 anos; 10% tem faixa etária maior que 60 anos.

### Com relação às respostas às perguntas de 1 à 7:

- Pergunta: QUAL A SUA ÁREA DE ORIGEM ANTES DA REMOÇÃO?

**Comentário:** 70% dos entrevistados são antigos moradores da localidade dentro da UE 21, e 30% vieram de outros bairros localizados na UE19.

- Pergunta: EM QUAL HABITACIONAL RESIDE ATUALMENTE?

**Comentário:** Aguardando receber o habitacional.

- Pergunta: RECEBEU INDENIZAÇÃO?

**Comentário:** Estão recebendo Auxílio Moradia.

- Pergunta: SE RESPONDEU SIM, ONDE MORA ATUALMENTE?

**Comentário:** 100% pagam aluguel.

- Pergunta: COMO SOUBE DA INTERVENÇÃO?

**Comentário:** 100% foram informados pela própria prefeitura em suas residências sobre o projeto.

- Pergunta: EXISTE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA SUA COMUNIDADE?

**Comentário:** O entrevistados não conseguiram compreender precisamente esta pergunta, visto que como resposta, 100% afirmam não ter liderança comunitária em suas áreas de origem.

- Pergunta: SOBRE A INFORMAÇÃO DADA PELO GOVERNO PARA A COMUNIDADE COM RELAÇÃO A REMOÇÃO E AO PROJETO, AVALIE, ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

**Comentário:** 100% classificam com nota 5 favorável às informações recebidas com relação a remoção e ao projeto.

### **Com relação á resposta às perguntas anteriores a remoção:**

- Pergunta: QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS?

**Comentário:** 50% Informa que houve mais de 3 reuniões; 50% informa que houve 2 reuniões.

- Pergunta: TODAS AS REUNIÕES FORAM INFORMADAS PELO GOVERNO?

**Comentário:** 100% afirmam que todas as reuniões foram informadas.

- Pergunta: COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

**Comentário:** 60% afirmam que eram avisados sobre a reunião com 7 dias de antecedência; 30% afirmam que foram avisados com menos de 7 dias de antecedência; 10% afirmam que foram avisados com 15 dias de antecedência.

- Pergunta: QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?

**Comentário:** 100% informam que os participantes das reuniões eram apenas a comunidade e a prefeitura.

- Pergunta: QUAL FOI O TIPO DE INFORMAÇÃO RECEBIDA SOBRE A INTERVENÇÃO NESSAS REUNIÕES?

**Comentário:** Nas reuniões foram informados sobre as Casas, o sistema de saneamento, onde seria o habitacional e as ruas que sofreram intervenção, limpeza das áreas de convívio.

- Pergunta: NESTAS REUNIÕES QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?

**Comentário:** 100% Informam que nestas reuniões foram apresentados os projetos, discussão com os moradores

- Pergunta: QUAIS ESCOLHAS FORAM OFERECIDAS PARA AS FAMÍLIAS A SEREM REMOVIDAS PELO GOVERNO?

**Comentário:** 100% afirmaram que poderiam escolher entre indenização ou habitacional. Para quem estava no aguardo das U.H. recebiam o auxílio moradia.

- Pergunta: A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NAS REUNIÕES?

**Comentário:** 100% afirmaram que os moradores tinham direito de fala nas reuniões.

- Pergunta: OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS NA PRÓPRIA REUNIÃO?

**Comentário:** 100% afirmaram não lembrar pedidos realizados pela comunidade.

- Pergunta: AS PARTICIPAÇÕES DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, EM SUA MAIORIA FORAM DE:

**Comentário:** 100% afirmam a presença de homens nas reuniões, porém sendo maioria as mulheres.

- Pergunta: A QUANTIDADE DE PESSOAS POR REUNIÃO VARIAVA ENTRE:

**Comentário:** 60% afirmam a presença de 40 pessoas em reuniões; 30% afirmam a presença de 30 pessoas; 10% afirmar não saber informar;

- Pergunta: SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, AVALIE ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5: CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL.

**Comentário:** 100% Classificam com nota 5, totalmente favorável sobre as reuniões anteriores remoção.

**Com relação à resposta às perguntas posteriores a remoção:**

Este item não foi respondido, porque os moradores estão a espera da U.H.

### **Com relação à resposta às perguntas sobre as obras viárias e equipamentos públicos:**

- Pergunta: AS VIAS PÚBLICAS PERMITEM BOA LOCOMOÇÃO?

**Comentário:** 70% afirmam ter boa locomoção nas vias públicas; 30% não sabem informar.

- Pergunta: QUE TIPO DE SERVIÇO NAS VIAS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?

**Comentário:** 100% não sabe informar que tipos de serviços nas vias foram oferecidos a comunidade.

- Pergunta: QUE EQUIPAMENTOS DE PÚBLICOS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?

**Comentário:** 50% informam foi oferecida como equipamento público, praças e academia da cidade; 50% não souberam responder.

- Pergunta: AVALIE AS OBRAS VIÁRIAS ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5.

**Comentário:** 30% classificam com nota 5 totalmente favorável sobre as obras viárias e equipamentos públicos; 30% classificam com nota 3 parcialmente favorável; 10% classifica com nota 2 desfavorável; 20% classifica com nota 1

- Pergunta: DIGA SEU GRAU DE SATISFAÇÃO SOBRE OS SEGUINTE ASPECTOS:

#### 5.1. COMUNICAÇÃO SOBRE AS REMOÇÕES:

**Comentário:** 100% afirmou estar satisfeito com o comunicado.

#### 5.2 SOBRE AS OPÇÕES DADAS (REMOÇÃO E INDENIZAÇÃO):

**Comentário:** 100% afirmam estar satisfeitas com as opções oferecidas.

**Resposta:** Aceitei o que eles ofereceram. (Veralúcia)

#### 5.3. SOBRE O HABITACIONAL RECEBIDO:

**Comentário:** 100% afirmam estar satisfeito com o habitacional recebido

- Pergunta: A COMUNIDADE ESTÁ SATISFEITA COM TODO O PROCESSO VIVENCIADO?

**Comentário:** Os entrevistados consideram boa a experiência vivenciada nas reuniões. Porque puderam expressar sua opinião, discutir com os órgãos públicos, negociar soluções para a família e a comunidade, como também ter o cuidado coma nova habitação.

- Pergunta: O QUE VOCÊ APRENDEU COM ESSA VIVÊNCIA?

- Pergunta: AVALIE TODO O PROCESSO ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5.

**Comentário:** 100% classificam com nota 4 ao processo.

- Pergunta: ACRESCENTE O QUE QUISEER SOBRE O ASSUNTO

**Comentário:** Os moradores se agradam do habitacional, mas questionam que gostariam do fechamento da área de serviço por motivos de segurança. Também falam com relação a pintura das imóveis e pequenas intervenções que não são permitidas.

Já se observa em resposta dos moradores das UEs 19 e 21 alguns mecanismos da participação social utilizados nas reuniões, como por exemplo a consulta pública.

Para os Técnicos da SESAN foram colhidos quatro depoimentos estratégicos, através de entrevistas com as seguintes técnicas:

- Débora Falcão é Assistente Social por formação. Trabalha como Gerente de Desenvolvimento Social por formação da Secretaria de Saneamento.
- Nathália Paixão é Assistente Social e trabalha como Gestora da unidade de Desenvolvimento Social
- Sandra Souza é Assistente Social por formação. Trabalha como Chefe de Visão Planejamento e Orçamento
- Aretuza Mendes é Auxiliar Administrativa. Está atuando no projeto desde 2014, analisando os recursos financeiros.

A entrevista constou 33 (Trinta e três) perguntas (fechadas e abertas), que poderão ser vistas em detalhe no **Apêndice C**. Esta foi estruturada inicialmente com a identificação do entrevistado e sua formação técnica, e posteriormente dividida em três blocos descritos a seguir:

1. Sobre o período anterior a remoção;
2. Sobre o período posterior a remoção;
3. Sobre os projetos PAC I e PAC II;

São as perguntas de forma resumida:

1. DE QUE FORMA AS INFORMAÇÕES SOBRE O PAC BEBERIBE TEM SIDO PASSADAS AOS MORADORES?
2. QUAL O TIPO DE MOBILIZAÇÃO FEITA?
3. QUAIS UEs/BAIRROS/HABITACIONAIS JÁ FORAM MOBILIZADAS PELO SESAN E PARTICIPARAM DE ENCONTROS COM O GOVERNO MUNICIPAL PARA DISCUTIR O PAC BEBERIBE?
4. QUAIS UEs/BAIRROS/HABITACIONAIS AINDA SERÃO MOBILIZADAS PARA PARTICIPAREM DE ENCONTROS COM O GOVERNO MUNICIPAL PARA DISCUTIR O PAC BEBERIBE?
5. HOUE DIFICULDADES PARA MOBILIZAR ALGUMA COMUNIDADE? QUAIS SITUAÇÕES SURGIRAM?

SOBRE O PERÍODO ANTERIOR A REMOÇÃO, RESPONDA ÀS SEGUINTE

PERGUNTAS:

1. QUAL O S) OBJETIVO(S) DAS REUNIÕES COM AS COMUNIDADES ANTES DAS REMOÇÕES?
2. A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FOI DE:
3. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?
4. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS ANTES DA REMOÇÃO?
5. QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?
6. NESTAS REUNIÕES ANTERIORES A ENTREGA DO PROJETO, QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?
7. QUAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS FORAM UTILIZADAS?
8. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS APÓS A ENTREGA DO HABITACIONAL?
9. QUAIS OPÇÕES FORAM OFERECIDAS PELO GOVERNO AOS MORADORES DA COMUNIDADE?
10. A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NO ENCONTROS?
11. OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS EM ATA NA REUNIÃO?
12. O QUE AS COMUNIDADES MAIS PEDIRAM?

SOBRE O PERÍODO APÓS REMOÇÃO, RESPONDA ÀS SEGUINTE PERGUNTAS:

1. QUAL O (S) OBJETIVO(S) DAS REUNIÕES COM AS COMUNIDADES APÓS AS REMOÇÕES?
2. A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FOI DE :
3. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?
4. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS ANTES DA REMOÇÃO?
5. QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?
6. ESTAS REUNIÕES APÓS A REMOÇÃO, QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?
7. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS APÓS A ENTREGA DO HABITACIONAL?
8. QUAIS OPÇÕES DE ESCOLHA FORAM OFERECIDAS PELO GOVERNO AOS MORADORES DA COMUNIDADE?
9. A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NOS ENCONTROS?
10. OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS EM ATA NA REUNIÃO?
11. O QUE AS COMUNIDADES MAIS PEDIRAM?

#### SOBRE OS PROJETOS PAC 1 E PAC 2:

1. O QUE JÁ FOI OFERECIDO ÀS COMUNIDADES DAS UE19 E UE21 ? INFORME O(S) BAIRRO(S)
2. O QUE AINDA FALTA SER OFERECIDO? INFORME O(S) BAIRRO(S) UE19:
3. AVALIE O PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PAC1 E DO PAC2 ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL
4. AVALIE O PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PAC1 E DO PAC2 A PARTIR DOS SEGUINTE NÍVEIS:
5. O QUE PODERIA SER APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PROCESSO DO PAC I E DO PAC II?

#### **Resposta ao questionário**

- Pergunta: DE QUE FORMA AS INFORMAÇÕES SOBRE O PAC BEBERIBE TEM SIDO PASSADAS AOS MORADORES?

**Comentário:** 100% afirmam que as informações do projeto foram passadas aos moradores, através de material gráfico (panfletos), líderes comunitários, reuniões, assembleias.

- Pergunta: QUAL O TIPO DE MOBILIZAÇÃO FEITA?

**Comentário:** É feito o cadastramento, a visita em loco, e reunião com os moradores, também se faz uso de material gráfico. (Débora Falcão)

- Pergunta: QUAIS UEs/BAIRROS/HABITACIONAIS JÁ FORAM MOBILIZADAS PELO SESAN E PARTICIPARAM DE ENCONTROS COM O GOVERNO MUNICIPAL PARA DISCUTIR O PAC BEBERIBE?

**Comentário:** A mobilização é feita por Bairro.

**Resposta:** Devido aos Lotes de obras seguirem uma sequência por Bairro. (Nathália Paixão).

- Pergunta: QUAIS UEs/BAIRROS/HABITACIONAIS AINDA SERÃO MOBILIZADAS PARA PARTICIPAREM DE ENCONTROS COM O GOVERNO MUNICIPAL PARA DISCUTIR O PAC BEBERIBE?

**Comentário:** 100% afirmam que pelo projeto não tem áreas para serem mobilizadas.

- Pergunta: HOVE DIFICULDADES PARA MOBILIZAR ALGUMA COMUNIDADE? QUAIS SITUAÇÕES SURGIRAM?

**Comentário:** 100% afirmam que não houve dificuldade para mobilizar as comunidades. Algumas situações surgem por exemplo:

**Resposta:** Quando as pessoas já estão no habitacional, muitas não têm interesse na mobilização. Mas quando estão às margens do rio existe o interesse em receber algum benefício. (Débora Falcão)

### **Sobre o período anterior a remoção, responda às seguintes perguntas:**

- Pergunta: QUAL O(S) OBJETIVO(S) DAS REUNIÕES COM AS COMUNIDADES ANTES DAS REMOÇÕES?

**Resposta:** Provocar a reflexão dos moradores. Que eles compreendam de onde vieram, para onde vão e como estão. O que são as normas do condomínio, educação sanitária do habitacional, coleta do lixo, a importância da saúde, e qualidade de vida. (Débora Falcão)

**Resposta:** Fazer o processo de apresentação das habitações que serão beneficiadas. Discussão sobre as regras de convivência, assinatura dos Termos<sup>11</sup>, Checklist, vistoria dos imóveis. (Nathália Paixão)

---

<sup>11</sup>Termo de Recebimento de Chaves, e Concessão de Direito Real de Uso.

**Resposta:** Preparar famílias para serem reassentadas. Muitas não sabem utilizar o sistema de saneamento, nem conviver em comunidade. É dado aula de cunho educativo.(Sandra Souza)

**Resposta:** Dar informação do projeto, para onde vão e os tipos de benefícios que vão receber.(Aretuza Mendes)

- Pergunta: A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FOI DE:  
**Comentário:** 100% afirmam a presença de homens nas reuniões, porém sendo maioria as mulheres.  
**Resposta:** A depender do curso para geração de emprego e renda, mais mulheres estavam presentes.(Débora Falcão)
- Pergunta: COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?  
**Comentário:** 100% afirmam avisar aos moradores sobre as reuniões com menos de 7 dias de antecedência.  
**Resposta:** De dois a três dias de antecedência, eles eram avisado. (Débora Falcão)
- Pergunta: QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS ANTES DA REMOÇÃO?  
**Comentário:** 50% afirmam ter no mínimo 2 a 3 reuniões. 50% afirmam ter a parti de 3reuniões.
- Pergunta: QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?  
**Comentário:** 100% afirmam que houve a participação da liderança, comunidade, prefeitura, com parceiros e consultoras em 2014.  
**Resposta:** Também, parceiros institucionais como: Celpe, Secretaria de Saúde, Compesa. (Débora Falcão)
- Pergunta: NESTAS REUNIÕES ANTERIORES A ENTREGA DO PROJETO, QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?  
**Comentário:** 100% afirmam que houve Apresentação dos projetos, discussão com participantes, oficinas, apresentação dos resultados das oficinas.  
**Resposta:** Houve reunião preparativa para mudança, normas de convivência, e acompanhamento a mudança.(Débora Falcão)
- Pergunta: QUAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS FORAM UTILIZADAS?  
**Comentário:** 75% afirmam que as técnicas utilizadas foram: mapas falantes, croquis, Diagnóstico das comunidades (medição), árvore de problemas. 25% afirmam que tiveram oportunidade de aplicar as técnicas.

**Resposta:** Também é utilizado técnicas artísticas e lúdicas. Peças teatrais, recursos áudio visuais (filmes).(Débora Falcão)

- Pergunta: QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS APÓS A ENTREGA DO HABITACIONAL?

**Comentário:** 100% afirmam que mais de 3 reuniões foram realizadas.

**Resposta:** Fazemos o acompanhamento por um ano. (Aretuza Mendes);

**Resposta:** Durante o ano, são realizados de 15 a 20 reuniões. (Sandra Souza);

- Pergunta: QUAIS OPÇÕES FORAM OFERECIDAS PELO GOVERNO AOS MORADORES DA COMUNIDADE?

**Comentário:** 100% afirmam que foram oferecidos aos moradores para escolherem entre, indenização, habitacional, e auxílio moradia (temporário).

- Pergunta: A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NOSENCONTROS?

**Comentário:** 100% afirmam que a comunidade tinha o direito de fala nas reuniões.

- Pergunta: OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS EM ATA NA REUNIÃO?

**Comentário:** 100% afirmam que havia uma ata de regimento interno (Ata de Presença), onde pedidos feitos pela comunidade eram registrados.

- Pergunta: O QUE AS COMUNIDADES MAIS PEDIRAM?

**Comentário:** 100% afirmam que as comunidades faziam pedidos.

**Resposta:** A tipologia das casas tinha a área de serviço aberta, e os moradores queriam o fechamento. (Débora Falcão)

**Resposta:** Eles queriam permanecer no mesmo Bairro. (Sandra Souza)

**Resposta:** Gostariam de pintar o imóvel, e fazer intervenção no imóvel. (Nathália Paixão)

**Resposta:** Desejam a rua iluminada, praças, e permanecer na mesma comunidade. (Aretuza Mendes)

### **Sobre o período após remoção, Responda às seguintes perguntas:**

- Pergunta: QUAL O (S) OBJETIVO(S) DAS REUNIÕES COM AS COMUNIDADES APÓS AS REMOÇÕES?

**Resposta:** Firmar as regras de convivência estabelecidas previamente. Ver se os regimentos estão sendo seguidos, montar estratégias para assegurar a manutenção da U.H, Educação Ambiental, Eleição de Síndico, Geração de Emprego e Renda.(Débora Falcão)

**Resposta:** Definir as regras de convivência, serve para elaboração do regimento interno do habitacional. Relação dos moradores com concessionárias (Celpe, Compesa, Correios). (Nathália Paixão)

Os que estão a espera da U.H.:

**Resposta:** Vão ficar no auxílio moradia. (Aretuza Mendes)

- Pergunta: A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FOI DE :  
**Comentário:** 100% afirmam a presença de homens nas reuniões, porém sendo maioria as mulheres.
- Pergunta: COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?  
**Comentário:** 100% afirmam que as reuniões eram informadas com menos de 7 dias de antecedência
- Pergunta: QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS ANTES DA REMOÇÃO?  
**Comentário:** 100% afirmou que mais de 3 reuniões foram realizadas.  
**Resposta:** Fazemos o acompanhamento por um ano. (Aretuza Mendes);
- Pergunta: QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?  
**Comentário:** 100% afirmam que houve a participação da liderança, comunidade, prefeitura.  
**Resposta:** Também, parceiros institucionais como: Celpe, Secretaria de Saúde, Compesa. (Débora Falcão)
- Pergunta: ESTAS REUNIÕES APÓS A REMOÇÃO, QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?  
**Comentário:** 100% afirmam que realizaram oficinas, e apresentação dos resultados.  
**Resposta:** Realizamos o cine SESAN – sobre o Sistema de Esgotamento Sanitário, cuidados com o meio ambiente, e descarte do lixo. Oficinas com crianças sobre meio ambiente, bingo ecológico, dinâmicas de grupo, e passeios. As atividades são feitas de forma lúdica para as crianças. Também levamos relatos de moradores, de outros habitacionais como exemplo. (Sandra Souza)
- Pergunta: QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS APÓS A ENTREGA DO HABITACIONAL?  
**Comentário:** 100% afirmam de 3 a 4 reuniões.
- Pergunta: QUAIS OPÇÕES DE ESCOLHA FORAM OFERECIDAS PELO GOVERNO AOS MORADORES DA COMUNIDADE?  
**Comentário:** Indenização, Auxílio moradia e Habitacional.

- Pergunta: A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NOS ENCONTROS?  
**Comentário:** 100% afirmam que a comunidade tinha o direito de fala nas reuniões.
- Pergunta: OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS EM ATA NA REUNIÃO?  
**Comentário:** sim, foram registrados.
- Pergunta: O QUE AS COMUNIDADES MAIS PEDIRAM?  
**Comentário:** 100% afirmam que registraram em ata os pedidos feitos pela comunidade  
**Resposta:** Para solucionar reparos no habitacional (Débora Falcão)  
**Resposta:** Alguns da comunidade pediam para trocarem de unidade quando não se adaptam. (Sandra Souza)  
**Resposta:** Pedem participação dentro do programa do governo - saúde, educação. (Aretuza Mendes)

## Sobre os projetos PAC I e PAC II

- Pergunta: O QUE JÁ FOI OFERECIDO ÀS COMUNIDADES DAS UE19 E UE 21? INFORME O(S) BAIRRO(S)  
**Comentário:** 100% afirmam que já foram oferecidos às UE21: Pavimentação e drenagem, esgotamento sanitário, UH, indenização. Para UE19 já foi oferecido as UH. Na UE 21 foi feita a requalificação de praças e academias da cidade.
- Pergunta: O QUE AINDA FALTA SER OFERECIDO? INFORME O(S) BAIRRO(S) UE19:  
**Comentário:** 100% afirmam que para a UE 21 falta ser entregue a via marginal. Na UE19, estão em execução as obras de vias públicas. Também existem processos jurídicos a serem julgados para ser feito a desapropriação.
- Pergunta: AVALIE O PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PAC1 E DO PAC2 ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL  
**Comentário:** 50% classificam com nota 4 favorável o processo participativo das comunidades do PAC1 e PAC2. 50% classificam com nota 5 totalmente favorável.  
**Resposta:** *Eles eram participativos, e atuavam direcionando as secretarias para atender as necessidades essenciais. (Débora Falcão)*
- Pergunta: AVALIE O PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PAC1 E DO PAC2 A PARTIR DOS SEGUINTE NÍVEIS:  
**Comentário:** 50% afirmam que alguns possuíam informação, davam parceria as reuniões, tinham delegação de poder, eram pacíficos. 50% preferiram não responder.

**Resposta:** Muitos não entendem o processo, não tem noção do que acontece por trás do projeto. (Sandra Souza)

- Pergunta: O QUE PODERIA SER APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PROCESSO DO PAC I E DO PAC II?

**Resposta:** Antes de conceber o projeto, deveria ter um momento de conversa com os moradores para poder atender as necessidades reais. (Débora Falcão)

**Resposta:** Pouca participação dos moradores. (Nathália Paixão)

**Resposta:** Deveriam ter mais interação dos moradores em participar, mesmo quando houver reuniões para o bem comum da comunidade. (Aretuza Mendes)

**Resposta:** Serem inseridos nos projetos desde o início no momento da topografia, eles serem envolvidos e às vezes não atingem a realidade dos indivíduos. (Sandra Souza)

#### 6.2.4. Considerações sobre o resultado dos questionários e das entrevistas: Processo de participação nas duas UEs Gestão PAC.

O modelo de participação esteve presente desde o início do projeto na gestão Prometrópole, através dos mecanismos participativos de caráter consultivo e presencial e deliberativo em algumas situações. Este mesmo mecanismo também vem sendo aplicado na fase do PAC. Os instrumentos de participação que a Constituição Federal assegura também foram aplicados nas fases do Prometrópole e do PAC, garantindo a gestão democrática. Também foram aplicadas nas duas fases o que determina o plano Diretor, [...] *o poder público municipal deverá garantir a participação das comunidades afetadas. (Plano Diretor, pg.13,2008)*. Pois usaram instrumentos como debate, audiências e consultas públicas. Foram aplicados ainda o que foi previsto no PNPS, pois usaram os mecanismos de participação social de caráter presencial e consultivo em reuniões.

Segundo as respostas, tanto dos moradores que serão reassentados ou já foram no período da gestão PAC, quanto dos técnicos que trabalham na atual gestão e os que participaram na gestão Prometrópole, houve unanimidade quanto a ter havido mobilização. Nestes encontros houve orientação quanto aos habitacionais, oficinas, palestras educativas, deixando os moradores informados quanto ao projeto aos cuidados com a nova moradia, e à remoção. De acordo com os relatos de todos os entrevistados as reuniões eram abertas a discussões entre todos os envolvidos permitindo o diálogo.

De acordo como a Classificação feita por Arnstein, as reuniões se enquadram na escada de **nível 4 - consulta**, onde informa e solicita a informação ao cidadão, fazendo uso de instrumentos, como audiências e assembleias, pesquisa de opinião. Esta participação também se enquadra em algumas situações no **nível 5- pacificação** onde se escolhe um cidadão da comunidade que tem influência neste meio, isto ocorre com o líder comunitário<sup>12</sup> que está presente em reuniões. Da mesma forma em algumas situações chega-se a alcançar o **nível 6 - parceria**, e a se buscar o **nível - 7. delegação de poder**, no momento em que a comunidade é capacitada para ficar com o poder de cuidar e de se responsabilizar pelos seus habitacionais e pelo bom convívio com os novos moradores.

Com relação a classificação de De La Mora estas não foram aplicadas para o caso em pauta pois o nível **5º** do autor citado refere-se a órgãos colegiados que, como antecipado, não foram objeto deste estudo.

Os maiores questionamentos foram com relação à possibilidade de alterações nos habitacionais, pois existe um interesse em fazer modificações que para os moradores são necessárias, como por exemplo: cercar a área de serviço porque se sentiam inseguros pelo fato de todos os blocos serem abertos e já ter ocorrido casos de assalto e de uso como rota de fuga para meliantes. Mesmo satisfeitos por receberem a habitação, questionam o fato do projeto das unidades não poder sofrer mudanças. Os moradores declaram que seus questionamentos foram levados para a pauta nas reuniões, e que comunicaram aos técnicos presentes nos encontros.

Analisando as respostas, observa-se que existe insatisfação por parte da maioria dos moradores que já residem na unidade R17, com relação a impossibilidade de intervenções nos imóveis recebidos. O que faz refletir sobre a importância do dialogo na fase de projeto das unidades, participação nesta fase do projeto. Para estes futuros moradores, poderem expressar o que de fato será importante para sua realidade e para caracterizar a sua identidade naquele imóvel. Inclusive esta situação é levantada no depoimento dos entrevistados da SESAN. Em resposta a essa pergunta, os técnicos entrevistados do SESAN, recebem informação do setor de projeto e repassam aos moradores. O projeto segue um padrão arquitetônico para todos os conjuntos e não pode ser feito alterações. Todos

---

<sup>12</sup> Observa-se que há divergências nas afirmações dadas pelos técnicos da SESAN e pelos moradores. Enquanto os técnicos afirmam existir liderança ativa nas reuniões, os moradores não reconhecem esta liderança.

assinam um documento aceitando as cláusulas que abordam este assunto, mas mesmo assim eles continuam questionando. Essa situação faz com que o nível da participação para esse item, baixe para o **nível 3 – informação**, onde o cidadão tem pouco poder de negociação para programa que, em princípio foi definido para seu benefício. A seguir as respostas das técnicas da SESAN sobre esse assunto:

*Resposta: Antes de conceber o projeto, deveria ter um momento de conversa com os moradores para poder atender as necessidades reais. (Débora Falcão)*

*Resposta: Deveriam ter mais interação dos moradores em participar, mesmo quando houver reuniões para o bem comum da comunidade. (Aretuza Mendes)*

*Resposta: Serem inseridos nos projetos desde o início no momento da topografia, eles serem envolvidos e às vezes não atingem a realidade do indivíduo. (Sandra Souza)*

Mediante a resposta da equipe técnica do Sesan pode se dizer que os moradores demonstram interesse em participar das reuniões e serem assíduos, enquanto não recebem as unidades. Após o recebimento, a frequência maior está nas oficinas que oferecem cursos (a depender do tipo de curso tem a presença maior de homens ou mulheres).

Outros questionamentos registrados nas entrevistas pelos moradores da UE19, são as áreas de lazer ou equipamentos disponibilizados para a comunidade. O parque infantil feito em frente das unidades habitacionais do R17, não é reconhecido como suficiente para a comunidade. A maioria desejaria que outros serviços fossem oferecidos. Com relação as vias existentes não houve questionamentos. Para os moradores da UE21, mesmo ainda aguardando as suas unidades, já declaram estar satisfeitos com as praças e vias, porque as obras foram entregues às comunidades. Alguns entrevistados sugeriram que fosse feito uma creche.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a participação social no processo de implantação de grandes empreendimentos de impacto, tendo como questão norteadora: em que medida comunidades diretamente afetadas pela implantação de grandes empreendimentos de impacto participam do processo de concepção e implantação desses empreendimentos? Em que medida essa participação tem relação com o grau de satisfação da comunidade com o empreendimento?

Partiu-se da hipótese que há uma relação direta entre o nível de satisfação da comunidade com o empreendimento e o nível de participação das comunidades nas decisões tomadas. Para verificação dessa hipótese, foram utilizados simultaneamente dois métodos de procedimento: o **Estudo de Caso**, sendo o objeto empírico o “Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe”, Recife/PE, com foco no processo de construção e entrega dos projetos habitacionais das Unidades de Esgotamento 19 e 21 (UE 19 e UE21), e o **Estudo Comparativo**, na medida em que foi realizada uma pesquisa em cada uma das duas Unidades de Esgotamento, com foco na relação entre nível de participação e nível de satisfação com os habitacionais, e em seguida, um comparativo entre os resultados obtidos.

Como suporte teórico, foram utilizados o conceito de **empreendimento de impacto** de acordo com definições trazidas em lei, nas três instâncias de governo, federal, estadual e municipal, e o conceito de **participação** que é defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelas três instâncias de governo referidas. Foram adotados como referência, os conceitos de participação de alguns autores como Arnstein (1969), De La Mora (1998), Patman (1992), Bordenave (1994), e Stotz (2009).

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, observação de campo, participação em encontros oficiais de trabalho entre técnicos da prefeitura e comunidades (um encontro na UE19 e um encontro na UE21); e aplicação de entrevistas (com técnicos de órgãos envolvidos de alguma maneira com o Projeto, e com a comunidade das UE 19 e UE 21 diretamente afetada pelo empreendimento). O resultado da pesquisa permitiu a confirmação da hipótese adotada, sendo observado que teria havido um grau de satisfação bem maior quanto aos conjuntos habitacionais, se a participação das

comunidades tivesse se dado também na fase do desenvolvimento do projeto arquitetônico desses habitacionais.

Com a aplicação desta metodologia pode-se concluir que a participação pode ocorrer de formas diversas. Porém para que uma gestão seja democrática e que de fato beneficie um grupo fragilizado, é necessário fazer usos de fato dos instrumentos que permitam um diálogo para que se tenha um resultado o mais positivo possível para que as carências dos mais necessitados sejam supridas.

O que se observou neste processo de participação ao longo das duas fases do Projeto de Urbanização da Bacia do Beberibe, é que os níveis de participação, tendo como referência Arnstein (1969), variando desde o **nível 3 – informação**, onde o cidadão tem pouco poder de negociação dentro do programa, até o **nível 6. parceria**, e o **nível 7. delegação de poder**, esse último, seria conseguido, por exemplo, no momento em que a comunidade for de fato capacitada para ter o poder de cuidar e de se responsabilizar pelos seus habitacionais e pelo bom convívio com os novos moradores.

Observou-se que a comunidade esteve sempre ciente do projeto e aceitou os benéficos oferecidos, porém, para um resultado 100% positivo, seria necessário o diálogo na fase de desenvolvimento do projeto arquitetônico para chegar a uma solução em que a satisfação fosse completa. Contrário à afirmação da comunidade, as técnicas participantes do projeto tanto na gestão Prometrópole, quanto PAC, que ocorreram em períodos diferentes, descrevem em seus relatos que a maioria dos moradores deveriam ser mais participativos no projeto, bem como serem incluídos desde a fase projetual dos habitacionais. Achando pouco o envolvimento da comunidade, e acreditando que alguns têm noção do direito e da importância de estarem envolvidos, mas a maioria não possui este entendimento. Confirmando a hipótese de que o nível de satisfação da comunidade com o projeto, é diretamente proporcional ao nível de participação dessas comunidades nas decisões tomadas.

Cabe por fim observar que o Projeto de Urbanização da Bacia do Rio Beberibe é um projeto extenso e de grande complexidade, e envolve muitos outros campos de estudo, além dos que aqui foram abordados. Isso significa que muitas outras questões e hipóteses poderão ser construídas sobre esses mesmo tema, inclusive aprofundando as questões e hipóteses aqui trabalhadas e que poderão nortear muitas outras pesquisas.

## REFERÊNCIA

ARNSTEIN, SherryR.A *LadderofCitzenParticipation*. AIP JOURNAL, Vol 35, Nº 4,1969, pp. 216 – 224.

\_\_\_\_\_.*Uma Escada da Participação Cidadã*. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v.2,n.2, p.4-13, jan. 2002.

BORDENAVE, Juan E. Dias. *O que é participação*. 8ª Ed. SãoPaulo: Brasiliense, 1994 (coleção PrimeirosPassos).

BORTOLETO, E. M. *A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos*. Revista Geografares, Vitória, n. 2, jun. 2001. (p.p. 1,2,3).

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 05 de outubro de 1988.?

BRASIL. *Decreto-lei nº 8.243, de 23 de maio de 2014*. (Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências), Brasília, 2014.

BRASIL. LEI nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (*Estatuto da Cidade*). Brasília, DF: Senado Federal, 3ª ed.2008.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. COTS - Caderno de Orientação Técnico Social. Brasília, maio de 2013.

BRASIL/PAC/PCR. *Projeto De Trabalho Técnico Social (PTTS)*, 2013.

DELAMORA, L. (*A aferição e o aperfeiçoamento da eficiência no exercício dos papéis dos novos atores sociais na gestão descentralizadas das políticas públicas.*), In: MELO, Norma Lacerda de; LEAL, Suely Ribeiro. *Relação Público-Privado do Global ao Local*. Coletânea de Artigos, Editora Universitária da UFPE, Recife/PE, 2º ed, p. 260-278,1996.

FURTADO, Ricardo. *Metodologias para avaliação de Impactos Ambientais de Cidades*. In: *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*, JOKKLEHTO, Julia ...et al,UFPE, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002 p. 199 – 205.

GOMES, Diana. *Impactos Ambientais Do Prometrópole Em Duas Localidades Da Bacia Hidrográfica Do Rio Beberibe: Contribuições para a Sustentabilidade Da Vida Humana*, 2015.

Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Planejamento e Gestão. *Urbanização da Bacia do Rio Beberibe*, 2008.

Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria das Cidades. *Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Beberibe Pernambuco*, s/d. Disponível em

<<http://www.cidades.pe.gov.br/web/secid/programas-acoess/bacia-do-beberibe>>  
Acesso em 13/03/2018.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Urbanização da Bacia do Beberibe. Recife, set, 2008. Apresentação em PowerPoint.

LAKATOS, E. M. ; MARCONI M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 2012., p.107

LAMMERS, C. J., Power and Participation in Decision-making in Forma Organizations, *American Journal of Sociology*, vol.73, nº2, 1967, PP. 201-16. LEAL, Suely. *Fetichismo da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil*. Recife, Ed. do autor, 2003.

LAMMERS, C. J., Power and Participation in Decision-making in Forma Organizations, *American Journal of Sociology*, vol.73, nº2, 1967, PP. 201-16.

MARANHÃO, Maria Helena Pereira Gomes. Mudanças aparentes e efeitos invisíveis: sociabilidade, identidade e vulnerabilidade no cotidiano urbanizado da Bacia do Beberibe. UFPE, 2011 (Dissertação de Mestrado).

MARANHÃO, Maria Helena Pereira Gomes. Apresentação powerpoint - O programa prometrópole, 2017.

MCGREGOR, D., *The Human Side of Enterprise*, Nova York, McGraw Hill, 1960.

MORAES, Felipe Machado de; MARQUES, Geysa Vilela Gomes. Planejamento Urbano e Participação Popular: a Experiência do Plano de Ação Integrada de Investimentos para a ZEIS Ilha De Deus, Recife – Pernambuco. Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles. Natal/RN, 29 a 31 de março de 2017.

PATMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1992.

SAWELL, R., *Sharing our Industrial Future?* (The Industrial Society), Londres, 1968.

SOUZA, Roberto; CAMPOS, Hernani. *O Processo de execução e implantação do Prometrópole em Recife e Olinda*. UFPE/ Programa de Pós-Graduação em Geografia. ,Revista de Geografia. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228921>>. Acesso em 13/03/2018.

SOUZA, Roberto Silva de; CAMPOS, Hernani Loebler. O processo de implantação e execução do Prometrópole em Recife e Olinda. Revista de Geografia (UFPE), 2010, p. 97 a 113.

STOTZ, Eduardo Navarro. *Participação Social*. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz, RJ, 2009.

## LEGISLAÇÃO

GOVERNO FEDERAL /MMA/CONAMA. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1996. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em 24/03/2018.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO RECIFE (LUOS), LEI Nº 16.176, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO RECIFE. *Plano Diretor do Recife*, 2008.

## SITES CONSULTADOS

AGÊNCIA CONDEPE/FIDEM. BDE. *Mapa divisão geopolítica*, s/d. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/estruturacao geral/mesorregioes.aspx>> Acesso em: 30/11/2018.

BLOG DA FOLHA, Bruno Araújo anuncia o início das obras do PAC BEBERIBE II. Disponível em <<http://www3.folhape.com.br/politica/politica/blog-da-folha/2017/03/22/BLG,2375,7,509,POLITICA,2419-BRUNO-ARAUJO-ANUNCIA-INICIO-DAS-OBRAS-PAC-BEBERIBE.aspx>>. Acesso em 03/10/2018.

CAMAÇARI - Apresentação do Plano de Revitalização do Rio, Paulo Alcântara, 09/10/2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nleLv64F69Y>> Acessado em: 25/08/2018

CAMAÇARI NOTÍCIAS, 2017. Disponível em <<http://www.cn1.com.br/noticias/9/34012,obra-do-rio-camacari-tem-que-recomecar-do-zero-afirma-secretaria.html>>. Acesso em 25/08/2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. JORNAL O EXECUTIVO, 2016. Disponível em <<http://www.jornaloexecutivo.com.br/obras-do-rio-camacari-estao-paralisadas-devido-ao-processo-de-indenizacao-das-familias/>>. Acesso em 25/08/2018.

JORNAL O EXECUTIVO, 2016. Disponível em: <<http://www.jornaloexecutivo.com.br/obras-do-rio-camacari-estao-paralisadas-devido-ao-processo-de-indenizacao-das-familias/>> Acessado em: 02/09/2018

FOLHA PE, Pac Beberibe volta de obras após dois anos, 2017. Disponível em. <<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/03/24/NWS,22123,70,449,NOTICIAS,2190-PAC-BEBERIBE-VOLTA-OBRAS-APOS-DOIS-ANOS.aspx>> Acessado em 30/09/2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, Região Político Administrativa 2 (RPA2), Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/perfil-dos-bairros>> Acessado em: 28/10/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. Sessão especial na Câmara Municipal de Camaçari. Apresentação do Projeto de Urbanização Integrada da Bacia do rio Camaçari, 2011. Disponível em <<http://www.camacari.ba.gov.br/sessao-publica-do-projeto-lota-a-camara/>>. Acesso em 25/08/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, Secretaria de Habitação (SEHAB), 2013. Disponível em:  
<<http://arquivos.camacari.ba.gov.br/compras/2007161107334559113.pdf>> Acessado em: 25/08/2018.

PREFEITURA DE CAMAÇARI, Milane Magalhães, 15/07/2016. Disponível em:  
<[http://www.camacari.ba.gov.br/2010/detalhe\\_noticia.php?cod\\_noticia=13649](http://www.camacari.ba.gov.br/2010/detalhe_noticia.php?cod_noticia=13649)>  
Acessado em: 25/08/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, MariaVanessa França, 20/11/2013. Disponível em  
:[http://www.camacari.ba.gov.br/2010/detalhe\\_noticia.php?cod\\_noticia=15591](http://www.camacari.ba.gov.br/2010/detalhe_noticia.php?cod_noticia=15591)>  
Acessado em: 25/08/2018

NOSSA METRÓPOLE, 2017. Disponível em  
<<http://www.nossametropole.com.br/2017/04/06/ministerio-das-cidades-e-caixa-vistoriam-obras-do-rio-camacari-para-retomada-das-obras/#.W8yWAntKi70>>.  
Acesso em 25/08/2018

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU BR), 2018. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>> Acesso em 22/08/2018

Rocha, SEMEAR E COLHER CRIANDO VIDAS DA ILHA DE DEUS, 2017. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=CBqPHSJBCTI>>. Acesso em 03/10/2018

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA CIDADE (SEPLAG). Projeto de Urbanização na Comunidade Ilha De Deus. [2011/?]. Disponível em <<http://www2.seplag.pe.gov.br/web/seplag/ilha-de-deus>>. Acesso em 21/10/2018

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA CIDADE (SEPLAG), Projeto de Urbanização na Comunidade Ilha de Deus. Disponível em:  
<<http://www.seplag.pe.gov.br/web/idd/ilha-de-deus-sobre>> Acessado em: 03/10/2018.

SLIDEPLAY, PAC. Saneamento e Urbanização de Favelas, s/d. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/386712/>> Slide 19. Acesso em 02 de outubro de 2018.

**APÊNDICE A**  
**ENTREVISTA 01 (REPRESENTANTES DA EMPRESA CONSULTORA)**

NOME \_\_\_\_\_

SEXO: masculino (  ) feminino (  )

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

POR QUAL CONSULTORA TRABALHOU NESSE PROJETO \_\_\_\_\_

VÍNCULO COM A EMPRESA CONSULTORA \_\_\_\_\_

FUNÇÃO TÉCNICA NO PROJETO \_\_\_\_\_

1. EM QUE PERÍODO A CONSULTORA TRABALHOU NO PROJETO?

- Ano (s) \_\_\_\_\_
- Período do PROMETRÓPOLE (  ) período do PAC I e PAC II (  )
- Período anterior a remoção (  ) Período posterior a remoção (  )

2. A CONSULTORIA PARTICIPAVA DA COMUNICAÇÃO SOBRE AS REUNIÕES COM A COMUNIDADE?

- Sim (  ) Não (  )

3. QUAL FOI A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA CONSULTORA NOS ENCONTROS COM A COMUNIDADE?

\_\_\_\_\_

4. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

- Menos que 7 dias (  ) 7 dias (  ) 15 dias (  ) Um mês (  ) Não sabe responder (  )

5. QUAL A DINÂMICA UTILIZADA NOS ENCONTROS?

- Apresentação do Projeto (  ) Discussão com participantes (  ) Oficinas (  ) Apresentação dos resultados das oficinas (  )
- Outros \_\_\_\_\_

6. QUAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS FORAM UTILIZADAS?

- Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP) (  ) Diagramas (  ) Mapas falantes Croquis (  ) Árvore de problemas (  )
- Outros (  ) \_\_\_\_\_

7. QUEM PARTICIPAVA?

- Lideranças (  ) Comunidade (  ) Prefeitura (  ) Consultoras (  )
- Outros (  ) \_\_\_\_\_

8. A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FORAM DE:

- Homens (  ) Mulheres (  ) Jovens (  ) Crianças (  )

9. QUAIS OPÇÕES ERAM OFERECIDAS AOS MORADORES?

- Indenização (  ) Habitacional (  )
- Outros (  ) \_\_\_\_\_

10. AVALIE OS OBJETIVOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS AO LONGO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES NAS REUNIÕES PRESENCIADAS PELA CONSULTORA, A PARTIR DOS SEGUINTE NÍVEIS:

- Informação ( ) Consulta ( ) Pacificação ( ) Parceria ( ) Delegação de poder ( ) Controle Cidadão ( ) Prefere não responder ( )

11.O QUE PODERIA TER SIDO APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NO PERÍODO EM QUE A CONSULTORA ATUOU?

---

---

**APÊNDICE B**  
**ENTREVISTA 02 (MORADORES UE 19 E EU 21)**

NOME \_\_\_\_\_

SEXO: masculino ( ) feminino ( )

FAIXA ETÁRIA:( ) 15 á 19 ( ) 20 á 39 ( ) 40 á 60 ( )+ de 61

TELEFONE \_\_\_\_\_

1. QUAL A SUA ÁREA DE ORIGEM ANTES DA REMOÇÃO? \_\_\_\_\_

2. EM QUAL HABITACIONAL RESIDE ATUALMENTE? \_\_\_\_\_

3. RECEBEU INDENIZAÇÃO? SIM ( ) NÃO ( )

4. SE RESPONDEU SIM, ONDE MORA ATUALMENTE? \_\_\_\_\_

5. COMO SOUBE DA INTERVENÇÃO?

Através de panfletos? ( ) Através da liderança? ( ) Através de reunião com a prefeitura? ( ) Outros \_\_\_\_\_

6. EXISTE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NA SUA COMUNIDADE? SIM ( ) NÃO ( )

Se respondeu Sim, qual é a Associação? \_\_\_\_\_

7. SOBRE A INFORMAÇÃO DADA PELO GOVERNO PARA A COMUNIDADE COM RELAÇÃO A REMOÇÃO E AO PROJETO, AVALIE, ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

1 ( )            2 ( )            3 ( )            4 ( )            5 ( )

**SOBRE O PERÍODO ANTERIOR A REMOÇÃO, RESPONDA AS SEGUINTE PERGUNTAS:**

1. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS? 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) + de 3 ( )

2. TODAS AS REUNIÕES FORAM INFORMADAS PELO GOVERNO? sim ( ) não ( )

3. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS? menos que 7 dias ( ) 7 dias ( ) 15 dias ( ) um mês ( )

4. QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES? LIDERANÇAS ( ) COMUNIDADE ( ) PREFEITURA( )CONSULTORAS()OUTROS() \_\_\_\_\_

5. QUAL FOI O TIPO DE INFORMAÇÃO RECEBIDA SOBRE A INTERVENÇÃO NESSAS REUNIÕES?

\_\_\_\_\_

6. NESTAS REUNIÕES QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?

· Apresentação do Projeto ( ) Discussão com Participantes ( ) Oficinas ( ) Apresentação dos Resultados das Oficinas ( ) Outros \_\_\_\_\_

7. QUAIS ESCOLHAS FORAM OFERECIDAS PARA AS FAMÍLIAS A SEREM REMOVIDAS PELO GOVERNO?

· Indenização( ) Habitacional( )Outros \_\_\_\_\_

8. A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NAS REUNIÕES? Sim ( ) Não ( )

9. OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS NA PRÓPRIA REUNIÃO? Sim ( ) Não ( )

10. SE RESPONDEU SIM, O QUE A COMUNIDADE PEDIU?

---



---



---



---

11. AS PARTICIPAÇÕES DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, EM SUA MAIORIA FORAM DE:

HOMENS ( ) MULHERES ( ) JOVENS ( ) CRIANÇAS ( )

12. A QUANTIDADE DE PESSOAS POR REUNIÃO VARIAVA ENTRE: 1 à 10 ( ) 20 ( ) 30 ( ) 40 ( ) +50 ( ) NÃO SEI INFORMAR ( )

13. SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, AVALIE ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5: CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

1 ( )            2 ( )            3 ( )            4 ( )            5 ( )

---



---



---

SOBRE O PERÍDO APÓS A REMOÇÃO, RESPONDAS SEGUINTE PERGUNTAS:

1. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS? 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) + de 3 ( )

2. TODAS AS REUNIÕES FORAM INFORMADAS PELO GOVERNO? Sim ( ) Não ( )

3. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

Menos que 7 Dias ( ) 7 Dias ( ) 15 Dias ( ) Um Mês ( )

4. QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?

Lideranças ( ) Comunidade ( ) Prefeitura ( ) Consultoras ( ) Outros ( )

---

5. QUAL FOI O TIPO DE INFORMAÇÃO RECEBIDA?

---



---

6. NESTAS REUNIÕES QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?

Apresentação Do Projeto ( ) Discussão Com Participantes ( ) Oficinas ( ) Apresentação Dos Resultados Das Oficinas ( )

Outros \_\_\_\_\_

7. A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NAS REUNIÕES? Sim ( ) Não ( )

8. SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS REUNIÕES, AVALIE, ATRIBUINDO NOTA DE 1 Á 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

1 ( )            2 ( )            3 ( )            4 ( )            5 ( )

---

---

**SOBRE AS OBRAS VIÁRIAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS RESPONDA**

1. AS VIAS PÚBLICAS PERMITEM BOA LOCOMOÇÃO? Sim ( ) Não ( )

2. QUE TIPO DE SERVIÇO NAS VIAS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?

---

3. QUE EQUIPAMENTOS DE PÚBLICOS FORAM OFERECIDOS A COMUNIDADE?

Praça ( ) Academia Da Cidade( ) Associação De Moradores( ) UPA( )

Outros \_\_\_\_\_

4. AVALIE AS OBRAS VIÁRIAS ATRIBUINDO NOTADE 1 à 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

1( )            2( )            3( )            4( )            5( )

5. DIGA SEU GRAU DE SATISFAÇÃO SOBRE OS SEGUINTE ASPECTOS:

5.1. COMUNICAÇÃO SOBRE AS REMOÇÕES:

- Não satisfeito ( ) Satisfeito ( ) Muito satisfeito ( )
  - EXPLIQUE SUA RESPOSTA
- 

5.2.SOBRE AS OPÇÕES DADAS (REMOÇÃO E INDENIZAÇÃO:

- Não satisfeito ( ) Satisfeito ( ) Muito satisfeito ( )

EXPLIQUE SUA RESPOSTA

---

5.3. SOBRE O HABITACIONAL RECEBIDO:

- Não satisfeito ( ) Satisfeito ( ) Muito satisfeito ( )
  - EXPLIQUE SUA RESPOSTA
- 

6. A COMUNIDADE ESTÁ SATISFEITA COM TODO O PROCESSO VIVENCIADO?

- Não satisfeita ( ) Satisfeita ( ) Muito satisfeita ( )
- 

7. O QUE VOCÊ APRENDEU COM ESSA VIVÊNCIA?

A ouvir e ser ouvido em reuniões com órgãos públicos ( ) A importância de expressar a opinião em público ( ) A negociar as melhores soluções para a família e a comunidade ( ) A cuidar da nova habitação e do habitacional ( ) A conviver em condomínio ( ) A respeitar e ser respeitado ( )

8. AVALIE TODO O PROCESSO ATRIBUINDO NOTA DE 1 À 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

1( )            2( )            3( )            4( )            5( )

9. ACRESCENTE O QUE QUISER SOBRE O ASSUNTO

---

---

---

**APÊNDICE C**  
**ENTREVISTA 03 (TÉCNICOS DA SECRETARIA DE SANEAMENTO - SESAN) DA**  
**PCR**

**NOME** \_\_\_\_\_

SEXO: masculino ( ) feminino ( )

**PROFISSÃO:** \_\_\_\_\_

FUNÇÃO TÉCNICA NA SESAN: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO TÉCNICA NO PAC BEBERIBE \_\_\_\_\_

1. DE QUE FORMA AS INFORMAÇÕES SOBRE O PAC BEBERIBE TEM SIDO PASSADAS AOS MORADORES?

( ) Através de panfletos? ( ) Através de lideranças? ( ) Através de reuniões com a Prefeitura?

Outros: \_\_\_\_\_

2. QUAL O TIPO DE MOBILIZAÇÃO FEITA?

Por UE ( ) Por Bairro ( ) Por Habitacional ( )

Outros ( ) \_\_\_\_\_

3. QUAIS UEs/BAIRROS/HABITACIONAIS JÁ FORAM MOBILIZADAS PELO SESAN E PARTICIPARAM DE ENCONTROS COM O GOVERNO MUNICIPAL PARA DISCUTIR O PAC BEBERIBE?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4. QUAIS UEs/BAIRROS/HABITACIONAIS AINDA SERÃO MOBILIZADAS PARA PARTICIPAREM DE ENCONTROS COM O GOVERNO MUNICIPAL PARA DISCUTIR O PAC BEBERIBE?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

5. HOUVE DIFICULDADES PARA MOBILIZAR ALGUMA COMUNIDADE? QUAIS SITUAÇÕES SURTIRAM?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**SOBRE O PERÍODO ANTERIOR A REMOÇÃO, RESPONDA ÀS SEGUINTE PERGUNTAS:**

1. QUAL O(S) OBJETIVO(S) DAS REUNIÕES COM AS COMUNIDADES ANTES DAS REMOÇÕES?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

2. A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FOI DE :

· Homens ( ) Mulheres ( ) Jovens ( ) Crianças ( )

\_\_\_\_\_

3. COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

· Menos que 7 Dias ( ) 7 Dias ( ) 15 Dias ( ) Um Mês ( )

---

4. QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS ANTES DA REMOÇÃO?

- 1 ( ) 2( ) 3( ) Mais de 3 ( )
- 

5. QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?

- Lideranças ( ) Comunidade ( ) Prefeitura( ) Consultoras ( )
- Outros ( ) \_\_\_\_\_

6. NESTAS REUNIÕES ANTERIORES A ENTREGA DO PROJETO, QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?

- Apresentação do Projeto( ) Discussão com participantes ( ) Oficinas ( ) Apresentação dos resultados das oficinas ( )
- Outros \_\_\_\_\_

7. QUAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS FORAM UTILIZADAS?

- Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP)( ) Diagramas ( ) Mapas falantes Croquis ( )
- Árvore de problemas ( )
- Outros ( ) \_\_\_\_\_

8. QUAIS OPÇÕES FORAM OFERECIDAS PELO GOVERNO AOS MORADORES DA COMUNIDADE?

- Indenização ( ) Habitacional ( ) Outros \_\_\_\_\_

9. A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NOSENCONTROS? Sim ( ) Não ( )

---

10.OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS EM ATA NA REUNIÃO? Sim ( ) Não ( )

---

11.O QUE AS COMUNIDADES MAIS PEDIRAM?

Indenização ( ) Habitacional ( ) Outros \_\_\_\_\_

---



---

SOBRE O PERÍODO APÓS REMOÇÃO, RESPONDE ÀS SEGUINTE PERGUNTAS:

- QUAL O(S) OBJETIVO(S) DAS REUNIÕES COM AS COMUNIDADES APÓS AS REMOÇÕES?
- 
- 

- A PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES EM SUA MAIORIA FOI DE :

- Homens ( ) Mulheres ( ) Jovens ( ) Crianças ( )
- 

- COM QUANTO TEMPO DE ANTECEDÊNCIA AS REUNIÕES ERAM INFORMADAS?

- Menos que 7 Dias ( ) 7 Dias ( ) 15 Dias ( ) Um Mês ( )
- 

- QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS APÓS A REMOÇÃO?

- 1 ( ) 2( ) 3( ) Mais de 3 ( )
-

- QUEM PARTICIPAVA DESSAS REUNIÕES?

• Lideranças ( ) Comunidade ( ) Prefeitura ( ) Consultoras ( )

Outros ( ) \_\_\_\_\_

- NESTAS REUNIÕES APÓS A REMOÇÃO, QUAIS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS?

Apresentação do Projeto ( ) Discussão com participantes ( ) Oficinas ( ) Apresentação dos resultados das oficinas ( )

Outros \_\_\_\_\_

- QUANTAS REUNIÕES FORAM REALIZADAS APÓS A ENTREGA DO HABITACIONAL?

1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) MAIS DE 3 ( )

- QUAIS OPÇÕES DE ESCOLHA FORAM OFERECIDAS PELO GOVERNO AOS MORADORES DA COMUNIDADE?

Indenização ( ) Habitacional ( ) Outros \_\_\_\_\_

- A COMUNIDADE TINHA O DIREITO DE FALA NOS ENCONTROS? SIM ( ) NÃO ( )

- OS PEDIDOS FORAM REGISTRADOS EM ATA NA REUNIÃO? Sim ( ) Não ( )

- O QUE AS COMUNIDADES MAIS PEDIRAM?

Indenização ( ) Habitacional ( ) Outros \_\_\_\_\_

**SOBRE OS PROJETOS PAC 1 E PAC 2:**

- O QUE JÁ FOI OFERECIDO ÀS COMUNIDADES DAS UE19 E UE21 ? INFORME O(S) BAIRRO(S)

UE19: \_\_\_\_\_

UE21: \_\_\_\_\_

- O QUE AINDA FALTA SER OFERECIDO? INFORME O(S) BAIRRO(S)

UE19: \_\_\_\_\_

UE21: \_\_\_\_\_

- AVALIE O PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PAC1 E DO PAC2 ATRIBUINDO NOTA DE 1 à 5, CONSIDERANDO QUE 1 É TOTALMENTE DESFAVORÁVEL, E 5 É TOTALMENTE FAVORÁVEL

1 ( )            2 ( )            3 ( )            4 ( )            5 ( )

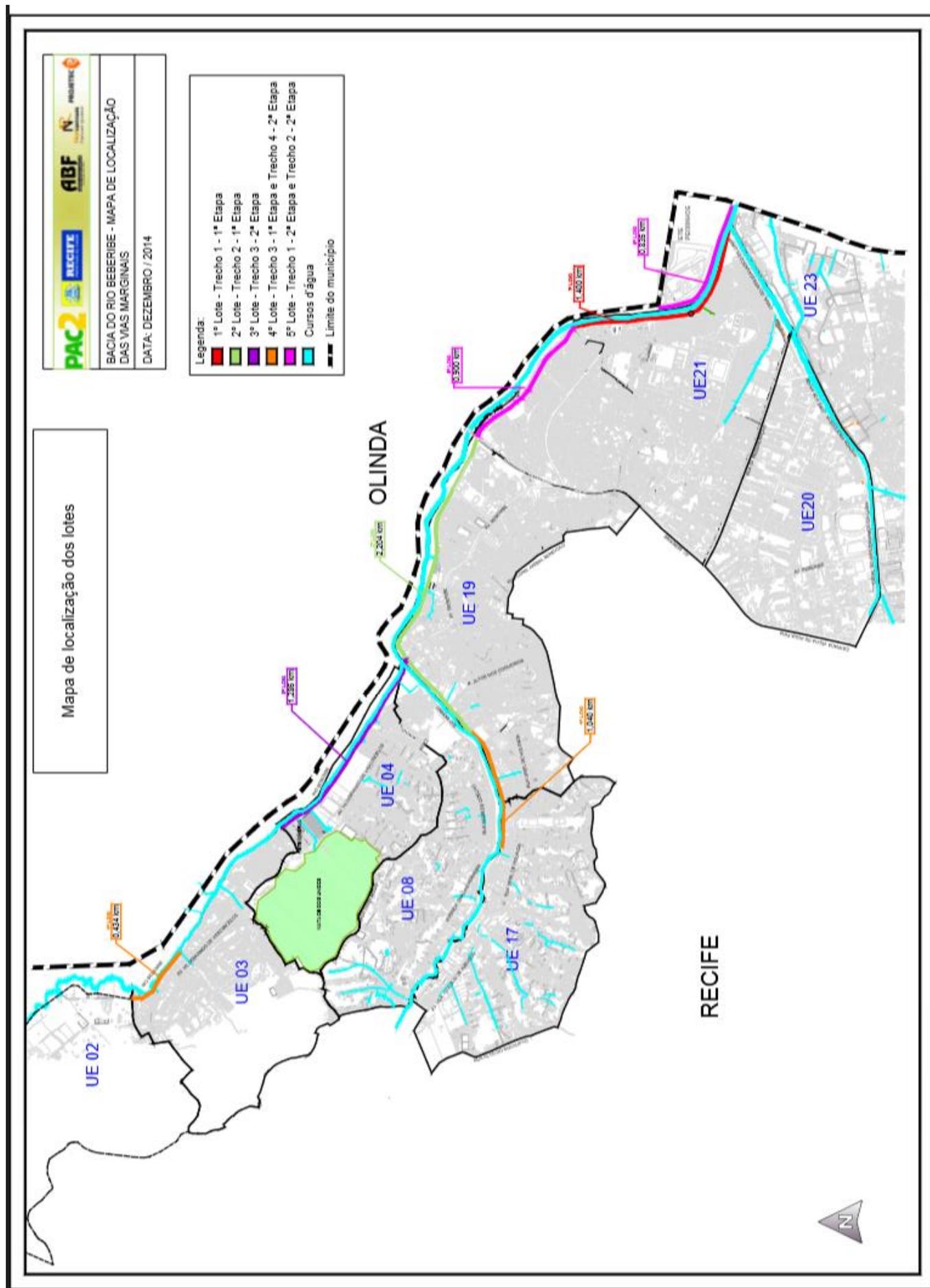
- AVALIE O PROCESSO PARTICIPATIVO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PAC1 E DO PAC2

A PARTIR DOS SEGUINTE NÍVEIS: Informação ( ) Consulta ( ) Pacificação ( ) Parceria ( )

Delegação de poder ( ) Controle Cidadão ( ) Prefere não responder ( )

- O QUE PODERIA SER APERFEIÇOADO COM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES AO LONGO DO PROCESSO DO PAC 1 E DO PAC2?
- 
-

## ANEXO A MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS









**ANEXO E**  
**TERMO DE ACEITAÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL**



**SECRETARIA DE SANEAMENTO**

**TERMO DE ACEITAÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL**

Pelo presente **TERMO DE ACEITAÇÃO DE UNIDADE HABITACIONAL** Eu,  
\_\_\_\_\_, portador (a)  
do RG de Nº \_\_\_\_\_ e inscrita (o) no CPF de  
Nº \_\_\_\_\_, aceito ser contemplada com o imóvel no  
Bloco \_\_\_\_ casa \_\_\_\_ do Habitacional Miguel Arraes R-13, localizado na rua  
Pereira Barreto, Nº 1260 Passarinho Recife-PE, pelo Programa PAC-Beberibe.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura

---

Testemunha 01

---

Testemunha 02

**ANEXO F  
FICHA DE ENCAMINHAMENTO**



**SECRETARIA DE SANEAMENTO  
FICHA DE ENCAMINHAMENTO: 01**

**Situação Encaminhada:** Inclusão do beneficiário no CadÚnico

---

**Nome do demandante:**

---

**Serviço Solicitado:** Inclusão do beneficiário no CadÚnico, conforme registro do benefício habitacional no cadastro (modelo Formulário Suplementar 1 -Vinculação a Programas e Serviços Contrato PAC02: 0346802-83 – Beberibe – F1.01, conforme Instrução Operacional SENARC/MDS vigente)

---

**Destinado à:** Anália

---

**Setor :** Social – Rua do Imperador das 7:00 as 16:00 hs.

---

**Retorno da situação:**

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Técnico Social

